



**VOZES
SILENCIADAS
ENERGIAS
RENOVÁVEIS**

A COBERTURA
DA MÍDIA
SOBRE A
TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA
NO BRASIL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vozes silenciadas energias renováveis : a cobertura da mídia sobre a transição energética no Brasil / coordenação da pesquisa Alfredo Portugal, Nataly Queiroz ; pesquisadores/as Alfredo Portugal...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Intervezes, 2024. -- (Série vozes silenciadas / coordenação Gyssele Mendes, Iara Moura, Olívia Bandeira)

Outros pesquisadores: Iury Batistta, Mabel Dias, Nataly Queiroz.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89397-12-0

1. Energia - Fontes alternativas - Brasil
2. Fontes energéticas renováveis 3. Jornalismo - Aspectos ambientais 4. Mídia 5. Notícias jornalísticas 6. Opiniões políticas e sociais
I. Portugal, Alfredo. II. Queiroz, Nataly.
III. Batistta, Iury. IV. Dias, Mabel. V. Queiroz, Nataly. VI. Mendes, Gyssele. VII. Moura, Iara. VIII. Bandeira, Olívia.

24-235522

CDD-079

Índices para catálogo sistemático:

1. Transição energética : Mídias : Jornalismo 079

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FICHA TÉCNICA

Coordenação da pesquisa

Alfredo Portugal
Nataly Queiroz

Pesquisadores/as

Alfredo Portugal
Iury Batistta
Mabel Dias
Nataly Queiroz

Tabulação de dados

Clara Andreozzi
Polinho Mota

Coordenação geral da série Vozes Silenciadas

Gyssele Mendes
Iara Moura
Olívia Bandeira

Revisão

Iara Moura
Olívia Bandeira

Vozes Amplificadas

Gabriel Rocha Belloni
Gabriela Amorim
Guido Lautaro Costantini
Livia de Paiva Rodrigues
Nilson José dos Santos
Paulo Vítor Melo
Romária de Sousa Holanda
Sheley Gomes
Soraya Vanini Tupinambá
Tâmara Terso

Tradução artigo Vozes Amplificadas

Thayane Queiroz

Transcrição de entrevista

Alécio Neves da Silva

Fotografias

Adriana Galvão
Daniel Correia
Joelma Antunes
Paulo Rebêlo
Túlio Martins

Projeto Gráfico

Edinaelson Cruz

Conselho Diretor 2024-2025

Ana Veloso
Alfredo Portugal
Aline Braga
Iano Flávio
Gabriel Veras
Gyssele Mendes
Paulo Victor Melo

Coordenação Executiva

Ana Claudia Mielke
Iara Moura
Olívia Bandeira
Pedro Ekman
Pedro Vilaça
Ramênia Vieira

ISBN 978-65-89397-12-0



PARQUE EOLICO PRÓXIMO DE MACAU. RIO GRANDE DO NORTE. /IMAGEM: PAULO REBELO



PARQUE EÓLICO PRÓXIMO A BARREIRINHAS, MARANHÃO. /IMAGEM: PAULO REBÊLO

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	8
2	O TEMA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS	10
3	METODOLOGIA E ESCOPO	12
4	ANÁLISES DOS VEÍCULOS NACIONAIS	18
	4.1. Agência Brasil.....	18
	4.2. O Estado de S. Paulo.....	27
	4.3. Folha de S. Paulo.....	32
	4.4. O Globo.....	38
5	ANÁLISES DOS VEÍCULOS REGIONAIS	46
	5.1. A Tarde - Bahia.....	47
	5.2. Diário do Nordeste - Ceará.....	54
	5.3. Jornal do Commercio - Pernambuco.....	63
	5.4. Jornal da Paraíba - Paraíba.....	68
	5.5. Meio Norte - Piauí.....	74
	5.6. Tribuna do Norte - Rio Grande do Norte.....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
7	VOZES AMPLIFICADAS	90
	7.1. A afetação pelas eólicas, feitas de silêncios e sons - Livia de Paiva Rodrigues, Romária de Sousa Holanda e Soraya Vanini Tupinambá.....	91
	7.2. Quem ouve as Vozes Silenciadas no debate das energias renováveis? - Gabriela Amorim.....	98
	7.3. Rumo a uma transição energética a partir do Sul Global: transnacionalizando a defesa do território - Guido Lautaro Costantini e Gabriel Rocha Belloni.....	103
	7.4. Injustiça socioambiental e a mobilização de mulheres negras por direitos: identificando problemas e construindo redes para a ação - Tâmara Terso.....	110
	7.5. Mídia internacional privilegia vozes oficiais em detrimento de perspectivas de comunidades e povos tradicionais - Sheley Gomes e Paulo Victor Melo.....	115
	7.6. “O território não é apenas terra, é uma história, uma cultura e um modo de vida. Alguns dos impactos dos empreendimentos são incompensáveis” - Entrevista com Nilson José dos Santos, por Iara Moura e Nataly Queiroz.....	120
8	REFERÊNCIAS	124

A PRE SEN T A Ç ÃO

2023 foi o ano mais quente da história do planeta, segundo dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM). No Brasil, a média das temperaturas do ano ficou em 24,92°C, ou seja, 0,69°C acima da média histórica de 1991-2020, que é de 24,23°C.^[1] A chamada crise climática é estruturada e acelerada por um modelo socioeconômico capitalista baseado no racismo ambiental, na apropriação privada, na mercantilização, na exploração desmedida da água, do solo e dos demais bem comuns, e tem raízes históricas que remontam ao colonialismo e às relações de poder e opressão do Norte sobre o Sul Global.

Fato é que, nos últimos anos, o tema tomou conta da agenda da população brasileira, sendo assunto constante nas redes sociais, na mídia tradicional e na vida cotidiana. Seja em decorrência de eventos ambientais adversos e trágicos como secas, enchentes, queimadas, seja por força de declarações de figuras públicas, expressões e categorias como “crise climática”, “energias verdes”, “energias renováveis”, “transição energética” circulam cada vez mais no debate público.

Nesse contexto, o Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, a partir do diálogo com movimentos sociais, pesquisadoras/es, ativistas e grupos diretamente impactados pelos conflitos decorrentes dessa conjuntura – dentre eles pescadoras/es, agricultoras/es e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) – se lançou ao desafio de analisar a cobertura de veículos jornalísticos da mídia com alcance nacional e local acerca dos empreendimentos em solo brasileiro vinculados às ditas “energias limpas”.



[1]

A pesquisa faz parte da série Vozes Silenciadas em que o Intervozes analisa a cobertura da mídia sobre temas que impactam os direitos da população brasileira. Este é o sétimo volume da série, que já tematizou: a criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2011; as jornadas de manifestações de junho de 2013; a reforma da previdência do governo Bolsonaro (2019); a tragédia provocada pelo crime de derramamento de petróleo na costa brasileira (2020); os direitos sexuais e reprodutivos, com foco no aborto (2023); e as leis de cotas para acesso ao ensino superior no país (2024). Todos os volumes da série estão disponíveis gratuitamente no site do Intervozes.^[2]

Próximo de sediar a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), em 2025, e assumindo compromissos internacionais e um papel estratégico na economia global como sede do G20, o Brasil vem se colocando como protagonista na chamada transição energética, imprimindo ritmo acelerado à implantação de megaprojetos de energia renovável e lançando as bases de políticas de compromisso que alegam enfrentar a chamada crise climática. Tais políticas, entretanto, têm se mostrado insuficientes no enfrentamento das raízes profundas de um cenário de injustiça socioambiental marcante, atuando mais como esforços retóricos e sinalização ao mercado (numa estratégia de “greenwashing”) do que, propriamente, apresentando soluções justas, eficazes e que respeitem os biomas e a autonomia dos povos sobre seus territórios.

Nós, do Intervozes, esperamos que este olhar sobre como as mídias corporativa e pública têm se colocado no debate como ator estratégico que é, ajude no fortalecimento da luta de quem, a partir dos territórios, nos presta valiosas lições de como habitar muitos mundos em coerência e em defesa da biodiversidade e do bem viver. Que esta pesquisa alimente discussões e buscas de soluções a partir de perspectivas diversas e críticas, fortalecendo as lutas no Brasil, na América Latina e mundo afora, ajudando a transformar as angústias necessárias em férteis esperanças.

Boa leitura!



[2]



PARQUE EÓLICO PRÓXIMO A SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RIO GRANDE DO NORTE. /IMAGEM: PAULO REBÉLO

O TEMA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

2

O modelo de transição energética adotado no Brasil e em outros países da América Latina tem sido apresentado como solução incontornável e irretocável para a crise climática. A crise climática e, por conseguinte, a urgência de uma mudança no modo de consumo e geração de energia, é argumento relevante que favorece o setor de energias renováveis. No entanto, esse assunto tem sido tratado de maneira problemática no debate público: discursos de políticos, de empresas do setor de energias, de fontes consideradas especialistas e de organismos internacionais, reverberados na mídia, provocam confusão sobre o que são as energias renováveis, quais são os seus impactos e se elas realmente contribuem para a proteção do meio ambiente. Mais do que isso: escondem os impactos socioambientais que atingem Povos e Comunidades Tradicionais, comunidades de agricultoras/es e as espécies de animais e plantas que habitam os diferentes biomas no país.

Parte da construção discursiva do papel positivo das energias renováveis se dá pela utilização de termos que enfatizam potenciais benefícios e escondem impactos. O próprio termo “renováveis” aponta para um uso de recursos naturais sem limites. A ele, se somam termos como “energias limpas” e “energias verdes”. Esses termos, no entanto, estão em disputa e têm uma conceituação vaga, pouco explícita quando aparecem nos discursos públicos. Além disso, são utilizados como sinônimos quando apresentam significados diferentes.

Os recursos renováveis são entendidos por parte da

literatura técnica como aqueles cujo tempo de reposição “é relativamente curto se comparado à taxa média de sua utilização pelo homem” (Bianchi, Lima e Dias, 2016: 49). Como exemplo, teríamos as hidrelétricas, a energia eólica e a energia solar. As “energias limpas”, por outro lado, seriam aquelas que não emitem poluentes para a atmosfera, como as eólicas e as solares, e mesmo a energia nuclear. Esta, embora tenha o potencial de causar diversas formas de contaminação ao longo de sua cadeia produtiva, desde a extração de minério radioativo até o descarte de material de rejeito, em tese, não emite poluentes para a atmosfera como a queima de combustíveis fósseis (Ribeiro, 2016). Já as grandes hidrelétricas, por exemplo, podem emitir gás metano no processo de decomposição da vegetação de seus reservatórios e os equipamentos elétricos podem emitir ozônio (Reis, Caselato e Santos, 2016).

Ainda que chamadas de “limpas” ou “renováveis”, toda produção energética, incluindo a eólica, tem impactos socioambientais negativos (Fadigas, 2016) e potencialmente causadores de conflitos. É preciso lembrar também que esses conceitos de “limpas” e “renováveis” optam por não levar em consideração os inúmeros impactos sociais desses modelos de produção energética baseados em grandes empreendimentos. Como explicam Livia de Paiva Rodrigues, Romária de Sousa Holanda e Soraya Vanini Tupinambá em texto na seção Vozes Amplificadas ao final desta publicação:

“O enfoque na redução das emissões de CO2 – o que de fato a matriz eólica significa em relação às matrizes fósseis – como única e exclusiva solução para toda a problemática climática – que é também social, ambiental, política, econômica, tecnológica e cultural – acaba por referendar a imediata associação entre ‘energia eólica’ e ‘energia limpa’. E para ‘limpo’, lê-se ‘bom’, ‘certo’, ‘justo’, ou seja, sem promover a sujeira que seria o dano para o meio ambiente já identificado no imaginário em relação aos impactos da exploração de fontes fósseis – que é a alta emissão de CO2. Sujeira, então, de acordo com essa lógica, não se refere à alteração da paisagem, tampouco à degradação das dunas e à redução da disponibilidade de água doce, ou aos impactos na fauna, à erosão do solo, às alterações nos ecossistemas, ao desmatamento e fragmentação de habitat, aos impactos territoriais às comunidades locais, ao impacto das infraestruturas das usinas eólicas às comunidades e famílias, ao ruído e sombreamento de aerogeradores prejudiciais à saúde humana, aos conflitos pela terra e contratos de arrendamento injustos, às mudanças na economia local, à migração e fluxos populacionais, à subempregabilidade, ao abandono parental e à exploração sexual das mulheres no contexto da instalação dos megaprojetos, para falar alguns dos já estudados e comprovados impactos dos empreendimentos eólicos, sobretudo no Sul Global, com destaque para a região Nordeste brasileira. Sujeira¹, nesse discurso, é só mesmo a alta emissão de CO2”.

O debate sobre esses impactos é uma preocupação de toda a sociedade e principalmente dos Povos e Comunidades Tradicionais, agricultoras/es e outros grupos populacionais que habitam os territórios cobiçados pelas empresas que têm instalado megaempreendimentos energéticos sobretudo no Nordeste e no Norte do país. O Brasil ocupa hoje o 6º lugar no ranking de capacidade instalada de energia eólica no mundo. São 916 projetos instalados, mais de 10.000 aerogeradores em operação, sendo cerca de 90% concentrados na região Nordeste. Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará são os líderes nacionais, e essa expansão tem sido mobilizada principalmente sob a justificativa de geração de emprego, renda e desenvolvimento para a região (ABEEólica, 2023).

No entanto, esses mesmos grupos, que visam ao cuidado com a terra e à preservação de seus biomas, são silenciados no debate sobre o modelo de transição energética, como mostra esta pesquisa.

As mudanças não podem, nem devem, se dar a qualquer custo. Há muitas vidas a serem consideradas nesse processo. Não atingiremos a quebra de paradigma de produção de “energia limpa” por meio da repetição de formas exploratórias e coloniais que sustentam o capital e o sistema vigente.

A intenção desta pesquisa não é se contrapor às energias renováveis, ao contrário, partimos de um lugar cuja preocupação se dá também com a garantia dos direitos da natureza e dos povos e comunidades que habitam historicamente esses locais. Por isso, nos preocupamos também com a forma como essa transição tem sido feita e se é realmente justo que reivindique o título de “renovável”, “limpa” ou “verde”.

¹Exemplos recentes são o artigo “Percepção dos impactos socioambientais causados por geradores eólicos no estado do Piauí, Nordeste do Brasil” (Araújo; Gorayeb, 2023), a publicação “Impactos socioambientais da cadeia produtiva da energia eólica na comunidade tradicional de Caetanos de Cima (Amontada - Ceará)” (Instituto Terramar e Júlio Holanda, 2022), ou a tese “Implicações socioambientais dos estudos ambientais (RAS) utilizados no licenciamento ambiental de parques eólicos no Ceará - Brasil” (Souza, 2020).

METODOLOGIA E ESCOPO

3

A pesquisa Vozes Silenciadas Energias Renováveis: a cobertura da mídia sobre a transição energética no Brasil enfoca os anos de 2021 a 2023, quando o assunto entra de forma mais contundente na agenda política do país.

O estudo engloba veículos impressos e digitais das mídias corporativas, também chamadas de mídias tradicionais ou hegemônicas, compreendidos como os veículos jornalísticos com viés comercial e associados aos grupos de mídia com maior alcance de público e poder de mercado nos seus segmentos, seja em nível nacional seja em nível local.

Como historicamente o Intervez tem analisado, esses grupos detêm também poder político, econômico e até mesmo religioso para além do setor da comunicação, como mostra o [Monitoramento da Propriedade da Mídia](#).^[1]

Além da mídia corporativa, a pesquisa também analisou o conteúdo da Agência Brasil, mídia pública, parte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e, portanto, idealmente comprometida com o interesse público e com uma cobertura plural e cidadã.

No escopo dos veículos nacionais, foram analisadas as coberturas dos sites da **Folha de S. Paulo**, de **O Estado de S. Paulo (Estadão)** e da **Agência Brasil**, assim como a versão impressa do jornal **O Globo**, acessada de forma digital. A escolha pela versão impressa deste último jornal se deu em decorrência das ferramentas de busca disponíveis no seu portal serem insuficientes para uma filtragem adequada do conteúdo.

As mídias locais analisadas, ou seja, aquelas que incidem mais fortemente dentro dos estados onde estão situadas, foram escolhidas por conta do número considerável de empreendimentos de energias renováveis instalados na região Nordeste e também pela relevância dos veículos em termos de audiência em cada um dos estados. Foram analisados os seguintes jornais regionais: **A Tarde (BA)**, **Diário do Nordeste (CE)**, **Jornal da Paraíba (PB)**, **Jornal do Commercio (PE)**, **Meio Norte (PI)** e **Tribuna do Norte (RN)**.



[1]

Pela primeira vez na série Vozes Silenciadas, incluímos na análise um veículo do Piauí, por ser um estado profundamente impactado pela agenda de transição energética, já que é sede do maior parque eólico em operação da América Latina. Na seção Vozes Amplificadas, uma entrevista com a liderança quilombola Nilson José dos Santos traz um panorama dos desafios colocados ao território de Queimada Nova nesse contexto.

A série Vozes Silenciadas se desenvolve a partir de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa que busca analisar discursos midiáticos sobre temas conjunturais

emergentes. Em cada uma das edições, mudam os recortes temporais, são ajustadas as perguntas norteadoras e o corpus, mantendo, entretanto, como método principal de estudo, a Análise de Conteúdo. Para responder o que a mídia silencia em relação às energias renováveis, **foram analisados 566 conteúdos, entre notícias, reportagens, editoriais, artigos e notas**. Vale ainda salientar que a equipe de pesquisa diferenciou, mas também considerou, conteúdos pagos (publicitários) que se apresentavam em formato jornalístico, com uma espécie de etiqueta ou chapéu de “informe publicitário”.



TOTAL DE CONTEÚDOS NOS 10 VEÍCULOS: 566 MATÉRIAS

TOTAL DE MATÉRIAS POR VEÍCULO

NACIONAIS		REGIONAIS	
Agência Brasil	77	A Tarde (BA)	33
Estadão	45	Diário do Nordeste (CE)	68
Folha de S. Paulo	49	Jornal do Commercio (PE)	19
O Globo	64	Jornal da Paraíba (PB)	35
		Meio Norte (PI)	80
		Tribuna do Norte (RN)	96



TOTAL DE FONTES OUVIDAS NOS 10 VEÍCULOS: 1001

TOTAL FONTES POR VEÍCULO

NACIONAIS		REGIONAIS	
Agência Brasil	120	A Tarde (BA)	53
Estadão	88	Diário do Nordeste (CE)	93
Folha de S. Paulo	90	Jornal do Commercio (PE)	32
O Globo	101	Jornal da Paraíba (PB)	76
		Meio Norte (PI)	112
		Tribuna do Norte (RN)	236

Considerando que a análise de conteúdo possui uma dimensão semântica, a qual se vincula ao que é dito, e uma dimensão sintática, relacionada à forma como o conteúdo é exposto (Bauer, 2022), num primeiro momento foi definido um conjunto de palavras-chave para orientar as buscas nos portais e no jornal impresso. Foram elas: energia limpa; energia verde; energia renovável; energia eólica; energia solar; transição energética; empreendimentos eólicos.

Percebe-se, portanto, uma escolha metodológica por manter o foco da pesquisa nas energias eólica e solar, sem priorizar termos como hidrogênio verde e biocombustíveis, por exemplo. Isso porque, nos primeiros passos desta pesquisa, realizamos um diálogo ampliado com movimentos, organizações e comunidades impactadas pelo avanço das energias renováveis, especialmente do Nordeste. Nas falas dessas pessoas ficou evidenciado que são os empreendimentos de energias eólica e solar que mais têm impactado esses territórios.

A escolha do recorte temporal decorre da importância de se entender a questão da transição energética dentro da conjuntura político-econômica do país que ainda vive a ressaca do atravessamento de um governo de extrema direita e que, desde a posse do Governo Lula, tem se colocado de maneira estratégica e protagonista na agenda global de transição energética. Recortamos, assim, um corpus capaz de oferecer subsídios para a compreensão da questão climática, mas também trazer elementos para analisar como os modelos econômicos e os projetos de desenvolvimento afetam a garantia da soberania dos povos, das comunidades e dos biomas atingidos pela instalação dos empreendimentos de energias renováveis. Analisar como a mídia participa desse processo dentro desse recorte temporal torna-se fundamental para um entendimento mais profundo do debate, pois nos permite compreender como o discurso sobre a transição energética é formulado, por quais agentes, e quais são as vozes silenciadas nessa construção discursiva.

Para saber quais as vozes evidenciadas e as silenciadas, parte importante desta pesquisa é o levantamento

das fontes consultadas pelos veículos de mídia. As fontes foram categorizadas da seguinte forma: Executivo (representante do Poder Executivo nas três esferas de governo); Legislativo (representante do Poder Legislativo nas três esferas de governo); Judiciário; organismo internacional (organização e instância multilateral e internacional); empresa pública (das três esferas de governo); Sistema S; indústria (de qualquer segmento deste setor da economia); banco público; banco privado; empresa do setor energético; outras empresas (empresas de outros setores que não o energético escutadas pelas redações); especialista (pessoa com filiação a institutos de pesquisa e/ou entidades de ensino e pesquisa); ambientalista (pessoa ou profissional que se posiciona individualmente como ambientalista); Povos e Comunidades Tradicionais (pessoas dos territórios envolvidos na pauta); sociedade civil (organizações da sociedade civil, ONGs e associações constituídas, não representantes de interesses privados). Vale ainda mencionar que alguns conteúdos, em geral notas, conteúdos opinativos e de marca, apresentavam dados e argumentos cuja origem não era mencionada, mas possuíam uma função de certificação da realidade similar às das fontes. Nesses casos, foram registrados como “fontes não identificáveis”.

Recorte temporal

Para os **veículos locais**, o período de análise contemplado foi **de janeiro de 2021 a junho de 2023**. Para os **jornais nacionais**, dado o tamanho do corpus levantado ao longo desses dois anos e meio, foi necessário traçar recortes temporais mais delimitados, explicitados na linha do tempo a seguir.

PERÍODOS ANALISADOS NOS JORNAIS NACIONAIS

1º período: de 1º de outubro a 30 de novembro de 2021, devido à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), realizada na Escócia, e todo o debate em torno da transição energética, descarbonização e financiamento de políticas sustentáveis.

2º período: de 1º a 30 de janeiro de 2022, quando tivemos a promulgação de uma lei e de um decreto presidencial acerca dos empreendimentos das energias renováveis. A Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, instituiu o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica e o Programa de Energia Renovável Social. Já o Decreto Presidencial nº 10.946, de 25 de janeiro 2022, dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para a geração de energia elétrica a partir de empreendimento *offshore*.

3º período: de 1º a 30 de novembro de 2022, devido ao mês de realização da COP27, no Egito.

4º período: de 1º a 31 de março de 2023. Neste mês, o governo federal publicou o decreto nº 11.456, o qual dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, beneficiando os empreendimentos do setor das energias eólicas e solares, em especial. Também neste mês houve o lançamento do Parque Eólico Chafariz, na Paraíba, o primeiro complexo de energia renovável do país (eólica e solar). Além disso, neste período o governo federal oficializou uma parceria com a Alemanha sobre transição energética; foi realizado o Seminário Econômico Brasil-China, no qual atores do setor empresarial chinês e brasileiro anunciaram 20 novos acordos, contemplando áreas como energias renováveis, indústria automotiva, agronegócio, linhas de crédito verde, tecnologia da informação, saúde e infraestrutura.

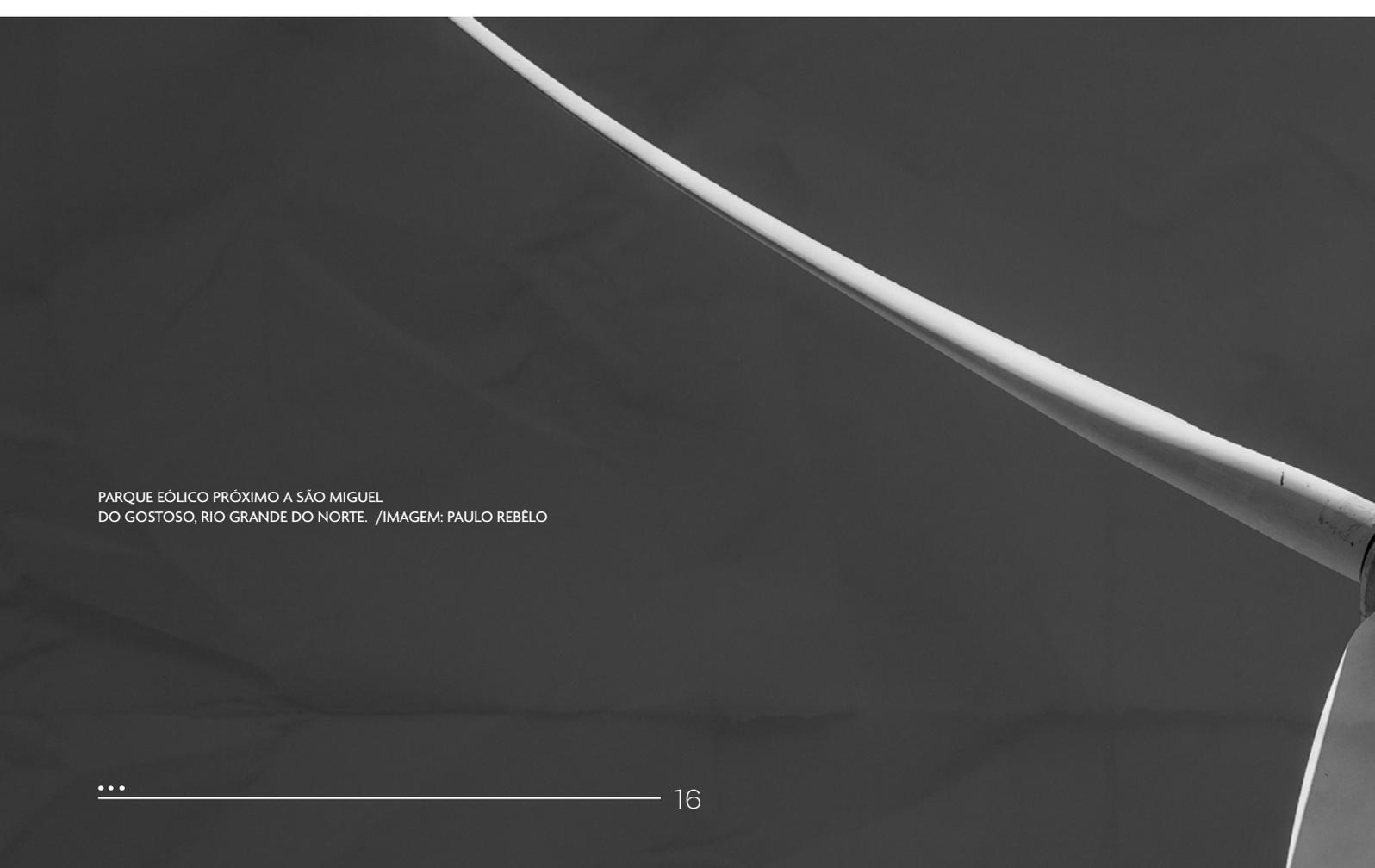
5º período: de 1º a 30 de abril de 2023. Neste mês, o Governo Federal lançou o novo Plano de Desenvolvimento que tem como um dos eixos principais a transição energética; ainda neste período, movimentos sociais denunciaram, em reunião com a secretaria da Presidência da República, os danos causados pelas eólicas em comunidades do Nordeste; e o Brasil assinou acordo com a China, que, em um dos eixos, aborda as energias renováveis.

6º período: de 1º a 30 de junho de 2023, quando a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram acordo de transição energética.

Os critérios de análise sintática nos sites noticiosos contemplaram os recursos multimídia utilizados, assim como a presença de propaganda associada (ou não) ao conteúdo. Já a dimensão semântica considerou os ganhos temáticos e as fontes consultadas nas matérias. Ainda foram identificadas a presença (ou não) de controvérsias, e menções à legislação, a acordos internacionais e a pesquisas científicas.

A tabulação dos dados também considerou especificamente a forma como as matérias trataram os territórios onde se inserem os empreendimentos ditos “verdes”, com questões tais como: há menção a pesquisas de impacto socioambiental? Houve consulta à população? Quem são os donos das terras onde os empreendimentos são instalados? As características dos locais de instalação são abordadas? Qual o destino da energia gerada? O conteúdo aborda o papel do Estado na realização do empreendimento?

Além das análises dos veículos em si, incorporamos na **seção Vozes Amplificadas** perspectivas analíticas de atores e temas silenciados na cobertura da mídia tradicional, como forma de contribuir para um debate diverso



PARQUE EÓLICO PRÓXIMO A SÃO MIGUEL
DO GOSTOSO, RIO GRANDE DO NORTE. /IMAGEM: PAULO REBÉLO

e plural e o aprofundamento do tema. Para esta edição, contamos com cinco artigos e uma entrevista. São eles: “Rumo a uma transição energética a partir do Sul Global: transnacionalizando a defesa do território”, escrito por Guido Lautaro Costantini e Gabriel Rocha Belloni – ambos do Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e da Iniciativa para la Justicia Transnacional (IJT); “Injustiça socioambiental e a mobilização de mulheres negras por direitos – identificando problemas e construindo redes para a ação”, de Tâmara Terso, associada do Intervozes e coordenadora da articulação Vozes Negras pelo Clima, iniciativa da Anistia Internacional; “A afetação pelas eólicas, feitas de silêncios e sons”, escrita conjunta de Livia de Paiva Rodrigues, Romária de Sousa Holanda e Soraya Vanini Tupinambá, do Instituto Terramar; “Mídia internacional privilegia vozes oficiais em detrimento de perspectivas de comunidades e povos tradicionais”, de Sheley Gomes, cientista política, e Paulo Victor Melo, jornalista, professor e pesquisador de Políticas de Comunicação, ambos associados do Intervozes; e o texto “Quem ouve as Vozes Silenciadas no debate das energias renováveis?”, de Gabriela Amorim, editora-che-

fe do jornal Brasil de Fato Bahia. Além dos artigos, esta edição traz ainda entrevista com Nilson José dos Santos, líder comunitário do Quilombo Sumidouro (Piauí), membro da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí e radialista.

A todas/os as/os trabalhadoras/es que colaboraram com este Vozes Silenciadas, o agradecimento do Intervozes. Agradecemos também aos movimentos e às instituições parceiras que dialogaram com a gente para a construção desta pesquisa e sem as quais o Vozes Silenciadas Energias Renováveis não existiria: Articulação do Semiárido (ASA), Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, Brasil de Fato Bahia, Campanha Mar de Luta, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Instituto Terramar, Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural de Sergipe (MMTR-SE), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e Rede Vozes Negras pelo Clima.



ANÁLISES DOS VEÍCULOS NACIONAIS

4

TOTAL DE MATÉRIAS NOS VEÍCULOS NACIONAIS

VEÍCULO	GRUPO	MATÉRIAS POR VEÍCULO
Agência Brasil	Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	77
Estadão	Família Mesquita	45
Folha de S. Paulo	Grupo Folha / Família Frias	49
O Globo	Grupo Globo / Família Marinho	64
Total de matérias nos veículos nacionais		235

4.1. AGÊNCIA BRASIL

77
conteúdos
analisados

A Agência Brasil (ABr) foi criada em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, como um serviço integrante da Radiobrás — Empresa Brasileira de Comunicação, sem autonomia administrativa. No site institucional, a ABr é definida como uma “agência pública de notícias com foco no cidadão”. Os valores apresentados como norteadores dos seus critérios de noticiabilidade são: o interesse público, a honestidade, a precisão e a clareza das informações que transmite.

Desde 2007, a ABr integra a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Juntamente com a TV Brasil, a Radioagência Nacional, as rádios MEC AM e FM, as rádios Nacional AM Brasília, AM Rio, FM Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões, passou a compor o sistema público de comunicação. A agência produz e distribui conteúdo jornalístico gratuito, por meio de seu site, para veículos de comunicação nacionais e internacionais. O foco prioritário de sua cobertura está em pautas de interesse público e que envolvam os agentes do Estado.

A história da Agência Brasil se vincula diretamente às agências de notícias estatais. No país, a primeira dessas iniciativas data de 1937, quando Getúlio Vargas criou a Agência Nacional (AN), subordinada ao Departamento de Propaganda e Imprensa, em consonância com dois objetivos principais: ser um aliado do seu projeto de integração nacional e disseminar o ideário do governo.

É válido salientar que, nesse período, o Brasil dispunha de poucas agências de notícias nacionais. Gradativamente, por meio da produção de boletins diários radiofônicos sobre os Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para A Hora do Brasil e do fornecimento de textos gratuitos para as empresas jornalísticas, a AN se consolidou como uma referência das ações oficiais do Estado, principalmente durante o Estado Novo, quando o acesso às informações públicas era restrito.

A Agência Nacional sobreviveu à queda do Estado Novo, se adaptando aos vieses ideológicos dos governos seguintes.

“A Agência Nacional permaneceu estreitamente orientada pela direção político-ideológica de cada governo da vez. Na transição entre Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, em 1961 (ano em que o país teve esses três presidentes), a empresa alternou-se entre os diretores João Baptista da Costa, Mauricio Vaitsman e Josué Guimarães (jornalista e escritor gaúcho ligado ao trabalhismo). De forma geral, a AN mantinha e reforçava o papel de fornecedora de conteúdo para a mídia nacional, sem ônus nem cobranças financeiras. Parte de seu conteúdo era traduzido e redistribuído internacionalmente por agências estrangeiras, como a Associated Press”. (Lisboa, Aguiar, 2016: 7)

Com o Golpe Militar de 1964, a Agência Nacional passou a ser tratada como órgão oficial de divulgação do governo. Em 1979, foi rebatizada como Empresa Brasileira de Notícias (EBN), produzindo o noticiário radiofônico A Voz do Brasil e mantendo a distribuição de textos noticiosos. Em 1998, em meio ao processo de redemocratização do país, a EBN foi extinta por decreto e suas atribuições passaram a ser de responsabilidade da Radiobrás – empresa que, dois anos depois, criou a ABr.

Até 2000, a Agência Brasil distribuía seus conteúdos para as redações por fax e telex. A criação de seu website, em 1997, foi um divisor de águas nesse modelo de distribuição, sendo, três anos depois, a única plataforma usada para tal.

Juliana Lisboa e Pedro Aguiar (2016) destacam a gestão de Eugênio Bucci (2003-2006) como paradigmática na mudança do enfoque eminentemente estatal para o de agência de notícias pública,

baseada no valor informativo dos conteúdos. O reforço dessa máxima se deu com a incorporação da ABr à Empresa Brasil de Comunicação, em 2007. Em 2010, a Agência Brasil passou a contar com uma página no website da EBC, com resenhas em inglês e espanhol, fortalecendo a disseminação de notícias para fora do país.

A partir do impeachment golpista sofrido por Dilma Rousseff, em 2013, a Empresa Brasil de Comunicação vivenciou ataques, mudanças estruturais e cortes sistemáticos. Particularmente durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, no qual foi editada a portaria de unificação da EBC e da TV Nacional do Brasil (NBR), um canal governamental, a comunicação pública sofreu violentos golpes e saiu radicalmente enfraquecida.

A criação de um Grupo de Trabalho, em dezembro de 2023, com participação da sociedade civil e representantes do governo Lula para debater a participação social, definir diretrizes e propor medidas para o aprimoramento da comunicação pública no Brasil, foi apontada por alguns setores como uma possível retomada: o reinício de uma jornada por uma longa estrada até chegar à comunicação pública que o país necessita. Entretanto, a comissão de trabalhadores, as entidades sindicais e as articulações em defesa da comunicação pública seguem denunciando ingerências governamentais, censuras, ataques a direitos trabalhistas, corte de orçamento e outros episódios que põem em xeque o sistema público de comunicação brasileiro.



Para entender a comunicação pública no atual governo Lula, acesse o texto “Comunicação pública é forte pilar para os desafios democráticos do presente”, de Aline Braga e Iano Flávio, publicado no especial Algo de novo sob o sol?, uma parceria do Intervozes e do Le Monde Diplomatique Brasil.

A cobertura das energias renováveis na ABr: comunicação pública ou estatal?

Os 77 conteúdos publicados na Agência Brasil sobre energias renováveis no recorte temporal desta análise demonstram uma forte vinculação às agendas, posicionamentos públicos e iniciativas do Governo Federal. Essa tendência de alinhamento ao papel de uma comunicação de governo também é observada em outras edições da pesquisa Vozes Silenciadas, como a que trata do vazamento de petróleo no litoral brasileiro em 2019^[1] e a que analisa a cobertura sobre os direitos sexuais e reprodutivos, com foco no aborto, publicada em 2023.^[2]

Parte considerável das matérias é composta por notícias (62 matérias ou 80,52%), com formato semelhante ao dos releases encaminhados pelas assessorias de comunicação para as redações



[1]



[2]

jornalísticas tradicionais, com forte ênfase no jornalismo declaratório. Em percentual menor vêm os textos em formato de reportagem (13 textos ou 16,88%) e entrevista (2 ou 2,6%).

A disposição da informação na agência prioriza textos curtos, acompanhados por recursos como fotografia e áudio, este último sendo, na maior parte das vezes, uma ferramenta de acessibilidade padrão para pessoas com deficiência visual. Vídeos aparecem em apenas três conteúdos, demonstrando a pouca utilização de recursos multimídias, mesmo sendo uma plataforma informativa digital.

As fotografias, em geral, privilegiam as fontes – majoritariamente representantes do poder Executivo Federal. Esse padrão, somado ao fato de mais de um terço das fontes ouvidas nas matérias serem citadas no lide, reitera a função da agência de porta-voz do Governo Federal – característica que pode indicar uma questionável confusão entre interesses públicos, estatais e privado-comerciais.

Tal padrão de apresentação das informações foi observado nos três anos desta pesquisa, tanto na gestão de Bolsonaro quanto na de Lula.



A corrida do governo Lula para se posicionar como uma referência global em energia “verde” é notável nos percentuais de inserção da pauta na ABr, considerando ainda essa característica de publicidade de atos executivos adotada pelo veículo. Do total de conteúdos analisados, quase metade (38 conteúdos ou 49,35%) corres-

ponde ao último período deste estudo (janeiro a junho de 2023), recorte temporal posterior à posse de Lula na presidência. Os demais conteúdos se referem ao primeiro período, de janeiro a dezembro de 2021 (23 ou 29,87%), e ao segundo período, de janeiro a dezembro de 2022 (16 ou 20,78%).

SEÇÕES: ETIQUETANDO A MERCADORIA-NOTÍCIA

O jornalismo, ao se especializar e se posicionar como um setor do mercado, no caso de notícias, organizou sua produção em seções. Essas, por sua vez, etiquetam a mercadoria-notícia para melhor endereçamento ao seu público consumidor. Por isso, é interessante observar a relação entre conteúdos e editorias, percebendo como os veículos organizam fatos e acontecimentos, os quais, por sua vez, colaboram com a construção social de consensos sobre assuntos caros à população.

Chama a atenção que a maior parte das matérias sobre as energias “verdes” no conjunto dos três períodos esteja alocada na editoria de Economia (27 matérias ou 35,06%). Depois vêm as editorias Geral (20 matérias ou 25,97%), Internacional (16 textos ou 20,78%) e Política (14 textos ou 18,19%). Seguindo o padrão da mídia hegemônica comercial, a ABr também enquadra suas pautas sobre os empreendimentos ditos verdes a partir de uma ótica de mercado, afastando-as de prismas mais amplos que pudessem tratar dos impactos socioambientais e mesmo das agendas políticas envolvidas no desenvolvimento desse tipo de produção de energia.

Vale salientar que nas quatro editorias é possível encontrar uma forte e preocupante presença de discursos colonialistas verdes e de exploração dos recursos naturais como moeda para o mercado global. Tais narrativas se espriam em todas as editorias seguindo a tendência observada nos veículos comerciais analisados neste estudo. Destaca-se ainda que 87,5% das fontes ouvidas (105 de um total de 120) são favoráveis às energias ditas limpas e que a agência ouviu apenas quatro fontes (3,3%) contrárias a esses empreendimentos. Nos demais casos, não foi possível perceber a inclinação da fonte.

Em notícia publicada na Agência Brasil, na editoria Internacional, no dia 15 de novembro de 2022, a fala do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, representante do Estado brasileiro na COP 27, exemplifica a relação estabelecida pelo governo Bolsonaro entre o modelo de transição energética e a política de incentivo ao livre mercado:

“Desde 2019, trabalhamos junto com o setor privado para encontrar soluções climáticas e ambientais lucrativas para as empresas, as pessoas e a natureza. Invertemos a lógica dos governos anteriores que só agiam para multar, reduzir e culpar. Este governo faz políticas para incentivar, inovar e empreender, criando assim marcos legais para uma robusta economia verde com geração de emprego e renda para todos os brasileiros”.

Fala do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, em matéria de 15/11/2022, no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-11/na-cop-27-brasil-lista-acoes-de-sustentabilidade-dos-ultimos-4-anos>

Na verdade, as matérias que tiveram como gancho as COPs 26 e 27 apresentam inúmeros exemplos de como, nos discursos oficiais reverberados pelo jornalismo declaratório da Agência Brasil, a natureza foi tratada como uma commodity e submetida a uma lógica de financeirização². Nesse sentido, os atos do governo, no caso Bolsonaro, acerca da agenda da mudança climática, são apresentados como moeda de troca em busca de relações econômicas globais lucrativas e promissoras segundo a lógica desenvolvimentista. Em matéria publicada no dia 9 de novembro de 2021, na editoria Geral, a fala do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), durante participação na COP 26, ilustra bem isso:

“Quero reafirmar o compromisso dos estados da Amazônia para com essa agenda e construir caminhos que harmonizem o maior **ativo** de floresta tropical do mundo com cerca de 25 milhões de pessoas que nele habitam. A solução é fazer com que a floresta em pé se transforme em **vocação econômica**; em um novo **ativo** e em uma **nova commodity global**, para que ela possa se consorciar a vocações já estruturadas que sustentam a economia de nossa região”, disse. (grifos nossos)

Fala do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), em matéria de 09/11/2021, no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/cop26-estados-buscam-investimentos-associados-compromisso-ambiental>

A perspectiva da moeda de troca pode ser visualizada em discursos como o do ministro Paulo Guedes, publicado em 30 de outubro de 2021, na editoria Economia, por ocasião de sua participação na reunião do G20:

“O Brasil quer ter acesso à OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], queremos ser membros do clube. Somos uma das maiores economias do mundo. Eles pedem nossa colaboração para fazer um acordo de tributação global, nós fizemos; pedem nossa colaboração para entrarmos no programa de mudanças climáticas. Nós, por outro lado, queremos ter acesso ao clube para discutir os problemas mais importantes da economia mundial”.

Fala do ministro Paulo Guedes, em matéria de 30/10/2021, no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/ministro-diz-que-brasil-vai-se-engajar-na-agenda-de-mudanca-climatica>

Na gestão do governo Lula, parte considerável das narrativas segue a mesma linha, tratando a agenda climática como se estivesse em um balcão de negócios. Em discurso veiculado na Agência Brasil, em 16 de março de 2023, na editoria Política, durante posse do novo presidente da Itaipu Binacional, Lula traz outro exemplo desse viés:

“Itaipu é uma coisa fantástica: você tem um lago enorme e você tem uns canos brancos que **produzem dólares**. Sim, ali, na verdade, se **produz dinheiro**. Quando vejo Itaipu vertendo água, fico imaginando a quantidade de dólares. Quem sabe em um futuro muito próximo a gente produzirá Hidrogênio Verde a partir dessa água de Itaipu, ganhando dinheiro das duas pontas”. (grifos nossos)

Fala do presidente Lula em matéria de 16/03/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-03/america-do-sul-so-se-desenvolvera-de-forma-conjunta-diz-lula>

A questão que mais preocupa na reverberação dessas falas oficiais que, de fato, foram feitas e devem ser visibilizadas, é a ausência de contraditório ou mesmo de aprofundamento. As comunidades tradicionais, majoritariamente as principais afetadas pelos empreendimentos ditos limpos, são invisibilizadas na agenda da ABr. Do universo de 77 conteúdos, as comunidades tradicionais e as populações impactadas são escutadas em apenas uma das matérias, publicada em 8 de abril de 2023, na qual moradores de comunidades onde foram instalados parques eólicos questionam o modelo de transição energética adotado pelo Estado brasileiro. Ao não explorar o contraditório, a ABr empobrece a cobertura, aproximando-se das narrativas da mídia hegemônica comercial e se afastando da comunicação pública e democrática que a sociedade precisa e tem direito.

² Sobre este assunto, observar o verbete “Financeirização das commodities”, do Dicionário Crítico da Mineração (Gomide et al, 2018): “O processo no qual os bens naturais comoditizados geram ativos e transações em mercados financeiros é a financeirização dos bens naturais. Dessa forma, bens naturais retirados em escala local são transacionados por agentes internacionais em mercados externos gerando não apenas sua comercialização, mas também diversas operações financeiras. Dos bens naturais extraídos em nível local desdobram-se eixos comerciais globais, que envolvem, além de agentes locais - de empresas extrativas aos entes estatais - também os mercados financeiros”.

Geral

Afetados por eólicas discutem danos causados às comunidades

Especialistas defendem discussão ampla com habitantes das áreas

Publicado em 08/04/2023 - 11:17 Por Priscilla Mazenotti - Repórter da Rádio Nacional - Brasília

0:00 / 3:04

Os moradores de comunidades residentes no interior de parques eólicos, que convivem dia e noite com as torres que geram energia a partir vento, reclamam das dificuldades causadas pela poluição sonora provocada pela movimentação de seus geradores. A descrição é a de uma turbina de avião que nunca desliga.

Os impactos são muitos. Além do barulho, as torres afetam também o meio ambiente, alteram a vegetação, destroem a flora e provocam a morte de animais. Na saúde humana,

Relacionadas

Economia
Capacidade de geração de energia eólica deve bater recorde neste ano

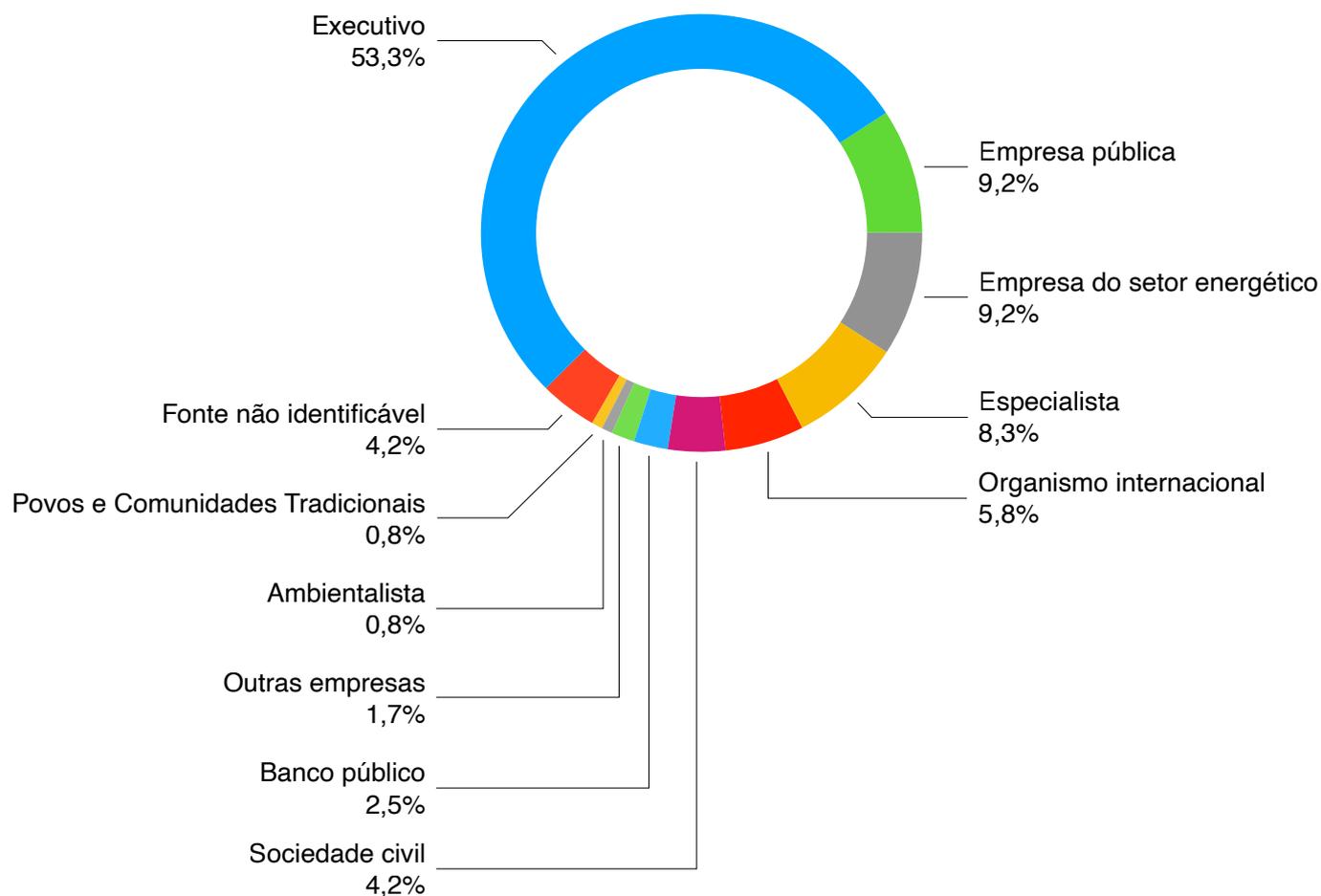
Materia publicada em 08/04/2023, no governo Lula. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/afetados-por-eolicas-discutem-danos-causados-comunidades>

Representantes do Executivo Federal (presidentes e ministros particularmente) constituem mais da metade das fontes ouvidas nas 77 matérias (53,3% delas). Eles vêm seguidos de empresas públicas e do setor energético (9,2% cada uma) e de especialistas (8,3%). Os Povos e Comunidades Tradicionais e representantes de territórios atingidos aparecem no final dessa lista com apenas 0,8% das inserções, ou seja, apenas um representante desse grupo foi ouvido em um total de 120 fontes consultadas pela Agência Brasil.

TIPOS DE FONTES OUVIDAS NA AGÊNCIA BRASIL

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Executivo	64
Empresa pública	11
Empresa do setor energético	11
Especialista	10
Organismo internacional	7
Sociedade civil	5
Banco público	3
Outras empresas	2
Ambientalista	1
Povos e Comunidades Tradicionais	1
Fonte não identificável	5

Tipos de fontes nas matérias da Agência Brasil, em todos os períodos



A contextualização do tema com dados, referências a legislações e acordos internacionais é, nesta pesquisa, igualmente um indicador de possibilidade de aprofundamento do debate público sobre o assunto. No entanto, no caso da Agência Brasil, ele é incipiente: 70,13% dos conteúdos não apresentam dados ou estatísticas e apenas 15,58% trazem menções à legislação sobre o tema. Parte considerável dessas legislações mencionadas foi criada para subvencionar a política de transição energética. Isso preocupa ainda mais ao nos lembrarmos do papel da agência pública na produção de informação que é constantemente replicada por outros veículos de imprensa. A falta de referências e dados aprofundados pode ter um efeito em cadeia na difusão de informações imprecisas, descontextualizadas ou mesmo enganosas.

É interessante observar a presença de menções a agendas ou acordos referentes ao meio ambiente. A pesquisa encontrou um equilíbrio percentual em relação a esse item: 49,35% das matérias citam acordos ou agendas de meio ambiente, enquanto que 50,65% silenciam sobre isso. No entanto, vale considerar que a maior parte das citações a agendas e acordos referentes ao meio ambiente diz respeito aos instrumentos internacionais basilares para os debates das Conferências das Partes sobre Mudanças do Clima, tais como o Acordo de Paris. Ou seja, aparecem majoritariamente em função do que está na fala das fontes e pouco como uma ferramenta de aprofundamento do assunto.



4.2. O ESTADO DE S. PAULO (ESTADÃO)

45
conteúdos
analisados

O jornal O Estado de S. Paulo, também conhecido como Estadão, está prestes a completar 150 anos de existência. Fundado em janeiro de 1875, o jornal começou a circular ainda nos tempos do Império com o título de A Província de São Paulo, nome que carregaria até janeiro de 1890, quando a República estabeleceu novas nomenclaturas para as unidades da federação.^[1] Atualmente, o Estado de S. Paulo é o terceiro jornal de maior circulação entre os veículos de tiragem paga e distribuição nacional segundo o Monitoramento da Propriedade da Mídia (Intervozes, 2017).

O Estadão pertence a uma família com atuação política marcante e de caráter empresarial, ou seja, uma empresa de comunicação que atua no mercado da informação. Por assim ser, muitos dos seus conteúdos, mesmo que jornalísticos, são definidos por relações de mercado e de negócio.

Em seu Código de Conduta e Ética, o jornal estabelece como missão: “Ser um grupo empresarial rentável nos

setores de informação e comunicação, nos segmentos de jornalismo, de serviços de informação, divulgação de publicidade, entretenimento e serviços gráficos”^[2]

Em 1902, o Estadão se tornou propriedade exclusiva da família Mesquita, quando Júlio Mesquita – redator desde 1885 e genro de um dos 16 fundadores – fez uma proposta e comprou o jornal. Em diversos momentos da história do Brasil, o jornal se posicionou politicamente. Apoiou a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República em 1909, a fundação do Partido Democrático em 1926 e a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas em 1932. Em 1964, aderiu ao golpe militar que destituiu o presidente eleito João Goulart. É importante que se diga que, quando seus interesses não mais convergiam com os dos militares, passou a ser alvo de censura.^[3]

Na história mais recente, também é importante destacar que o Estadão tem se posicionado, de maneira crítica e por vezes violenta, contra os governos progressistas eleitos por meio do voto e os movimentos sociais do campo e da cidade que reivindicam direitos básicos.^[4]

Apesar de seu reconhecimento e sua tradição estarem associados ao jornal impresso, o Estadão também está na internet desde 1995. Esta pesquisa fez a opção metodológica de analisar apenas as matérias da versão online do Estadão, conforme destacamos na introdução deste estudo. É possível que algumas delas tenham sido publicadas também na versão impressa, uma vez que o site, quando acessado por meio de assinatura, apresenta matérias das versões impressa e online.



[1]



[2]



[3]



[4]

Estadão é vitrine para o mercado de energias renováveis

Durante todo o segundo semestre de 2023, buscamos no site do Estadão os conteúdos que foram noticiados, entre 2021 e 2023, a partir de sete termos chaves já expostos, são eles: energia limpa; energia verde; energia renovável; energia eólica; energia solar; transição energética; empreendimentos eólicos. Feito esse primeiro levantamento, partimos para a fase de leitura dos textos para saber quais matérias tratavam de assuntos correlatos aos grandes empreendimentos de energias renováveis. Foram, ao final, analisados 45 textos.

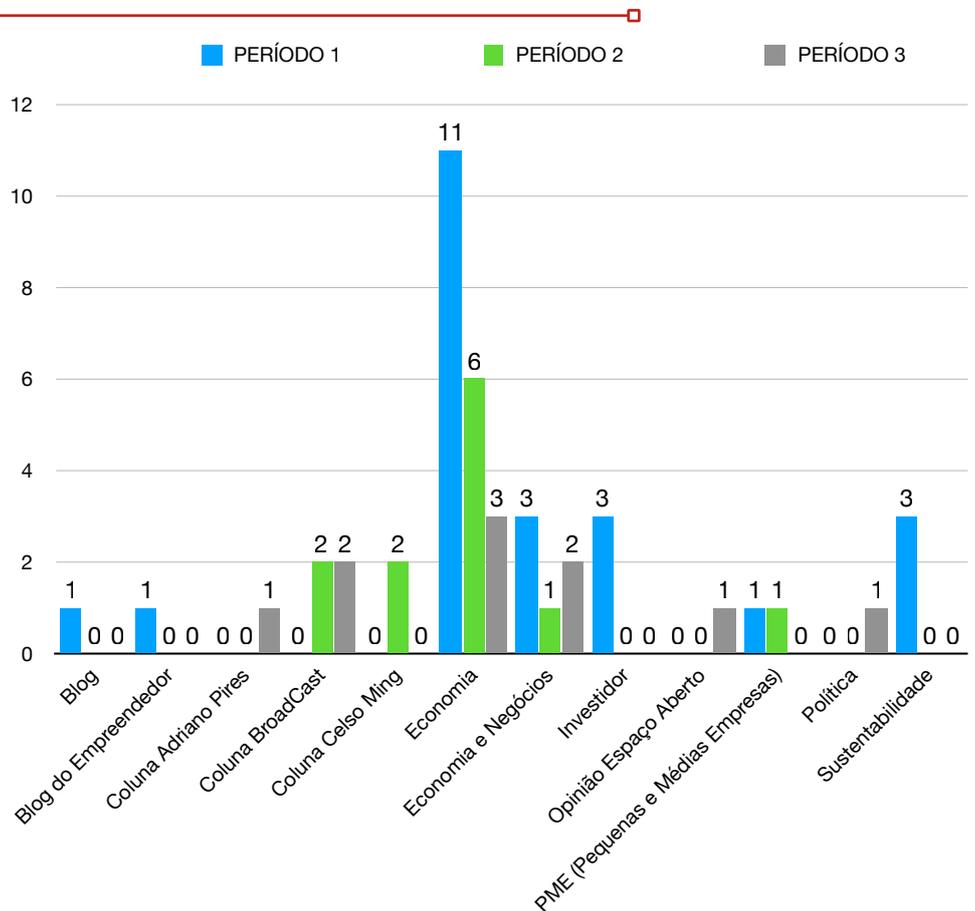
Como demonstramos a seguir, a leitura dessas matérias apontou que o Estadão trata desse assunto complexo de maneira simplista, destacando quase sempre a urgência de uma transição energética, sem, no entanto, aprofundar os termos dessa transição e sem mostrar que ela tem sido utilizada como justificativa para atropelar a garantia dos direitos dos povos, dos territórios e dos biomas. O tom das matérias, preponderante também nos outros veículos nacionais analisados aqui, é de alarmismo

e de emergência, sem espaço para o contraditório e para o aprofundamento, premissas do jornalismo.

Assim como observado em outros veículos, a maioria dos textos que encontramos no Estadão sobre energias renováveis foi publicada nos cadernos Economia, Negócios e Investidor e em colunas. Juntas, as matérias publicadas nas páginas de negócios ou economia somam quase 86,67% do conjunto (39 de 45).

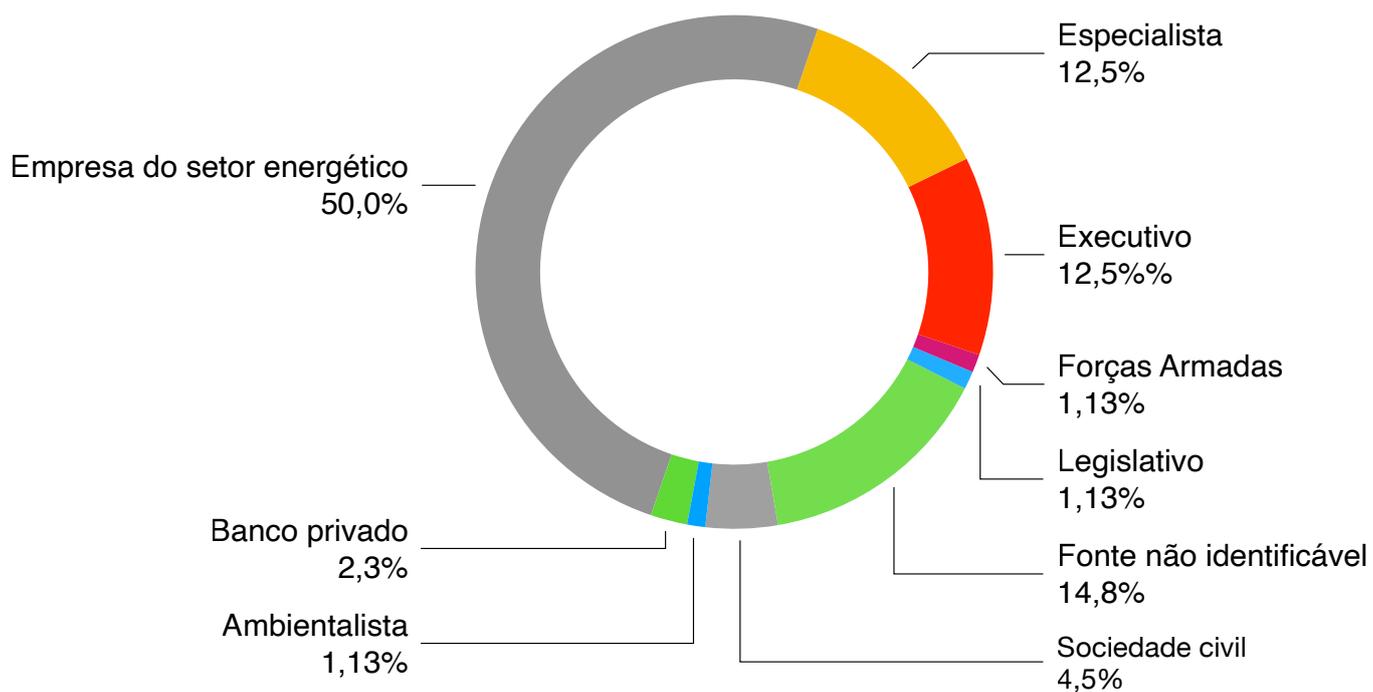
As matérias trazem com frequência representantes do setor energético como fontes (são 44 fontes de um total de 88, ou seja, 50% da amostra), seguidos de membros do Poder Executivo (11 fontes ou 12,5% do total) e especialistas (também 11 fontes ou 12,5% do total). Em contrapartida, destaca-se a total ausência de fontes dos territórios impactados pela instalação dos grandes empreendimentos nas 45 matérias analisadas, o que produz um grande silêncio acerca dos impactos e dos conflitos socioambientais acarretados pelas energias renováveis.

Seção em que a matéria foi publicada, por período



Tipos de fontes nas matérias do Estadão, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Empresa do setor energético	44
Especialista	11
Executivo	11
Sociedade civil	4
Banco privado	2
Ambientalista	1
Forças Armadas	1
Legislativo	1
Fonte não identificável	13



A linha editorial adotada pelo jornal defende e propaga as energias renováveis como um negócio rentável e uma grande oportunidade no mercado verde. Observa-se que o tema é enquadrado como a solução para problemas como o aumento do consumo de energia e a urgência para a transição da matriz energética. Isso fica aparente já em alguns títulos de matérias que destacam, ainda, nomes de empresas: “Electra e Vinci Partners investirão R\$ 2,5 bi em energia renovável”; “Solfácil capta R\$ 1,3 bi para financiar projetos de energia solar”; “Enel inaugura parque eólico no Rio Grande do Norte, um novo alívio ao sistema elétrico”; “Equatorial paga R\$ 6,7 bilhões pela Echoenergia, especializada em fontes renováveis”.



Exemplos de manchetes do Estadão que destacam nomes de empresas

É importante que se diga ainda que os textos analisados são apresentados, em sua maioria (33 conteúdos ou 73,33%), em formato de notícias, ou seja, uma apresentação factual dos casos. Outros cinco textos (11,11%) são artigos de opinião e três (6,67%) são notas ou notas de coluna. Em nossa análise, apesar de termos encontrado quatro reportagens, nenhuma apresenta a devida complexidade que a temática exige. Não é à toa, portanto, a ausência e o silenciamento das grandes questões que envolvem o tema da transição energética e das fontes que apresentem os pontos de vista das comunidades e biomas afetados pela instalação dos grandes empreendimentos.

Chama a atenção também a pouca presença de propagandas e anunciantes. Entre os textos analisados, 95,56% não têm propaganda ou anunciantes vinculados, ao passo que, na mesma porcentagem, as matérias se apresentam como jornalísticas, havendo apenas dois conteúdos que foram classificados como publicitários, no período 1. Apesar disso, vários títulos dessas matérias apresentam os nomes de empresas numa posição de destaque, como mostramos anteriormente, e nenhum contraponto às suas falas ao longo do texto.

A falta de aprofundamento do tema pode ser observada ainda quando vemos que mais de 82% das matérias (37 de 45) não citam nenhuma legislação. Além disso, é possível identificar que mais de 95% delas (43 de 45) são pró-energias renováveis. Aqui, cabe reforçar que esta pesquisa parte de uma preocupação específica com o modus operandi de implantação de grandes empreendimentos de energias renováveis nos territórios, quase sempre feitos no Nordeste e em comunidades historicamente caracterizadas por essa mesma mídia como “lugar de atraso”, “desérticos”, “sem vida”, e que esse funcionamento não é explicitado na cobertura do Estadão.

Destacamos ainda que 93,33% dos textos do Estadão (42 de 45) não mencionam os impactos socioambientais nos locais onde os empreendimentos são instalados. Quase nenhuma matéria (apenas duas no conjunto de 45) cita qualquer estudo de impacto socioambiental. Em nenhum dos textos analisados encontramos alguma menção à consulta prévia, livre e informada a que as pessoas

e as comunidades impactadas pelas instalações desses megaempreendimentos têm direito. E mais: 91,11% dos textos (41 de 45) não mencionam o motivo da escolha do local para a instalação do empreendimento em questão; e apenas um texto do total de 45 menciona as características do local de instalação, reforçando a ideia de que trata-se de territórios vazios, sem história, sem vida.

Também não conseguimos identificar em 97,78% dos textos quem são os donos das terras nas quais esses empreendimentos são instalados; e 34 textos (75,56%) não citam qual será ou quais serão as empresas gestoras dos empreendimentos e quais os lucros obtidos. Cabe ainda dizer que quase 89% das matérias (40 delas) não apontam para onde será destinada a energia produzida, ou seja, se a energia gerada abastecerá os territórios do entorno ou se será destinada a outras regiões do país ou mesmo exportada, por exemplo. As matérias também não falam do papel do Estado na instalação desses empreendimentos (35 matérias ou 77,78%). Ou seja, uma sucessão de escolhas editoriais impede o leitor de acessar uma narrativa mais profunda sobre as energias renováveis e seus impactos.

Pode-se dizer que, assim como outros jornais da mídia hegemônica, o Estadão opta por uma linha editorial que trata as energias renováveis como negócio a serviço de um modelo desenvolvimentista. O veículo apresenta-se, assim, como uma vitrine para a exposição das supostas benesses de tal “oportunidade”. E, assim, promove o silenciamento em relação aos impactos causados por esses grandes empreendimentos nas comunidades e nos biomas onde são instalados. É interessante notar que tal tendência de silenciamento mantém-se mesmo quando os conflitos socioambientais decorrentes de megaprojetos e do modelo de desenvolvimento atingem patamares inegáveis, como foi o caso do derramamento de petróleo na costa brasileira, em 2019. Na ocasião, o Estadão e a mídia comercial brasileira concederam espaço irrisório a pescadoras/es, marisqueiras e povos do mar, diretamente atingidos, como fontes de informação.^[1]



[1]

4.3. FOLHA DE S. PAULO

A Folha de S. Paulo, assim como o Estadão e O Globo, é um jornal de grande circulação e de caráter empresarial, ou seja, uma empresa de comunicação que atua no mercado da informação. Por assim ser, tem muitos dos seus conteúdos, mesmo que jornalísticos, afetados pelas relações de mercado e de negócio enquanto empresa,^[1] como veremos mais adiante durante a análise dos dados da pesquisa.

Na descrição disponível no site^[2], a Folha se apresenta como “o jornal mais influente do país” e aponta como alicerces para tal feito o pluralismo, o apartidarismo e o jornalismo crítico e independente. A partir da análise dos textos, percebemos que não é bem assim. A predominância de especialistas como fontes de consulta, os termos utilizados para tratar as energias renováveis e a priorização do foco das matérias no viés econômico nos levam a uma outra interpretação sobre essa autodefinição.

O jornal surgiu em 1921, ainda que com outro nome, Folha da Noite. Em seguida vieram a Folha da Manhã, em 1925, e a Folha da Tarde, em 1949. Em 1960, esses três periódicos fundiram-se em um só, recebendo o nome de Folha de S. Paulo. Num passado não tão distante, apoiou o conjunto de acontecimentos que levou ao golpe de Estado que aconteceu no país em 1964 e perdurou por terríveis 20 anos, até 1985.^[3] Na história mais recente, também é importante que se diga que a Folha de S. Paulo se posiciona de maneira desproporcionalmente crítica e por vezes violenta contra os governos do Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais do campo e da cidade que reivindicam direitos básicos.



Confira a pesquisa da série Vozes Silenciadas que analisou a cobertura da mídia tradicional sobre o MST (Intervozes, 2011).

49

conteúdos analisados

Contudo, o jornal afirma que se propõe a “contribuir para o aprimoramento da democracia e a redução das desigualdades no Brasil”. E acrescenta defender princípios editoriais fundamentados, dentre outras coisas, em: “promover os valores da democracia representativa, dos direitos humanos, da evolução dos costumes, do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa e da equalização de oportunidades; abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores; manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão”.^[4]

A Folha de S. Paulo tem seu reconhecimento associado à tradição em jornalismo impresso, embora também seja pioneira no jornalismo em ambiente digital. Em 1995, o grupo lançou a FolhaWeb. No ano seguinte, em 1996, foi lançado o portal de internet UOL (Universo Online), primeiro serviço online de grande porte no país. No mesmo ano, o Universo Online e o Brasil Online, do Grupo Abril, se fundiram em uma nova empresa, a Universo Online S.A. Em 2010, as redações do jornal impresso e do online foram unificadas e, após uma reforma gráfica e editorial, a Folha Online passou a se chamar Folha.com.

Esta pesquisa analisa as matérias da versão online da Folha de S. Paulo, acessível por meio de assinatura, que apresenta tanto matérias publicadas somente no digital como aquelas publicadas também no impresso.



[1]



[2]



[3]



[4]

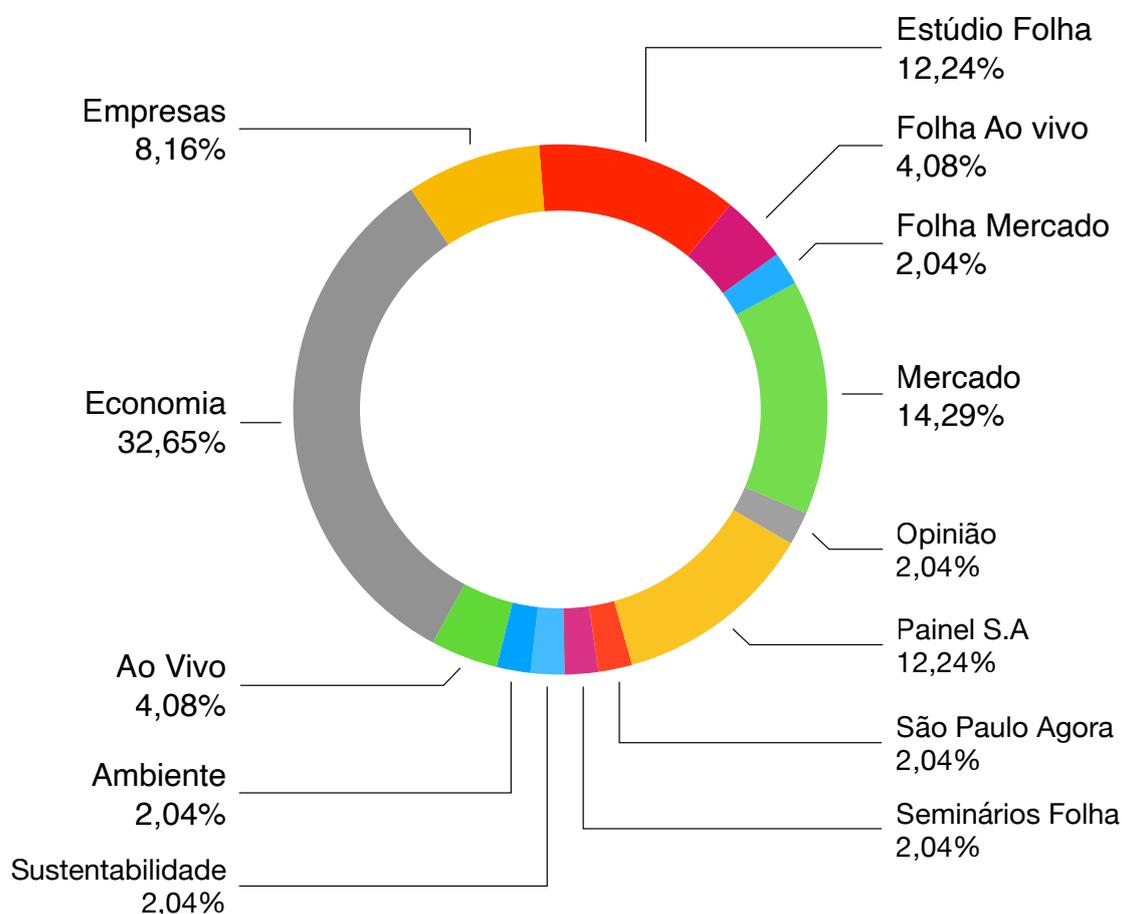
Cobertura jornalística da Folha privilegia ótica do mercado

Ao todo, foram analisadas 49 matérias publicadas entre janeiro de 2021 e junho de 2023 na Folha de S. Paulo. Os objetivos foram identificar, sobretudo, se há uma preocupação com a garantia dos direitos dos biomas e das comunidades direta e indiretamente impactadas pela implantação dos empreendimentos de energias renováveis e quais são os silenciamentos produzidos a partir das opções de abordagens do jornal sobre o tema, dentre outros temas. Entendemos que essas são questões caras e urgentes para se pensar o futuro e a sobrevivência da humanidade e da Terra, e também para visualizar criticamente o modo como tem se dado a chamada transição energética. Nesse sentido, nos parece importante que uma cobertura jornalística comprometida com o futuro

do planeta traga visibilidade para os impactos diretos e indiretos nos biomas, nas comunidades, nas culturas, nas pessoas, nas vidas, assim como na vivência do tempo nos territórios onde os grandes empreendimentos de energias renováveis vêm sendo instalados. A análise das matérias da Folha de S. Paulo, no entanto, nos permite afirmar que a linha editorial escolhida pelo jornal é outra.

Quando buscamos os dados que identificam as seções nas quais as matérias foram publicadas, percebemos que, assim como ocorreu no concorrente Estadão, a maioria delas (quase 70%) está nas seções Mercado e Economia (que incluem ainda o Painel S.A. e a seção Empresas), como aponta o gráfico a seguir.

Seção em que as matérias foram publicadas, em todos os períodos



Além disso, é importante que se diga que muitas dessas matérias trazem como fontes grandes empresas do setor energético, como Grupo Electra, Vince Partners, Enel, Solfácil, Equatorial Energia, Engenvix, dentre outras. Podemos exemplificar isso com alguns títulos encontrados nas matérias analisadas, tais como: “ArcelorMittal e Casa dos Ventos investirão em parque eólico de US\$ 800 mi na Bahia”; “Nova Engevix prepara entrada no mercado de energia solar”; “Lucro da Equatorial Energia cresce no 3º tri com consolidação de novos ativos”; “Italiana Enel prevê investir \$ 31 bilhões no Brasil em três anos”. Ou seja, todas elas trazem a implantação de parques eólicos apenas pela perspectiva de um negócio lucrativo para as empresas, destacando os nomes das empresas no título.

11h29
18.nov

EMPRESAS

Grupo Electra e Vinci Partners vão investir R\$ 2,5 bi em energia solar e eólica

O Grupo Electra e a Vinci Partners anunciaram uma parceria para implantação de projetos de energia renovável na Bahia e no Rio Grande do Sul, que demandarão investimentos de R\$ 2,5 bilhões nos próximos anos.

Nova Engevix prepara entrada no mercado de energia solar

Empresa anuncia projeto para construir usina fotovoltaica em Minas Gerais

MUDANÇA CLIMÁTICA

Italiana Enel prevê investir \$ 31 bilhões no Brasil em três anos

Em plano de longo prazo, dona da Eletropaulo anuncia saída de carvão e gás natural

12h25
18.abr

EMPRESAS

ArcelorMittal e Casa dos Ventos investirão em parque eólico de US\$ 800 mi na Bahia

A siderúrgica ArcelorMittal e a geradora de energia renovável Casa dos Ventos anunciaram nesta terça-feira (18) a criação de uma joint venture para um parque de energia eólica na Bahia, com potência de 554 MW (megawatts) e investimentos totais de US\$ 800 milhões (R\$ 3,9 bilhões).

15h02
9.nov

EMPRESAS

Iberdrola investirá US\$ 47 bi na transição energética em 2023-25

A Iberdrola planeja investir 47 bilhões de euros (R\$ 243,2 bilhões) em suas redes de eletricidade, produção de energia renovável e negócios a clientes em 2023-2025, além de esperar um aumento nos lucros, informou a companhia de energia espanhola nesta quarta-feira (9).

SUSTENTABILIDADE

Acciona faz acordo para comprar parques eólicos e entra em renováveis no Brasil

Empresa espanhola é responsável pela construção da linha 6 do metrô de SP

Exemplos da Folha de S. Paulo que destacam nomes de empresas

15h20
29.nov

EMPRESAS

Casa dos Ventos fecha acordo para fornecer energia renovável à Valgroup

A Valgroup, uma das maiores transformadoras e recicladoras de plástico do mundo, firmou contrato de compra e venda de energia renovável com a Casa dos Ventos, informaram as empresas nesta segunda-feira (29).

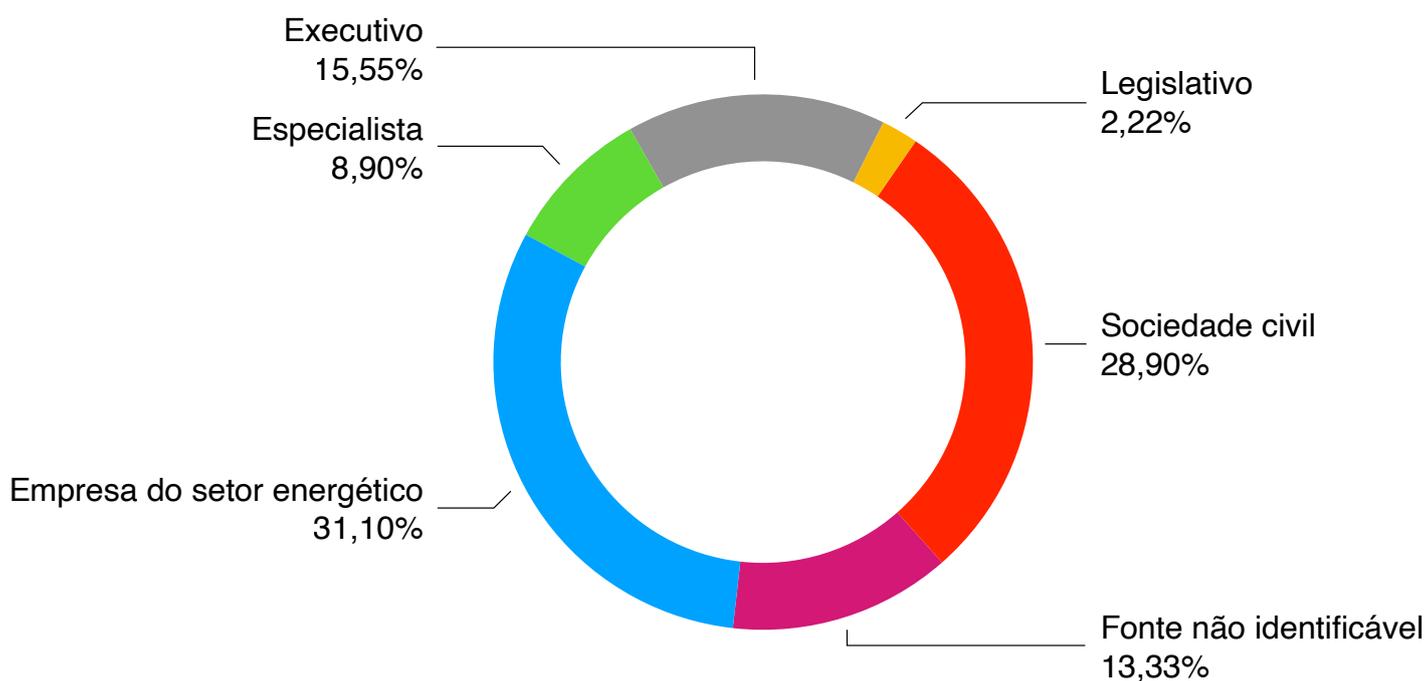
Ainda nesse sentido, 31% das fontes ouvidas nas matérias (28 de um total de 90) são representantes do setor energético, pouco mais de 15% são do Poder Executivo (14 fontes), 8,9% são especialistas (8) e 28,9% são representantes da sociedade civil (26). Compreendemos por sociedade civil, neste estudo, pessoas que representam institutos, entidades, organizações que falam sobre o tema, mas que não são representantes nem residem nas comunidades impactadas. Assim, os dados explicitam a

ausência desses representantes das comunidades onde os empreendimentos são implantados, um silenciamento observado também em outros veículos.

Ainda sobre as fontes, é importante que se diga que a maioria delas é composta por homens: excluindo as matérias em que não são citadas pessoas como fontes, temos 61 homens (67,78%) e 11 mulheres (12,22%) consultadas sobre a temática.

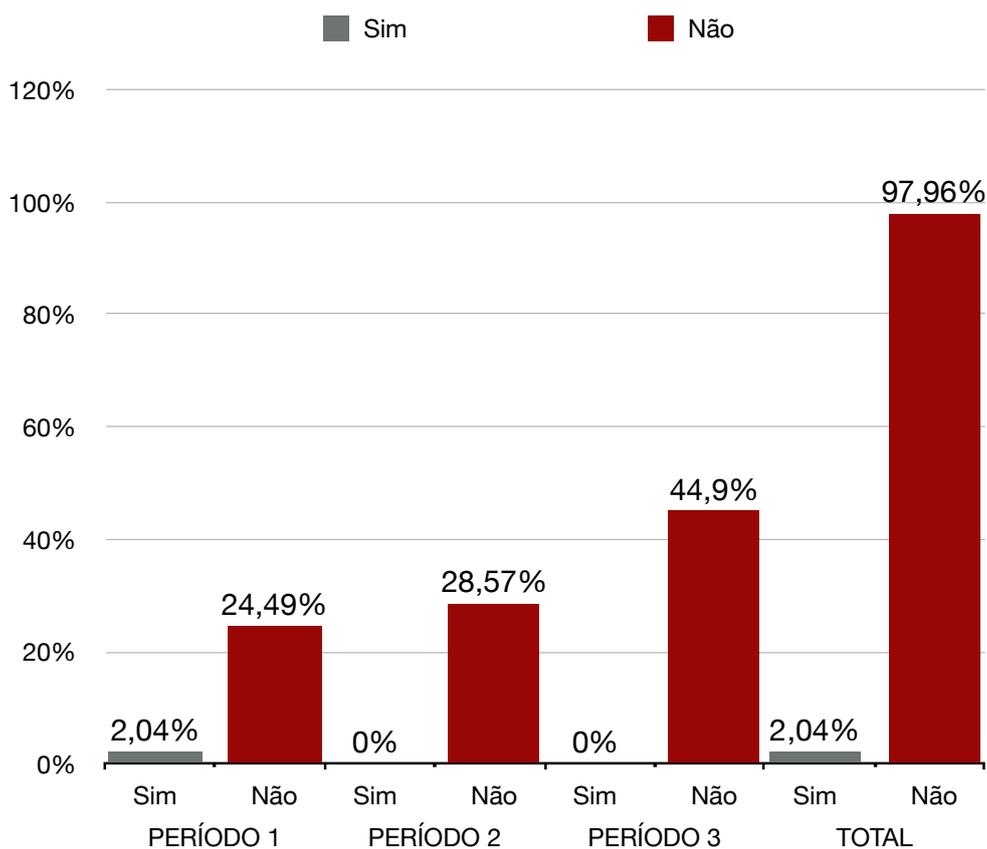
Tipos de fontes citadas nas matérias da Folha, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Empresa do setor energético	28
Sociedade civil	26
Executivo	14
Especialista	8
Legislativo	2
Fonte não identificável	12



Seguindo a mesma fórmula do Estadão, o caráter e a perspectiva econômica presentes nas matérias da Folha transmitem a ideia de uma vitrine na qual as variadas formas de negócio e mercado e as possibilidades de investimento nesse setor se apresentam dentro de um catálogo de opções. Quase cem por cento das matérias aqui analisadas não apresentam, por exemplo, os impactos gerados pelos empreendimentos de energias renováveis e os conflitos socioambientais decorrentes nas comunidades onde são instalados.

A matéria menciona o impacto socioambiental na localidade onde o empreendimento é instalado, por período e no total

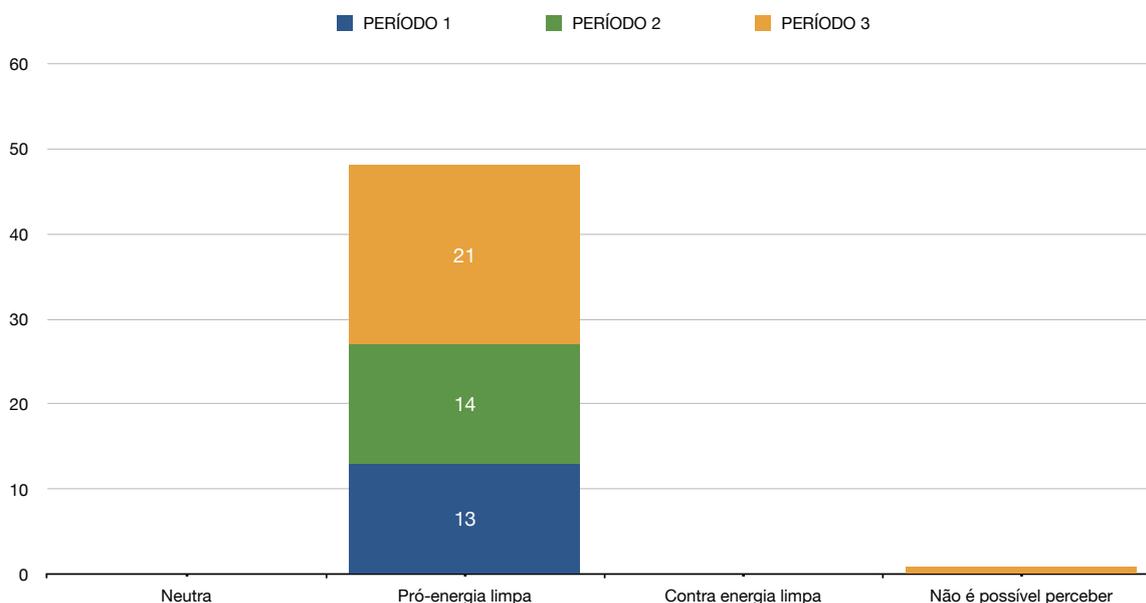


Além disso, 98% das matérias não apontam quem são os proprietários das terras onde os empreendimentos são construídos; somente uma matéria do total de 49 o faz, invisibilizando assim as comunidades afetadas. O mesmo percentual de conteúdos (98%) não menciona as características do local de instalação, alimentando o senso comum de que são “espaços vazios”. E nenhuma das 49 matérias analisadas fala se houve algum tipo de consulta prévia e informada à população local durante o processo de instalação dos empreendimentos, o que é um direito determinado pela legislação.

Ao mesmo tempo, é possível observar que quase 98% das matérias (48 de um total de 49) defendem o modelo energético das renováveis para a transição; em uma matéria o posicionamento não é perceptível. A narrativa

dominante nos textos analisados se utiliza da urgência em promover uma mudança da matriz energética no mundo, a fim de conter as mudanças climáticas, e ignora os métodos utilizados pelo modelo adotado no Brasil, que tem gerado grandes impactos em comunidades camponesas, sobretudo no Nordeste do país, e no meio ambiente. Essa narrativa ignora, por exemplo, a possibilidade de se buscar métodos para promover uma transição energética justa que, efetivamente, respeite os direitos humanos e da natureza em seu processo e, assim, possa reivindicar o nome de “energias limpas”. A possibilidade de vantagem e lucro sobrepõe, em toda a narrativa, qualquer possibilidade de questionamento dos processos de instalação desses grandes empreendimentos e os impactos causados nos territórios.

Classificação das matérias como favoráveis ou desfavoráveis ao modelo de transição energética dominante, por período



Temos, então, diversos elementos e dados que nos permitem entender o lugar da Folha de S. Paulo dentro do debate das energias renováveis. Isso é importante sobretudo para entender que, no Brasil, temos diversas mídias e diversas formas de fazer jornalismo. O jornal Folha de S. Paulo, assim como o Estadão e O Globo, se inserem em um nicho bem definido politicamente, porque não dizer, bem engajado, na garantia do sistema político-econômico vigente, diferentemente de veículos de jornalismo independente e de comunicação popular como o Brasil de Fato, analisado na seção Vozes Amplificadas deste relatório.



4.4. O GLOBO

64
matérias
analisadas

O jornal O Globo foi fundado em 1925, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Irineu Marinho, que faleceu 21 dias depois da criação do periódico, o qual seguiu administrado pela família Marinho. À época, foi considerado pela imprensa carioca “moderno, com o feitiço de um diário europeu, desapaixonado e noticioso”.

Esse periódico integra o Grupo Globo, o maior oligopólio de mídia do país. O grupo comanda a Rede Globo, líder de audiência na TV Aberta, além de ser proprietário da Globosat, produtora de conteúdo para a GloboNews e mais trinta canais de TV paga. Possui também parceria com importantes estúdios internacionais. Na internet, possui o Globo.com, o maior portal de notícias brasileiro, como mostra o [Monitoramento da Propriedade da Mídia \(MOM-Brasil\)](#).^[1]

O Grupo Globo ainda é concessionário das rádios Globo AM/FM e CBN. Fez história com impressos de escopo nacional como os jornais O Globo e Valor Econômico, jornais locais como o Extra, além das revistas Época, Crescer, Galileu, Marie Claire, todas da editora Globo, uma das mais influentes durante várias décadas no país. O grupo atua ainda por meio da sua produtora e parque cinematográfico, no mercado de cinema e séries.

O viés político-ideológico do Grupo Globo foi explicitado durante o Golpe Militar de 1964, por meio de apoios editoriais e da saudação da derrubada do presidente João Goulart. Em 2013, o grupo reconheceu publicamente o apoio, justificando que a escolha, feita no período, foi equivocada: “a consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu num equívoco”.

O enviesamento à direita do grupo também foi manifesto em diversos outros momentos da história, como em 2015 e 2016, quando apoiou editorialmente o golpe parlamentar que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e na declaração de apoio às reformas da previdência e trabalhista, durante o governo de Michel Temer, e da reforma da previdência de Bolsonaro, em 2019.



Para uma análise da cobertura da mídia sobre a reforma da previdência de Bolsonaro, ver o relatório *Vozes Silenciadas: Reforma da Previdência e Mídia: o posicionamento de especialistas sobre a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro*. (Intervozes, 2022)



[1]



[2]

A presença nacional do jornal O Globo se mantém forte. Em coluna política publicada em 2021, o veículo destaca sua expressividade também digital, já que o conteúdo é disponibilizado na internet, à frente de concorrentes importantes como a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. A pesquisa da Comscore, referência em análise de tráfego de conteúdo na internet, aponta que O Globo teve uma média de mais de 27 milhões de visitantes únicos a cada mês. “No mesmo período, a Folha de S. Paulo teve média de 22,5 milhões, e O Estado de S. Paulo, 10,7 milhões. O jornal Extra, também da Editora Globo, alcançou média de 20,8 milhões”, afirma a coluna.^[2]

Ainda segundo a publicação:

“O GLOBO ainda atingiu, no último mês (novembro), 373.009 em circulação total (soma de assinaturas digitais e impressas e vendas avulsas), à frente da “Folha” (358.658) e do “Estadão” (226.742). O jornal aumentou em 14% sua circulação em relação a novembro de 2020, e desde maio mantém a liderança no quesito mês a mês, de acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Em 21 das 27 unidades da federação, O GLOBO foi líder de vendas e assinaturas, segundo o IVC”.

Considerando a expressividade do veículo, para fins desta pesquisa, adotamos a versão digital do jornal impresso O Globo, disponível na plataforma Globo.com para assinantes. Esta versão não considera as matérias do site que não foram publicadas no impresso.

Cobertura do jornal O Globo trata a natureza como *commodity*

No recorte temporal e temático desta pesquisa, o jornal O Globo publicou 64 conteúdos, a maior parte pró-energias renováveis (82,8%). O enquadramento noticioso adotado pelo veículo se vincula umbilicalmente às narrativas comerciais dos agentes econômicos interessados na construção de discursos de liberdade econômica para as empresas, do Estado como ente que abre caminho para a expansão comercial e evidencia ainda a ausência de um debate aprofundado sobre os impactos socioambientais dessa corrida pela transição energética, a qual tem desconsiderado as vozes e as vidas impactadas nos territórios onde os megaempreendimentos se instalam.

Os editoriais do veículo explicitam uma abordagem neoliberal quando o assunto envolve as energias renováveis. No editorial “Erros recorrentes assombram pacote verde de Lula”, do dia 23 de abril de 2023, o jornal publiciza o entendimento de que os *players* da transição energética devem ser empresas globalmente competitivas, secundarizando o financiamento de iniciativas locais, nacionais e/ou estatais - um alerta que diversos/as pesquisadores/as já têm feito sobre o chamado colonialismo verde.

COLONIALISMO VERDE

“El capitalismo global y las clases dominantes han pasado a defender medidas para afrontar la crisis climática y ecosocial, pero bajo la etiqueta de transición ecológica, estas ‘soluciones climáticas’ están conduciendo a nuevas injusticias socioambientales y al colonialismo verde. Los planes de crecimiento verde con energías ‘limpias’ del Norte Global requieren la extracción a gran escala de minerales estratégicos del Sur Global”. Do livro *Más allá del colonialismo verde*, organizado por Miriam Lang, Breno Bringel e Mary Ann Manahan (Clacso, 2023).^[1]



[1]

“Algumas medidas elencadas no pacote — como a **regulamentação do mercado de créditos de carbono** — são mesmo urgentes e mais que necessárias. Mas a concessão de incentivos e subsídios para que a indústria nacional promova sua transição para uma economia de baixo carbono deve ser encarada com cautela. O mesmo alerta vale para o estímulo à captura e estocagem de carbono, à exportação do excedente do “hidrogênio verde”, como também para a produção no país de painéis solares e eletrolisadores (para gerar hidrogênio a partir da água). Todas essas indústrias precisam provar viabilidade econômica — e depender de subsídios do governo, a História mostra, é a pior forma de fazer isso. Basta ver o que acontece hoje com o incentivo aos painéis solares, renovado apesar de não haver mais justificativa econômica.

O mundo está numa fase crucial da virada tecnológica para evitar que o aquecimento global ao final do século ultrapasse 1,5 °C além do nível observado antes da Revolução Industrial. **Mas não é porque as mudanças climáticas exigem ação urgente que as boas normas e princípios de gestão econômica estão revogados.** Será trágico se o “pacote verde” ressuscitar incentivos e subsídios sem preocupação com a capacidade de as empresas beneficiárias serem globalmente competitivas.

Na primeira passagem do PT pelo Planalto, alegou-se todo tipo de pretexto para subsidiar vários setores: de máquinas e insumos químicos às plataformas de petróleo — sem esquecer a indústria automobilística (que levou, por meio do programa Inovar-Auto, R\$ 1,3 bilhão por ano entre 2012 e 2017, sem nenhum salto em produtividade). As políticas dirigistas resultaram tão somente em desperdício de dinheiro público e empresas pouco eficientes, incapazes de sobreviver sem a proteção das barreiras tarifárias. O mínimo a esperar do novo “pacote verde” é que o PT tenha aprendido a lição”. (grifos nossos)

Editorial de O Globo de 23/04/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/04/erros-recorrentes-assombram-pacote-verde-de-lula.html>



Editorial do jornal o Globo de 23/04/2023.

O Globo, ao mesmo tempo que constrói o discurso da urgência da transição energética em face das mudanças climáticas, apoia ações extrativistas de mineradoras de lítio. Para isso, utiliza o argumento da necessidade de reduzir as emissões de carbono, por meio da expansão do mercado dos “carros verdes”. O editorial “Brasil necessita de política nacional para explorar lítio”, publicado em 26 de junho de 2023, demonstra isso:

“A demanda por veículos elétricos, essenciais para reduzir as emissões de carbono, tem feito explodir a procura pelo lítio, componente básico para todo tipo de bateria. A América Latina detém mais da metade do lítio já identificado, concentrado num triângulo formado por salinas na Argentina, na Bolívia e no Chile. Os três países controlam pouco mais de 60% dos 98 milhões de toneladas encontradas até agora no planeta.

(...) No mês passado, o governo de Minas Gerais fez uma ação de marketing ao lançar na Nasdaq, Bolsa americana de empresas de tecnologia, o ‘Vale do Lítio’, uma região de 14 municípios onde há reservas do mineral. Na realidade, o Brasil mal sabe a extensão ou a localização de suas reservas, mas, dado o exemplo dos vizinhos, é provável que sejam mais abundantes que o conhecido. **É necessário formular com urgência uma política de exploração do lítio, com apoio de empresas privadas nacionais e internacionais. O país não pode perder o salto tecnológico**”. (grifos nossos)

Editorial do jornal O Globo de 26/06/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/06/brasil-necessita-de-politica-nacional-para-explorar-litio.ghtml>

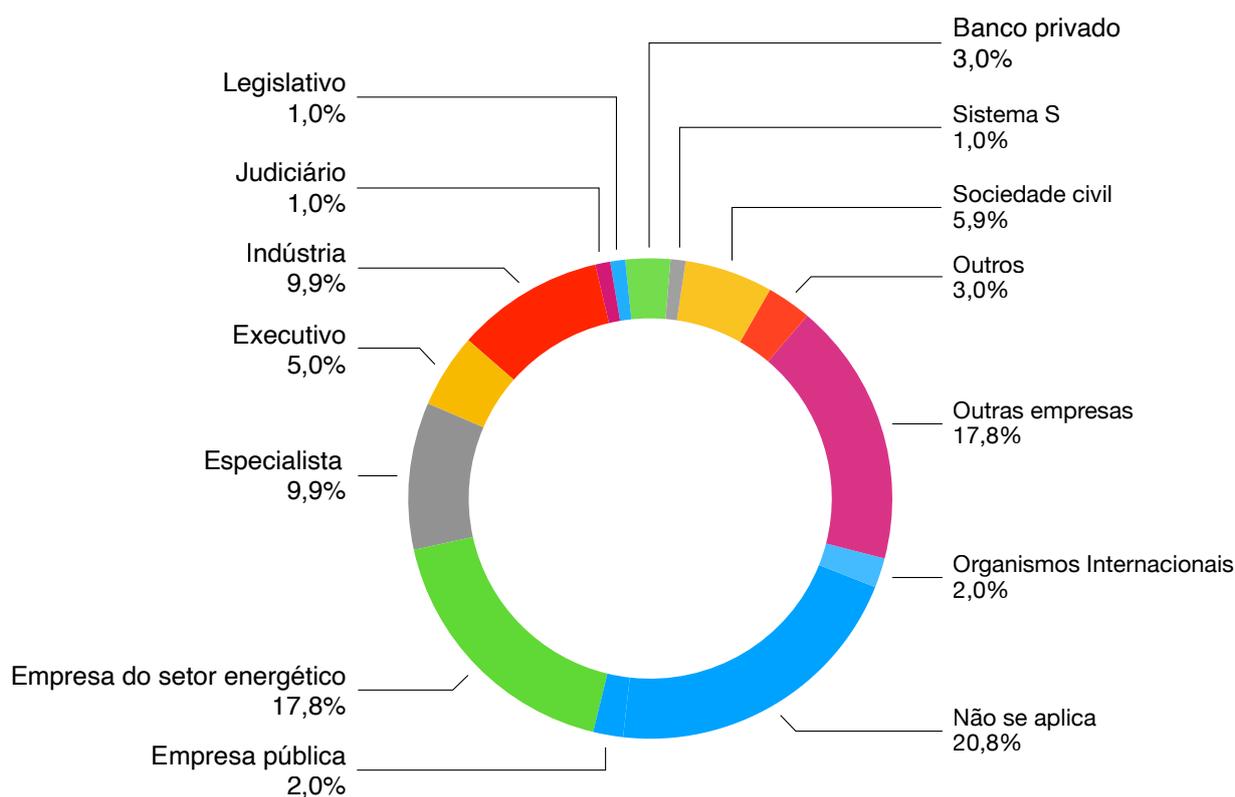
Assim como observado no Estadão e na Folha, o mercado e os agentes econômicos aparecem como os principais sujeitos das narrativas de O Globo quando o assunto é transição energética. Novamente, as seções prioritárias de inserção do assunto são um indicador importante dessa centralidade: 57,8% dos conteúdos (37 das 64 matérias) estavam na editoria Economia; 23,4% (15 matérias) em Opinião; 15,6% (10 matérias) em Mundo; 1,6% em Política (1 conteúdo) e 1,6% na coluna de Lauro Jardim (1 conteúdo).

As fontes ouvidas são outro indicador importante, revelador do viesamento da cobertura para o mercado: 17,8% das fontes consultadas são empresas do setor energético, somando 18 das 101 fontes. Por outro lado, nenhum representante dos Povos e Comunidades Tradicionais ou de outros grupos populacionais afetados pelos empreendimentos abordados foi ouvido.

Tipos de fontes ouvidas no jornal O Globo, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Empresas do setor energético	18
Outras empresas	18
Indústria	10
Especialista	10
Sociedade civil	6
Executivo	5
Banco privado	3
Outros	3
Empresa pública	2
Organismos Internacionais	2
Judiciário	1
Legislativo	1
Sistema S	1
Fonte não identificável	21

Tipos de fontes citadas nas matérias de O Globo, em todos os períodos





Há, no levantamento das fontes, um dado interessante: as energias renováveis mobilizam o interesse de uma cadeia de agentes de mercado muito mais ampla do que os seus sujeitos diretos (empresas do setor energético, governos e populações locais). Entidades financeiras, indústrias, mineradoras, escritórios de advocacia, consultorias em sustentabilidade e ESG, setor de aviação, setor de moda são algumas das áreas das empresas que apareceram expressivamente nessas coberturas. Somadas, as empresas do setor energético e as representantes desses setores/empreendimentos anteriormente citados corresponderam a quase metade das fontes consultadas em O Globo, ou seja, 48,5% da amostra ou 49 de um total de 101 fontes.

Vale ainda salientar que as fontes enquadradas como sociedade civil tiveram a especificidade de estar presentes majoritariamente nas matérias que envolviam as Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COPs) e se tratar de organizações internacionais, como a World Wide Fund for Nature (WWF), a World Resource Institute e a ONG alemã Lingo. As duas únicas organizações brasileiras foram o Instituto Clima e Sociedade e a *think tank* Instituto Talanoa, ambas com sede no Rio de Janeiro. O jornal O Globo não ouviu organizações, movimentos e coletivos que atuam nos territórios diretamente atingidos pelos megaempreendimentos das chamadas “energias verdes”.

Do corpus analisado, 85,94% eram conteúdos jornalísticos e 14% eram matérias pagas, ou seja, com finalidade publicitária, de posicionamento de marca. Com relação ao primeiro grupo, de conteúdos jornalísticos, a diversidade de formatos demonstra o investimento do veículo em abrir espaço para o assunto, ainda que haja uma centralização das vozes no mercado: 37,5% são reportagens, 18,75% são notícias, 12,5% são artigos de opinião, 10,94% são editoriais, 10,94% são notas, 9,4% são entrevistas.

Vale aqui destacar que parte desses conteúdos, em especial, nas notas, materiais opinativos e de marca, eram citadas informações e/ou dados cujas fontes não era possível identificar, mas que tinham um papel certificador da realidade, semelhante ao cumprido pela fonte na produção jornalística. Na tabela de fontes, registramos esses dados como “fontes não identificáveis”.

As COPs se mostraram um balcão de negócios para o mercado de notícias de O Globo. A quase totalidade dos conteúdos pagos, no período analisado, teve como gancho a participação de empresas na Conferência. As empresas responsáveis por esses conteúdos foram: CNI (Indústria), EDP (Energia), Equinor (Energia), Shell (Energia), Vale (Mineradora) e Sistema S.

Exemplos de matérias do jornal O Globo que apresentam conteúdo publicitário que favorece as empresas de energias renováveis

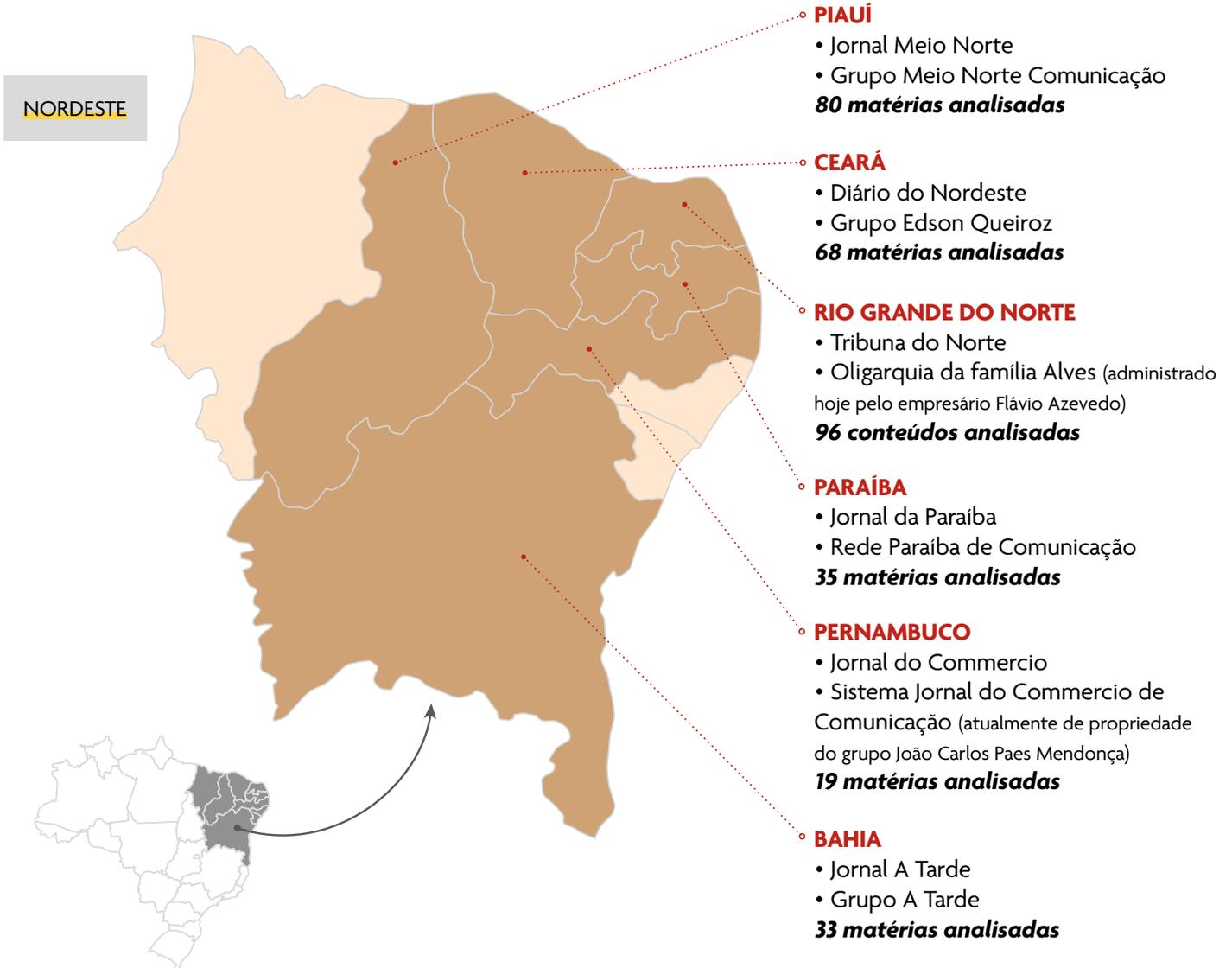


Os dados estatísticos, em geral, vinculados à produção energética e/ou aos investimentos na área, estão presentes em mais da metade dos conteúdos (59,4%). Já as legislações têm uma menor expressividade: estão presentes em apenas 12,5% das matérias (8 de 64). Nessas, a maior parte corresponde a projetos de lei que, segundo as fontes consultadas, “precisariam” estar na pauta dos legislativos federal, dos estados e dos municípios. Quase metade (46,9%) da cobertura cita acordos ou agendas de políticas climáticas, destacando a relevância da transição energética para o país.

O jornal O Globo segue o padrão dos demais veículos, pautado no discurso salvacionista e centrado nos argumentos colonialistas do mercado. Ao seguir nessa tendência, assim como seus concorrentes, O Globo opta por colaborar com as consequências socioambientais que vêm sendo denunciadas por comunidades, ativistas e pesquisadores/as, as quais tendem a agravar as desigualdades já existentes nos territórios onde os megaempreendimentos estão se instalando.

5

ANÁLISES DOS VEÍCULOS REGIONAIS



5.1. A TARDE - BAHIA

A Tarde é o jornal baiano mais antigo em atividade, tendo sido fundado em 15 de outubro de 1912 pelo jornalista, político e empresário Ernesto Simões Filho. Em mais de um século de atividade, o jornal conquistou prestígio e relevância, angariando expressiva penetração no interior do estado. Atualmente, o jornal (em formato impresso e digital) compõe o Grupo A Tarde, do qual fazem parte também a rádio A Tarde FM, a agência de notícias Agência A Tarde, o jornal popular Massa!, a revista cultural Muito e o projeto de formação de leitores A Tarde Educação. O jornal A Tarde disputa com seu principal concorrente, o jornal Correio, a preferência dos leitores baianos (Ramos, 2009).

O recorte temporal estabelecido nesta pesquisa (janeiro de 2021 a junho de 2023) e as palavras-chave escolhidas para a coleta de informações na versão online do jornal A Tarde resultaram em um conjunto de 33 matérias. Apesar da Bahia aparecer em segundo lugar no ranking nacional de geração de energia eólica, atrás do Rio Grande do Norte, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) de junho de 2023,^[1] e já ter figurado em 2022 em primeiro lugar com 31% de participação no mercado - conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)^[2]-, o periódico baiano traz um número pequeno de matérias sobre energias renováveis, que só supera o número de conteúdos do Jornal do Commercio (PE) sobre o tema (19 matérias analisadas).

O conjunto de matérias está distribuído da seguinte maneira: oito matérias (24,24%) situadas no Período 1 (janeiro a dezembro de 2021); seis matérias (18,18%) no Período 2 (janeiro a dezembro de 2022); e 19 matérias (57,58%) no Período 3 (janeiro a junho de 2023). Percebe-se, assim, que em apenas seis meses do ano de 2023 o número de matérias sobre as energias renováveis representa mais que o somatório de todas as textos que tocaram no tema nos dois anos anteriores. Fica explícito, assim, o quanto a agenda de transição energética ganha espaço na cobertura do veículo após a posse do presidente Lula.

No período 1 (2021), as matérias de A Tarde subdividem-se em um artigo de opinião (12,5%), duas notas ou notas de coluna (25%) e cinco notícias (62,50%). Já em 2022, a categoria artigo de opinião compõe metade das matérias identificadas (3 matérias), enquanto as notas ou notas de coluna somam duas matérias (33,33%) e há apenas uma reportagem (16,67%). Nas matérias levantadas de janeiro a junho de 2023, há um artigo de opinião, uma nota ou nota de coluna, uma entrevista e uma reportagem (5,26% dos casos cada categoria); já a categoria notícia soma 15 matérias (78,95%). Somando os três períodos, a classificação de notícias prevalece, denotando uma cobertura mais factual do tema.

Grande parte das matérias de 2021 (5 matérias) está localizada na seção Portal Municípios, espaço que privilegia notícias sobre o interior do estado, correspondendo a 62,5% delas. Esse número espelha o fato dos empreendimentos eólicos e solares estarem espalhados pelo interior baiano, notadamente na região do semiárido. Assim, o tema parece restrito aos municípios sede dos empreendimentos, descolando-se da discussão mais ampla a nível estadual e nacional.

Avaliando o corpus identificado em 2022, percebe-se que há maior distribuição entre as seções, com destaque para a coluna Tempo Presente, dedicada a artigos analíticos e de opinião sobre fatos recentes, que apresenta duas matérias (33,34%), enquanto as seções Made in Bahia, Política/Bahia, Portal Municípios



[1]



[2]

e Esportes têm um texto cada. Já no terceiro período (primeiro semestre de 2023), a seção Bahia, voltada para notícias de ordem geral do estado, se destaca com seis matérias (31,58% dos conteúdos analisados), seguida das seções Brasil (3 matérias), Economia (2), A Tarde ESG (2), Tempo Presente (1), Investimento (1) e Total Municípios (1); as editorias de Política, Política/Bahia e Política/Brasil somam três conteúdos. A mudança de editorias aponta para um alargamento da zona de interesse do jornal sobre a agenda.

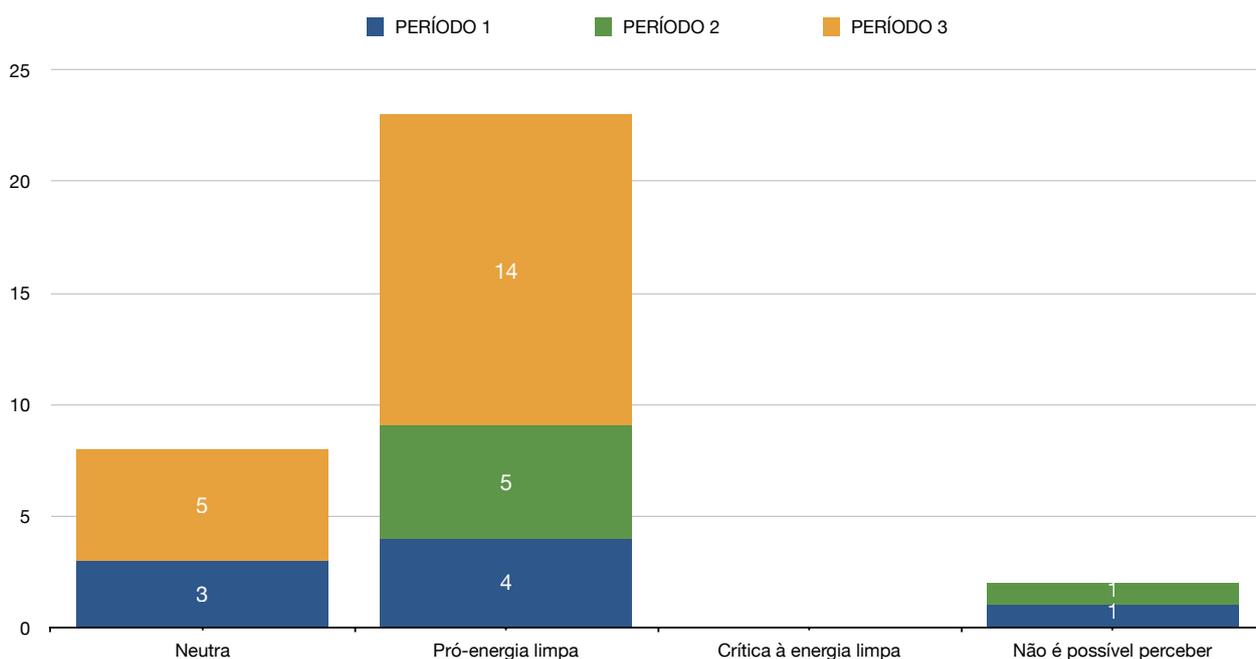
O conteúdo das matérias foi considerado de cunho jornalístico em 100% dos casos no ano de 2021 e no primeiro semestre de 2023; apenas em 2022 há incidência de uma matéria com conteúdo publicitário, correspondendo a 16,67% dos casos.

No que compete a elementos que possam proporcionar ao leitor informações detalhadas e aprofundadas sobre o tema, as matérias deixam a desejar. Percebe-se que apenas um texto publicado em 2021 (12,5%) e quatro publicados no primeiro semestre de 2023 (21%) trazem dados estatísticos e/ou resultados de pesquisas. Em 2022, nenhuma das matérias que tematizam as energias renová-

veis traz dados estatísticos ou pesquisas. Já com relação a legislações, elas aparecem em apenas duas matérias de janeiro a junho de 2023 (10,53%). Nos anos anteriores, não há citação a legislações. Há também baixa menção a acordos e/ou agendas internacionais/multilaterais, havendo apenas uma matéria de 2022 contendo esse tipo de informação (16,67%).

Nos três períodos analisados, as matérias tendem a uma posição favorável às energias ditas “limpas”. Se, em 2021, três matérias foram consideradas neutras (37,5%), quatro (50%) posicionaram-se explicitamente favoráveis às energias renováveis, sem espaço para críticas, análises aprofundadas sobre os impactos ou dissensos. Em um texto (12,5%) não foi possível perceber a inclinação. Em 2022, cinco das seis matérias identificadas (83,33%) trazem posicionamento favorável às energias renováveis. Já nas matérias sobre o tema publicadas no primeiro semestre de 2023, 14 em um universo de 19 são favoráveis (73,68%). Nos três períodos não foram identificadas matérias com enquadramentos críticos ou desfavoráveis às energias renováveis.

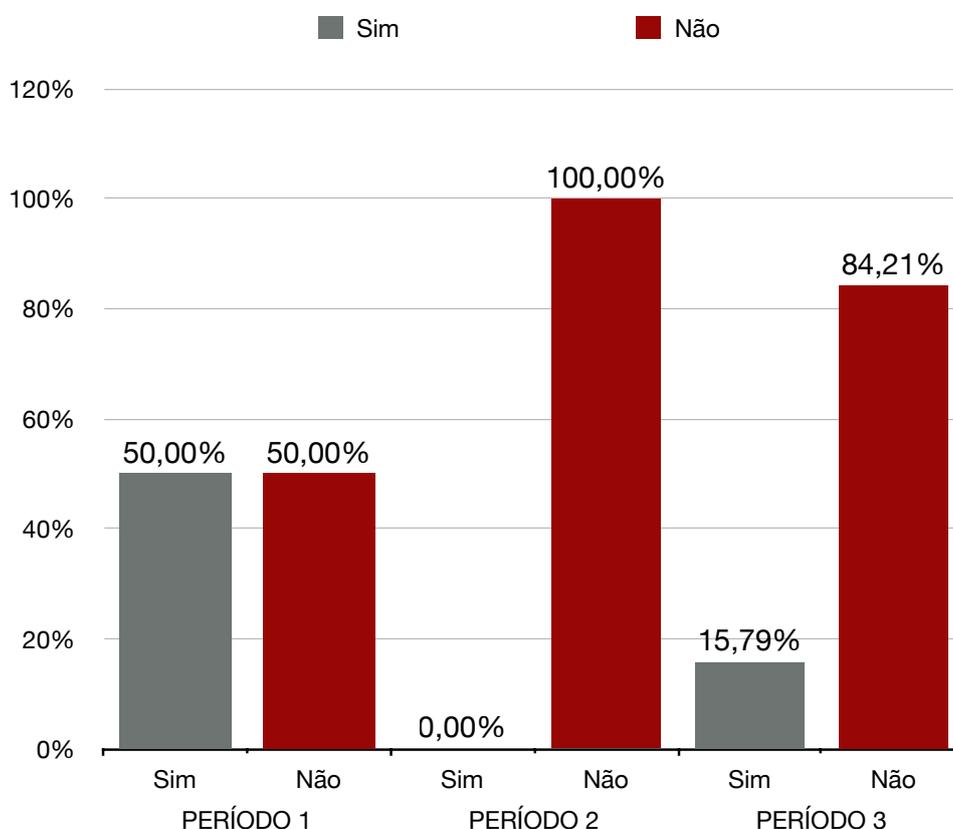
Posicionamento das matérias de A Tarde sobre energias renováveis, nos três períodos



Curiosamente, a posição favorável do jornal A Tarde não se revela a partir de um expressivo volume de matérias com a utilização de termos positivos para se referir às energias renováveis. No período 1, não há nenhuma menção considerada positiva, já nos períodos 2 e 3 é possível perceber maior equilíbrio: 50% das matérias do período 2 (3 matérias) trazem termos positivos, enquanto que no período 3 há uma ligeira prevalência de matérias com termos positivos, alcançando 52,63% dos textos (10 matérias de um total de 19). A título de exemplificação, foram considerados positivos termos como “a energia que vai ajudar a salvar o mundo do aquecimento global”. Esse critério de ordem explícita não pode ser encarado, porém, como único parâmetro de avaliação, carecendo ser combinado com outros para chegar na classificação das matérias como favoráveis às energias renováveis, como as fontes ouvidas e o enquadramento dado ao tema.

Os impactos socioambientais gerados nesse tipo de atividade, por exemplo, ganham maior visibilidade apenas em matérias do período 1 (2021): quatro delas (50%) fazem menção aos impactos. Já no período 2 (2022), não há matérias registrando os impactos; e no período 3 (primeiro semestre de 2023), apenas três textos de um total de 19 o fazem (15,79%). Já com respeito a estudos de impacto ambiental que deveriam ter sido realizados para a instalação dos empreendimentos, apenas uma matéria menciona esse tipo de estudo no período 1 (12,50%) e quatro o fazem no período 3 (15,79%); no período 2 não há menções a estudos de impacto. Todas essas ausências contribuem para uma opinião favorável aos empreendimentos.

Menção a impacto socioambiental dos empreendimentos, por período



A repercussão nacional do caso que envolve a construção de um parque eólico no município de Canudos – situado na rota de migração das araras-azuis-de-lear e que foi alvo de ação do Ministério Público Federal,^[1] consiste em um fato incontornável, obrigando o jornal a tratar do assunto. Nesse sentido, apenas as matérias que abordam a situação em Canudos são constituídas de informações mais completas.

A respeito da existência de consulta prévia e informada à população afetada pelos empreendimentos, essa informação consta em somente duas matérias (10,53%) no primeiro semestre de 2023, não havendo menções a isso nas matérias publicadas em 2021 e 2022. Os números são ainda mais baixos quando se trata dos motivos da escolha dos locais dos megaempreendimentos. Esse elemento é trazido em apenas uma matéria (5,26%) do período 3. Já a descrição das características do local de instalação das usinas aparece apenas em uma matéria (12,5%) publicada em 2021 e em três matérias em 2023 (15,79%). O silenciamento sobre os territórios, conforme já destacamos, contribui para a formação de uma falsa ideia de que não há vida, biodiversidade, cultura, história nesses locais, facilitando a aceitação pública dos megaempreendimentos e ignorando os impactos socioambientais decorrentes.

Cabe destacar dois dados específicos do levantamento que precisam ser analisados comparativamente para percebermos com maior nitidez a posição assumida pelo jornal A Tarde sobre o tema. Ao passo que os donos da terra são mencionados em apenas uma matéria (12,5%) do período 1 e em três (15,79%) do período 3, as empresas que fazem/farão a gestão dos empreendimentos e os lucros obtidos aparecem em seis matérias (75%) do período 1, em todas as matérias do período 2 e em oito textos (42,11%) do período 3. Observa-se, assim, uma ênfase no fator econômico - tendência na cobertura de todos os veículos aqui analisados - em detrimento dos fatores humano e ambiental.

Na esteira desses dados, está a menção à destinação da energia produzida, ou seja, os beneficiados. Há uma opacidade quanto a isso ao avaliarmos os números: somente uma matéria (12,5%) do período 1 e uma (16,67%) do período 2 mencionam para onde a energia vai. Já o

papel do Estado na instalação dos empreendimentos energéticos aparece com um pouco mais de frequência, em duas matérias (25%) do período 1, em duas (33,33%) do período 2 e em quatro (21%) dos textos do período 3.

Algumas matérias trazem consigo depoimentos de fontes. Ao todo, 53 fontes estão distribuídas entre os três períodos. Vale dizer que nem todas as matérias apresentam fontes, que existem matérias que apresentam mais de uma fonte e que há casos em que a mesma fonte aparece em mais de uma matéria; além disso, algumas fontes não são identificadas nas matérias.

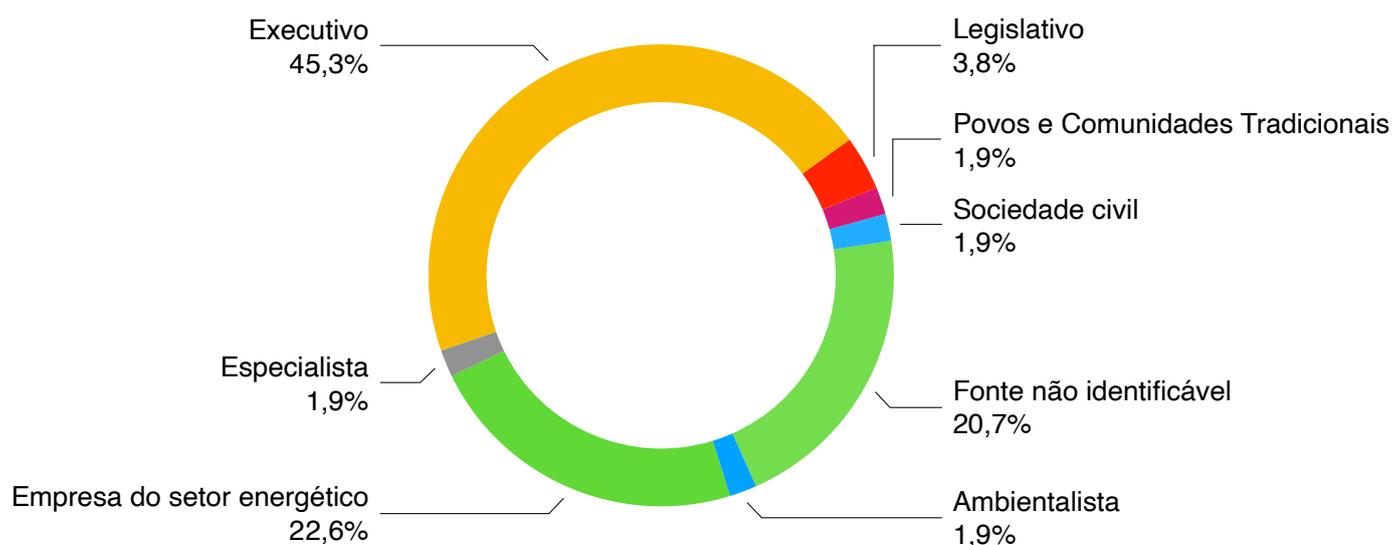
No total dos três períodos, quase metade das fontes corresponde a representantes do Executivo: são 24 de 53 fontes governamentais ouvidas ou 45,3% do total. Em seguida, vêm as empresas do setor de energia, que correspondem a 22,69% das fontes. Apenas um representante de Povos e Comunidades Tradicionais foi ouvido como fonte em todo o conjunto de matérias analisadas.

Tipos de fontes citadas nas matérias de A Tarde, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Executivo	24
Empresa do setor energético	12
Legislativo	2
Especialista	1
Ambientalista	1
Povos e Comunidades Tradicionais	1
Sociedade civil	1
Fonte não identificável	11



[1]

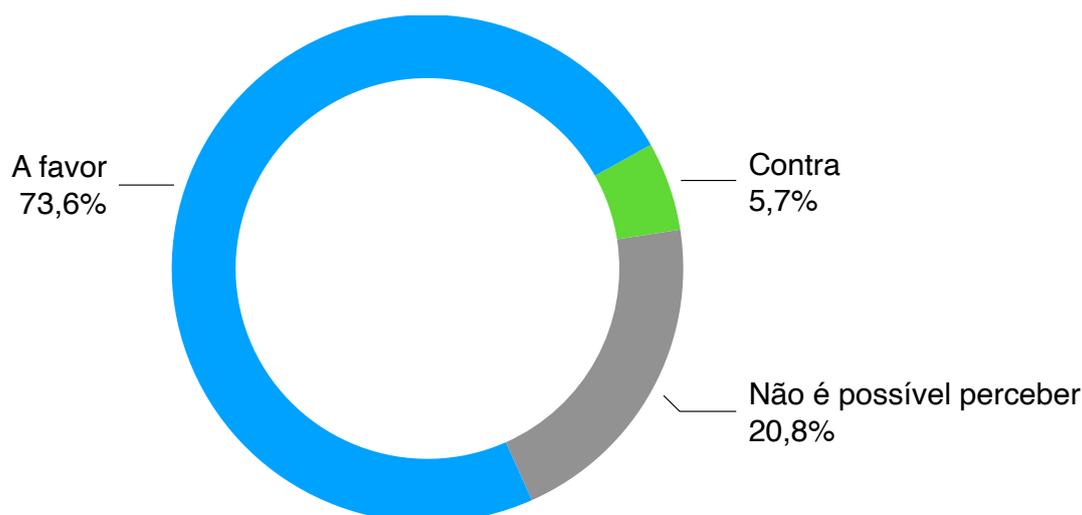


As vozes de fontes da sociedade civil, de ambientalistas e de representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e de territórios atingidos pelos megaempreendimentos, que poderiam manifestar um posicionamento crítico ao modelo de expansão dos empreendimentos de produção de energia renovável, são invisibilizadas. Do total de fontes ouvidas, esse conjunto soma apenas três de 53 fontes, ou 5,7% do total.

No que compete ao gênero das fontes, predomina a presença masculina nos três períodos, os homens corres-

pondendo a 85,4%, enquanto as mulheres somam 14,6% das fontes (excluímos desses números as fontes não identificáveis, como as institucionais).

A respeito do posicionamento das fontes ouvidas sobre o tema das energias renováveis – aspecto que transmite o posicionamento do próprio jornal –, 73,6% delas se mostram a favor das energias ditas limpas e apenas três de um total de 53 fontes (5,7%) se mostram contrárias. Nos demais casos (20,7%), não foi possível perceber a inclinação da fonte.



Posicionamento das fontes ouvidas sobre os megaempreendimentos de energia renovável, na soma dos períodos

Os dados referentes à cobertura do jornal A Tarde revelam uma postura em favor dos megaempreendimentos energéticos ditos “limpos”. A ausência de diferentes perspectivas e pontos de vista, bem como o tratamento dado ao tema, são manifestações patentes de um jornalismo pouco crítico aos impactos inerentes ao modelo de exploração dos ventos e do sol que se observa no Brasil. Nesse sentido, sobejam matérias meramente informativas e sem as vozes de representantes das populações atingidas e da sociedade civil. Por outro lado, percebe-se um número considerável de matérias inflacionadas com a narrativa de integrantes dos setores público e privado favoráveis à instalação e à ampliação dos megaempreendimentos do setor.

Os atingidos pelos grandes empreendimentos de matriz eólica e solar apenas são consultados quando a justiça intercede em seu favor e paralisa a continuação da atividade. É o que se observa, por exemplo, em relação à suspensão das licenças de instalação e operação do Complexo Eólico Canudos: seus impactos foram tão alarmantes que não puderam ser ignorados.



Matéria do jornal A Tarde de 26/05/2023.

Todavia, em situações como essa, em que interesses econômicos são contrariados, a palavra é garantida aos investidores, situação que não é vista em sentido oposto. A rigor, quando se noticia sobre a construção ou entrada em operação de um novo empreendimento do tipo, o tratamento isonômico é deixado de lado, desse modo, agricultores, militantes e representantes da sociedade civil organizada são plenamente ignorados.

Diante da assimetria de forças observada no conjunto de matérias do jornal A Tarde, nota-se que as pautas dos movimentos sociais – a exemplo da defesa de um modelo de transição energética justo – são negligenciadas. Por conseguinte, os leitores do periódico se acham alijados de uma visão ampla e plural.



5.2. DIÁRIO DO NORDESTE - CEARÁ

A primeira edição do Diário do Nordeste (DN) saiu às ruas em 19 de dezembro de 1981. O periódico cearense foi fundado pelo Grupo Edson Queiroz, um conglomerado empresarial que se dedica a diferentes ramos de atividades comerciais, tais como os setores de energia, educação e alimentação. A comunicação é mais uma das atividades que o grupo cearense explora.

O DN integra o Sistema Verdes Mares – subsidiário do conglomerado empresarial –, criado em 1960 e atualmente composto pelos seguintes veículos: TV Verdes Mares (afiliada da Rede Globo), TV Verdes Mares Cariri, G1 Ceará, TV Diário, Rádio Verdes Mares, FM 93, Recife FM e Rádio Tamoio, além do próprio Diário do Nordeste. Esse amplo leque de meios de comunicação garante grande abrangência de telespectadores, ouvintes, internautas e leitores. Não à toa, o Diário do Nordeste é o periódico de maior circulação e alcance no estado do Ceará, condição que lhe confere peso e importância no cenário político e informativo local (Sousa, 2013).

A partir da delimitação do recorte cronológico (janeiro de 2021 a junho de 2023) e da definição das palavras-chave que orientaram as buscas no sítio eletrônico do jornal Diário do Nordeste, foram localizadas 98 matérias com potencial de comporem o escopo da pesquisa. No entanto, após uma leitura criteriosa e análise do conteúdo com base nos formulários de tabulação das matérias, algumas delas foram descartadas, a exemplo das que informam sobre a produção de energia individual (distribuída) por particulares. Assim, ao final da análise prévia restaram 68 matérias que entraram para o corpus da pesquisa.

Desse universo, 16 matérias (23,53%) estão compreendidas no Período 1 (janeiro a dezembro de 2021); 37 matérias (54,41%) no Período 2 (janeiro a dezembro de 2022); e 15 matérias (22,06%) no Período 3 (janeiro a junho de 2023).

No entanto, nem todas as matérias versam sobre a construção de empreendimentos energéticos movidos pelo vento ou pela luz solar. No primeiro período, 81,25% tratam especificamente do assunto, enquanto que no segundo e terceiro períodos os números chegam a 59,46% e 86,67% respectivamente. As demais matérias consistem em informações relativas ao ecossistema de geração de energias renováveis, a exemplo da implantação de uma unidade industrial de produção de hidrogênio verde (H2V) – obtido a partir de fontes de energia solar, eólica e orgânica – no Complexo Industrial e Portuário de Pecém, localizado na região metropolitana de Fortaleza.



Para saber mais sobre o Complexo Industrial e Portuário de Pecém e os conflitos socioambientais decorrentes de sua instalação e operação, indicamos o artigo “O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário de Pecém, no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir”, de Luciana Nogueira Nóbrega.

As matérias encontram-se distribuídas principalmente nas subdivisões Negócios e Opinião do jornal que, juntas, concentram 93,75% das matérias do ano de 2021, 94,59% daquelas do ano de 2022 e 100% das matérias do período correspondente ao primeiro semestre de 2023. A mesma tendência de tratar o tema como questão de negócio e mercado observa-se nos jornais de alcance nacional.

Esse quadro revela como o modelo de geração de energias renováveis no país é pensado a partir de uma lógica de mercado e evidencia o entrelaçamento entre empresas responsáveis pelos empreendimentos de energia e a mídia comercial, uma vez que nos três períodos

analisados há uma preponderância de artigos de opinião (são 34 artigos em um total de 68 matérias) em relação aos demais tipos de texto (notícia, nota, entrevista e reportagem), e neles se observa uma postura em favor do atual modelo de geração de energias renováveis.

Com efeito, ao se observar de que forma as matérias podem ser classificadas, vemos que 93,75% dos textos do período 1, 94,59% do período 2 e 73,33% do período 3 denotam uma inclinação favorável às energias ditas “limpas”. Isso significa 61 matérias (89,7%), de um total de 68, favoráveis às energias renováveis em todos os períodos.

Na coluna do jornalista de economia Egídio Serpa, por exemplo, abundam artigos em apologia à expansão dos empreendimentos de

energia eólica e solar no estado, exortando o governo cearense e a bancada do Ceará na Câmara dos Deputados a atraírem investimentos para o setor. Em sua coluna, o espaço a empresários do ramo energético está aberto para desfilarem as vantagens dos projetos de energias renováveis – ignorando os impactos deletérios.

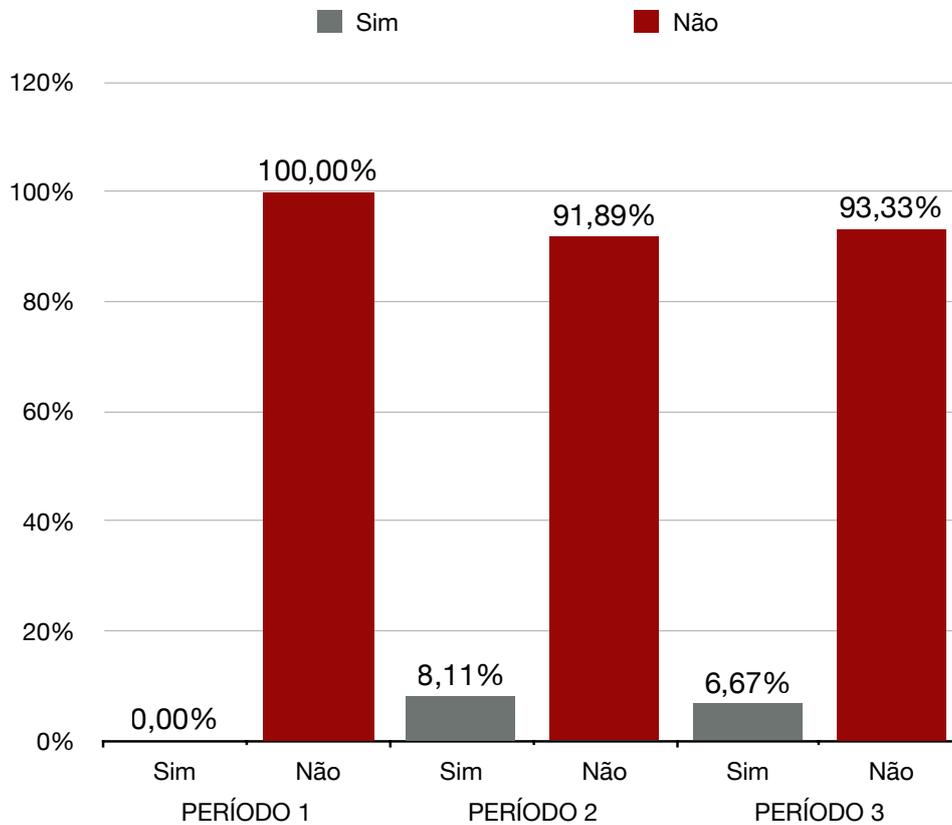
Por outro lado, não há um caso sequer de matérias que apresentem uma posição contrária à exploração desse tipo de atividade em todos os períodos. Nos demais casos, as matérias foram classificadas como neutras (4 matérias ou 5,88%) ou não foi possível perceber um posicionamento (3 textos ou 4,41%).

Cabe dizer que a análise identificou um número inexpressivo de matérias publicitárias. Nos períodos 1 e 3, 100% das matérias são caracterizadas como de ordem jornalística, já no período 2, apenas uma matéria (2,70%) apresenta conteúdo produzido por agência de conteúdo publicitário a serviço de empresas do ramo energético (solar ou eólico). No caso em questão, o conteúdo foi produzido a cargo da AES Brasil, empresa responsável, entre outros, pelo Complexo Eólico Tucano, localizado no interior da Bahia.



Outra variável que chama a atenção consiste na ausência quase absoluta de matérias que apresentam menções aos impactos socioambientais nos territórios de implantação dos megaprojetos energéticos. No período 1 não há observação de nenhuma matéria; no período 2, três de um total de 37 matérias (8,11%) mencionam algo a respeito; já no período 3, há o registro de somente uma no total de 15 matérias (6,67%).

Menção aos impactos ambientais nas matérias do Diário do Nordeste



O caso é ainda mais preocupante quando se toma os dados acerca da alusão a estudos de impacto socioambiental. Em 2021 e no primeiro semestre de 2023, não há nenhuma menção do tipo, enquanto que, em 2022, algum tipo de estudo de impacto é citado em apenas uma (2,7%) das matérias analisadas.

Consiste em algo no mínimo curioso que a preocupação com o meio ambiente e os efeitos das mudanças climáticas – argumentos tão importantes e centrais para a realização da transição energética com a expansão do uso de energias renováveis – não receba a mesma visibilidade quando o objetivo é a construção de parques, usinas e complexos solares e eólicos, ação que exige a supressão de grandes áreas de vegetação nativa, além da alteração do modo de vida de comunidades tradicionais, acarretando na prática de racismo ambiental.

RACISMO AMBIENTAL

O racismo ambiental pode ser definido como o reconhecimento da dimensão racial dentro do contexto da crise climática. Dimensão que usa o conceito de raça, mas que inclui além de negros e negras, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, pantaneiros, geraizeiros, caiçaras, ciganos, quilombolas, moradores de favelas e encostas, mulheres, mães solas e jovens. Dessa forma, esse conceito se apresenta como uma manifestação contemporânea do racismo e da discriminação racial que marca a vida das pessoas em seus territórios (Belmont, 2023).

Os territórios onde se instalam os empreendimentos possuem características físicas (fauna e flora), naturais (incidência de ventos e luz solar) e socioculturais (moradores e comunidades), entretanto, via de regra, as matérias analisadas ignoram ou silenciam sobre esses aspectos. Ao longo de 2022 e do primeiro semestre de 2023, não foram identificadas matérias que mencionem as características locais dos territórios onde se baseiam os empreendimentos, enquanto que apenas uma matéria (6,25%) durante todo o ano de 2022 apontou para essa informação.

Números similares podem ser vistos em relação a menções aos donos da terra, isto é, pessoas que habitam e possuem a posse da terra onde complexos eólicos e parques solares são construídos. Apenas uma matéria (6,67%) do período 3 faz menção aos donos da terra, já

nos períodos 1 e 2 não há qualquer referência a isso. A situação muda pouco de figura quando se leva em conta os motivos da escolha do local do empreendimento. O período 1 apresenta motivações em duas matérias (12,5%), o período 2 apresenta em dez textos (27,03%) e o período 3 registra os motivos em duas matérias (13,33%).

Assim, a análise dos números pode induzir o leitor do jornal ao falso entendimento que os empreendimentos acabam por se instalar em lugares ermos, ausentes de vida humana, animal ou vegetal, portanto, passíveis de serem ocupados para a geração de energia. Afinal, como garante um dos colunistas do DN, em texto publicado em 15 de janeiro de 2023, tanto o Brasil quanto o Ceará dispõem de “geografia e natureza disponíveis para isso” (sic).



Alô, presidente Lula! Alô, governador Elmano Freitas! Os Estados Unidos e a Europa estão subsidiando a produção de Hidrogênio Verde. Por quê?

Resposta: Porque, para ser verde, o Hidrogênio tem de ser produzido com o uso de energias renováveis – solar e eólica, principalmente. Nos EUA isso é possível a um alto custo; na Europa, esse custo é mais elevado, ainda.

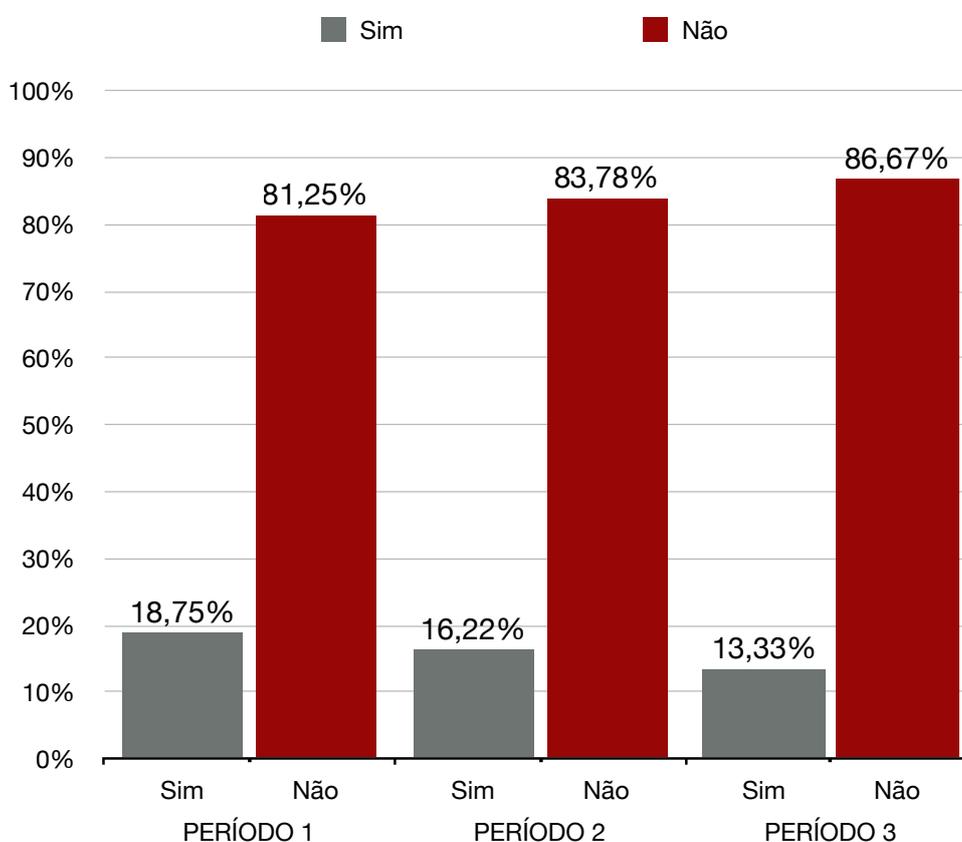
Conclusão: países como o Brasil têm condição de produzir o H2V a um custo várias vezes mais barato do que os EUA e a Europa. E o estado do Ceará, que já em contratos assinados com grandes empresas estrangeiras para a produção do Hidrogênio Verde, tem geografia e natureza disponíveis para isso.

Todavia, se as pessoas, os bichos e as plantas possuem pouca importância na hora de compor a matéria, o mesmo não pode ser dito sobre as empresas que farão a gestão dos megaempreendimentos. Vejamos: em 75% das matérias do período 1 as empresas são citadas nominalmente; já no período 2, são 56,76% de menções; somente no período 3 é que há um recuo nas citações das empresas gestoras com 40% das matérias – um número ainda assim expressivo. No total dos três períodos, 39 de 68 matérias (57,35%) trazem citações às empresas do ramo.

Grande parte delas corresponde a empresas estrangeiras oriundas de países como Portugal, Canadá, Austrália, Itália, França, China, Reino Unido, Espanha e Dinamarca, além de algumas empresas brasileiras. Diante da expansão de megaempreendimentos renováveis no Sul Global, geridos majoritariamente por empresas do Norte Global, o Brasil está experimentando uma reedição do colonialismo, dessa vez climático.

No entanto, embora se saiba quais empresas e países dominam o setor energético “verde” no território cearense, as matérias não explicitam para onde se destinará a energia produzida. Nos três períodos, em mais de 80% das matérias não há essa informação. Cabe dizer que ainda que a energia seja gerada em determinado território não há garantias que seja ele o destinatário da exploração e do beneficiamento dos recursos naturais.

Menção ao destino da energia produzida, por período



Não obstante algumas matérias trazerem informações sobre os esforços dos governos federal e estadual na atração de investidores do ramo de energias renováveis, pouco espaço é dado ao papel do Estado na instalação dos megaempreendimentos, a exemplo de incentivos fiscais. Esse tema aparece somente em seis matérias (37,5%) do período 1, em sete do período 2 (18,92%) e em quatro do período 3 (26,67%).

NÚMEROS DOS SUBSÍDIOS ÀS FONTES RENOVÁVEIS

Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), enquanto os subsídios aos fósseis mais que dobraram nos últimos cinco anos, os incentivos às fontes renováveis cresceram de R\$ 10 bilhões em 2018 para R\$ 15 bilhões em 2023.

O Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) é o maior subsídio às fontes renováveis de energia, tendo implantado, até o momento, mais de 200 geradores de energia elétrica em mais de 100 municípios brasileiros.

Em cinco anos, o total de subsídios às fontes renováveis chegou a R\$ 60 bilhões, sendo a maior parte deste valor (R\$ 57,9 bilhões) destinada à produção. O estudo do Inesc destaca que quase 48% desses subsídios à produção de fontes renováveis são financiados pela tarifa da conta de energia elétrica paga pelos consumidores. Isso significa que a energia renovável, além de desfrutar de subsídios cinco vezes menores que as de origem fóssil, ainda tem uma parte importante (46,4% do total) custeada pelos consumidores.

Fonte: <https://inesc.org.br/subsidios-as-fontes-fosseis-e-renovaveis-2018-2022-reformar-para-uma-transicao-energetica-justa/>^[1]

Outro dado importante para a análise do tema é se as matérias trazem informações sobre acordos e agendas internacionais/multilaterais. Nesse quesito, as matérias apresentam informações de maneira factual, pouco aprofundadas nos debates em torno dos compromissos multilaterais sobre transição energética e mudanças climáticas. Menções desse tipo aparecem em 43,75% das matérias do período 1, em 29,73% dos textos do período 2 e em 46,67% daqueles do período 3. Menos espaço ainda é conferido a dados estatísticos e resultados de pesquisa, bem como a referências sobre legislações. No que compete às estatísticas e aos dados de pesquisa, elas são mencionadas apenas nos períodos 2 e 3, em, respectivamente, seis matérias (16,22%) e uma matéria (6,67%). No que diz respeito à menção a legislação específica a regularidade é semelhante, não havendo nenhuma menção no período 1, sete menções no período 2 (18,92%) e apenas uma menção no período 3 (6,67%).

Com relação às fontes, o conjunto das matérias traz ao todo 93 incidências, algumas delas aparecendo em mais de uma matéria. Grande parte das fontes ouvidas é composta por representantes de empresas do setor energético: elas somam 38 das 93 fontes consultadas pelo Diário do Nordeste (40,9% do total). Em seguida, vêm as fontes do Executivo, que somam 22 menções (23,6%). Entre as fontes governamentais recorrentes no período 1 está, por exemplo, o então governador do Ceará Camilo Santana. Por outro lado, não há, em todo o período, nenhuma fonte que represente os Povos e Comunidades Tradicionais, e a sociedade civil foi ouvida apenas uma vez. Os números não deixam margem para dúvidas sobre a baixa disposição do jornal à pluralidade de vozes e opiniões. Isso reflete na ausência de vozes dos territórios impactados.

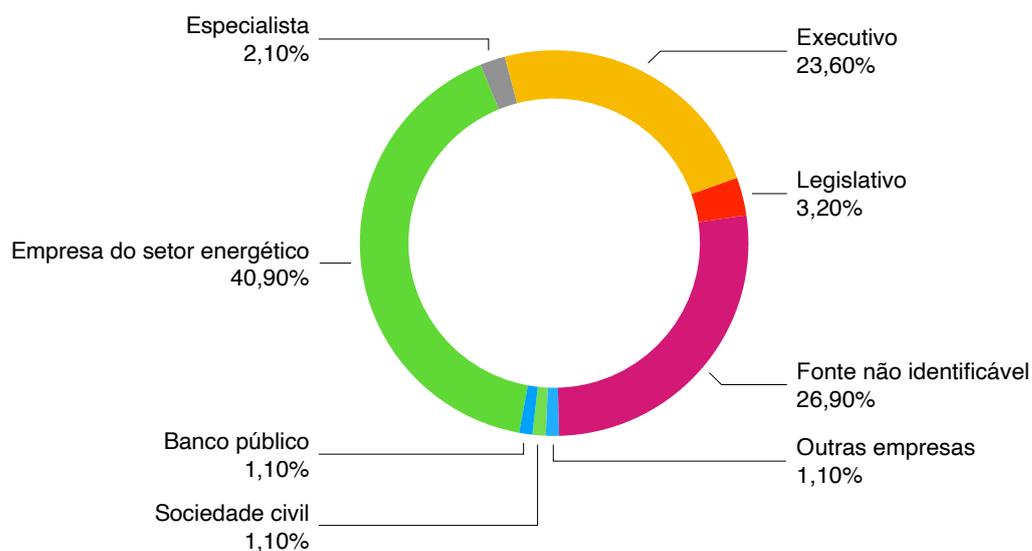


[1]



Tipos de fontes ouvidas pelo Diário do Nordeste, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Empresa do setor energético	38
Executivo	22
Legislativo	3
Especialista	2
Banco público	1
Outras empresas	1
Sociedade civil	1
Fonte não identificável	25



De maneira geral, o conjunto de matérias do Diário de Nordeste apresenta uma postura acrítica em relação aos empreendimentos de energias renováveis, intoxicado pelo senso de urgência para a descarbonização da matriz energética global e alimentado pela possibilidade dessas fontes de energia propiciarem um momento de reindustrialização do Brasil, em que a região Nordeste é apresentada como a virtual protagonista. A cobertura acerca da atração e implantação de grandes empreendimentos energéticos de matriz solar e eólica ignora os impactos socioambientais que estão atrelados a esse tipo de atividade. Desse modo, populações e comunidades inteiras impactadas não veem suas vozes ecoadas nas páginas do jornal, que revela um alinhamento a interesses corporativos.

Não obstante, se verifica uma verdadeira campanha de promoção do Ceará à categoria de estado brasileiro líder no processo de transição energética com matérias que dão ênfase e celebram Memorandos de Entendimento (MoU, na sigla em inglês) celebrados com empresas nacionais e estrangeiras.

Arelado a isso, é notória a defesa pela regulamentação da atividade de exploração dos ventos em alto mar (offshore) em razão do Ceará possuir uma costa marítima favorável. Entre as alegadas vantagens da instalação de torres eólicas no mar estão a maior oferta de vento em relação à terra firme – o que permite a instalação de aerogeradores mais potentes, que podem chegar ao dobro do tamanho daqueles localizados em terra – e o menor impacto sonoro e visual. Entretanto, o que as matérias não revelam são as consequências dessa nova fronteira de exploração dos ventos. Na vida marinha, o perigo reside na destruição de berçários de peixes e recifes de corais para a instalação das estruturas de suporte das turbinas no leito do mar. Na atividade pesqueira, o impacto recai na diminuição do número de peixes e na interdição de acesso a locais de pesca próximos às torres, prejudicando os/as pescadores/as e as marisqueiras.

Nas raras vezes em que o jornal confere espaço às reivindicações das pessoas diretamente atingidas pelos grandes empreendimentos energéticos o tom das matérias apresenta contornos alarmistas e chantagistas, consoante coluna publicada em 4 de maio de 2023, que diz: “um desses empresários disse nesta quinta-feira à coluna que, diante das dificuldades que começam a ser levantadas aqui, já estuda a possibilidade de transferir para outros estados os seus investimentos”.

Diário do Nordeste

HOME ÚLTIMA HORA DN CEARÁ PONTOPODER SEGURANÇA JOGADA NEGÓCIOS VERSO ZOEIRA COLUNISTAS

Movimentos sociais contra geração de energia eólica offshore no Ceará

OPINIÃO

Escrito por **Egidio Serpa**, egidio.serpa@svm.com.br 16:23 / 04 de Maio de 2023. Atualizado às 16:38 / 04 de Maio de 2023

Representantes do governo do Estado também se aliam ao protesto. Um dos argumentos é de que o barulho das turbinas eólicas dentro do mar afugentará os cardumes, prejudicando os pescadores

Coluna de Egidio Serpa de 04/05/2023.

Assim, a tendência do Diário de Notícias consiste em ignorar os impactos e silenciar as pautas dos movimentos sociais de atingidos por grandes empreendimentos eólicos e solares, bem como em rebater seus argumentos quando confrontado com os fatos negativos das energias ditas “limpas”, de modo a alinhar a opinião pública cearense aos interesses que o jornal advoga.

5.3. JORNAL DO COMMERCIO - PERNAMBUCO

O Jornal do Commercio foi fundado em 3 de abril de 1919 por Francisco Pessoa de Queirós e integra o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC), atualmente de propriedade do grupo João Carlos Paes Mendonça. O periódico pode ser lido em sua versão impressa e digital. O Sistema detém ainda concessões de rádio e TV, e um portal de notícias.

Mais especificamente, compõem o SJCC: o Jornal do Commercio, o periódico de maior circulação no estado, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC); a TV Jornal, emissora afiliada ao SBT com vice-liderança consolidada e com a maior grade de programação local de Pernambuco, atingindo, além de Recife, 34 municípios vizinhos à capital, com uma audiência que alcança cerca de 9 milhões de pessoas; a TV Jornal Caruaru, com alcance em mais de 138 municípios do estado de Pernambuco; a Rádio Jornal, fundada em 1948 e, segundo o site do grupo, pioneira em transmitir sua programação pela internet, sendo líder em audiência no estado com seis emissoras: Recife, Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Pesqueira e Petrolina; e o Portal NE10, o primeiro site de notícias de Pernambuco e maior portal do Norte/Nordeste.^[1]

Rosário Pompeia Barros (2009: 22-23), ao analisar a história do Sistema JC, destaca que o mesmo esteve marcado pelos perfis de seus gestores: “F. Pessoa era político e empresário de comunicação, já Paes Mendonça é um dos maiores empresários do Nordeste no ramo do varejo e agora de construções imobiliárias e shopping centers”. Em Pernambuco, onde está localizada a sede do SJCC, foi construído o JCPM Trade Center, o Rio Mar Trade Center 4 e 5, o Le Parc Boa Viagem e o Rio Mar Trade Center 3. Na Bahia, o grupo é responsável pelo Downtown Salvador Shopping e, no Ceará, é detentor dos empreendimentos Empresarial Riomar Kennedy e Rio Mar Trade Center Fortaleza. Além desses três estados, o grupo possui shopping centers em Sergipe.

Citando Evaldo Costa, Barros (2009) destaca o perfil do gestor do SJCC, importante para compreender parte dos elementos que integram a linha editorial do Jornal do Commercio:



[1]

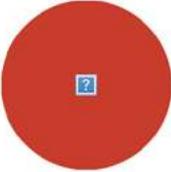
“João Carlos é um cidadão com extensa e ativa militância política. Militância como empresário, líder de segmento, presidente de associações empresariais e membro de colegiados importantes como o Conselho Monetário Nacional (de 1984 a 1986). E militância político-eleitoral: mesmo que nunca tenha sido candidato, João Carlos sempre foi participante ativo de campanhas, dono de voto declarado para candidatos que define como amigos, caso por exemplo do senador Marco Maciel. Recordo que João Carlos chegou a ser, se não me engano, integrante do diretório nacional do PDS, no começo da década de 1980. Portanto, como cidadão e ativista político estar à testa de um grande conglomerado de comunicação configura oportunidade de ouro para, no mínimo, ter certeza que seus posicionamentos, atos e escolhas serão apresentados de forma adequada. Explicitadas essas justificativas inscritas na vida pública, elenco mais uma que defino como uma ‘razão pessoal’: prestigiado e reconhecido nacionalmente como um grande empresário, João Carlos Paes Mendonça sentia, ainda assim, a necessidade de uma projeção social num nível que só o controle de um aparato de mídia garante. Pode ser um tanto subjetivo, mas é também óbvio: o reconhecimento social de um empresário de comunicação não é proporcional ao porte dos seus negócios. Ser dono de jornais e rádios dá mais visibilidade que o controle de uma grande rede de supermercados. A mídia confere uma distinção particular aos que a dominam. O prestígio de Roberto Marinho (lembra?) não vinha do faturamento da Globo, é claro”. (Costa apud Barros, 2009: 84)

De acordo com a pesquisa ComScore MMX (2023), o site do Jornal do Commercio é o portal com mais acessos em Pernambuco, tendo registrado, em 2023, 580 milhões de acessos. Isso demonstra sua expressividade na formação da opinião pública local.

Jornal do Commercio enfatiza ganhos econômicos e políticos das renováveis

O Jornal do Commercio foi o veículo de comunicação com menos matérias identificadas nesta pesquisa: foram 19 conteúdos, sendo dois (10,53%) no segundo período da análise (janeiro a dezembro de 2022) e 17 (89,47%) no terceiro período (janeiro a junho de 2023). Não foram registradas inserções de janeiro a dezembro de 2021. Desse universo, 94,74% das matérias são jornalísticas e apenas uma (5,26%) é informe publicitário.

Esses conteúdos são em sua totalidade informações factuais, correspondendo a dez notícias (52,63%), sete reportagens (34,58%) e duas notas (10,53%). A quase totalidade desse material está vinculada às seções JC Negócios e ao Blog do Jamildo, demonstrando o peso da agenda econômica no debate sobre as energias ditas limpas na pauta do veículo.



JC Negócios
 Por Fernando Castilho
castilho@jc.com.br
 Informação e análise econômica,
 negócios e mercados

COLUNA JC NEGÓCIOS

Em tempo de aumento de energia, Brasil ultrapassa 29 GW de potência instalada em energia solar; veja como é a instalação

Juntos Energia é uma empresa do grupo Elétron Energy, um dos maiores do país e líder na região Nordeste, acaba de iniciar a expansão de suas operações e passa a atender a população do estado.



Cadastrado por
JC
 Publicado em 12/05/2023 às 11:50 | Atualizado em
 12/05/2023 às 12:33

NOTÍCIA

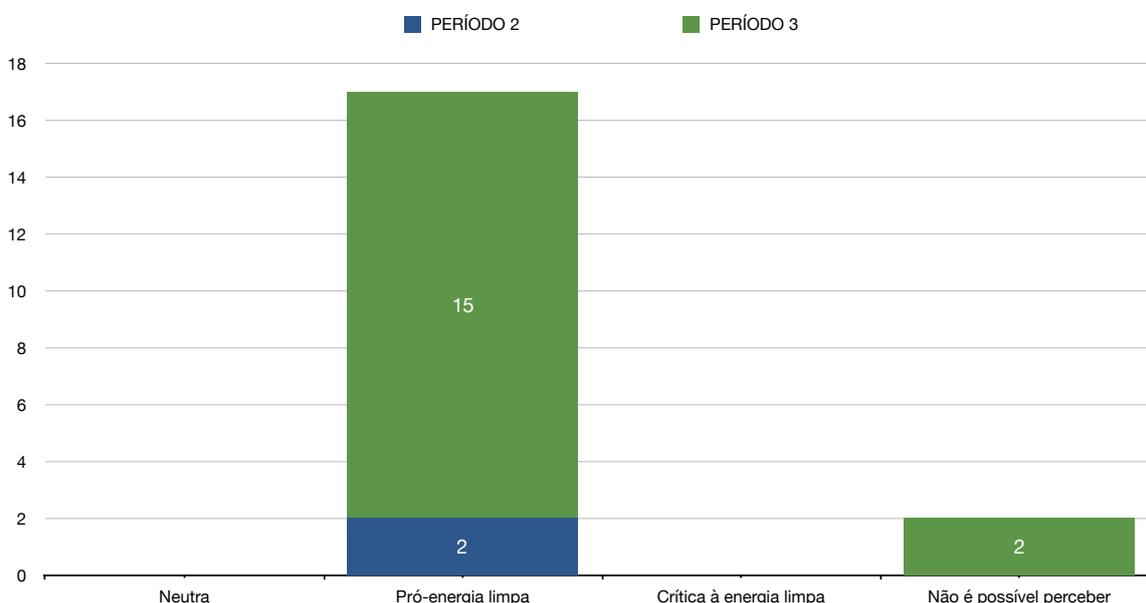
Coluna JC Negócios de 12/05/2023.

Há um direcionamento editorial do jornal para mostrar apenas o lado econômico e o interesse político na instalação dos empreendimentos das energias renováveis no estado de Pernambuco, enfatizando os investimentos financeiros das empresas, em sua maioria de outros países, como China e Reino Unido, e o que isso pode gerar em ganhos políticos para o grupo que atualmente está no poder. Em uma reportagem, publicada no dia 28 de junho de 2023, o jornal mostra a assinatura de parceria entre a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, e a embaixadora do Reino Unido para expansão de parcerias em interesse mútuo, relacionadas a “estratégias de descarbonização e mudanças climáticas, transição energética”.



Nota-se no Nordeste, onde a maioria dos empreendimentos de energias renováveis está sendo instalado, uma disputa dos/as governadores/as para ver quem consegue trazer mais empresas internacionais de energia eólica e solar para investir em seu estado. Nesse contexto, a cobertura da mídia hegemônica, alinhada a interesses político-empresariais, é positiva às ações dos estados. Como resultado, a expressiva maioria das matérias publicadas no Jornal do Commercio entre janeiro de 2021 e junho de 2023 é a favor das energias limpas.

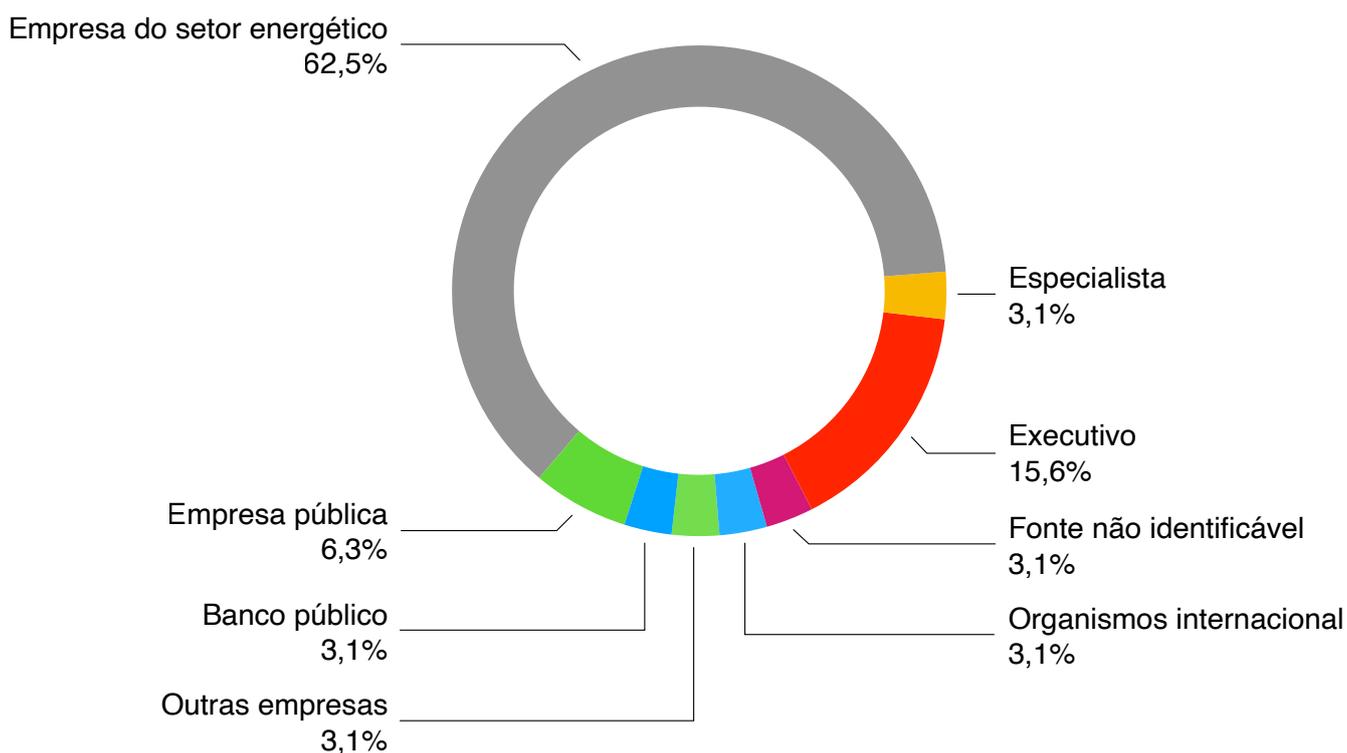
Posicionamento das matérias sobre as energias renováveis, por período



A defesa desse modelo de transição energética é reforçada não apenas pelo enquadramento temático, mas também pela escolha das fontes: mais da metade das pessoas ouvidas na cobertura do Jornal do Commercio era empresas representantes do setor energético (62,5%), seguidas de representações do Executivo (15,6%). Não houve nenhuma escuta a representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais ou dos territórios atingidos.

Tipos de fontes ouvidas pelo Jornal do Commercio, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Empresa do setor energético	20
Executivo	5
Empresa pública	2
Banco público	1
Especialista	1
Outras empresas	1
Organismo internacional	1
Fonte não identificável	1



Ao não ouvir as comunidades afetadas por esses megaprojetos, o Jornal do Commercio também não revela para seus/suas leitores/as o teor dos contratos de arrendamento e uso da terra para instalação de aerogeradores para produção de energia eólica. Segundo Relatório Técnico produzido pelo Inesc e publicado em 2023, esses contratos permitem uma relação extremamente desbalanceada entre as empresas de energia renovável e os/as proprietários/as das áreas – em sua grande maioria, pequenos agricultores.^[1]

O Jornal do Commercio também não menciona os impactos das energias renováveis na saúde da população.

Em Caetés, cidade do agreste pernambucano, o barulho gerado pelos aerogeradores do parque eólico São Clemente, construído pela empresa Casa dos Ventos, tem tirado o sossego dos moradores da região. Alguns tiveram problemas físicos e psicológicos e a opção foi sair do território onde moravam.

Se os moradores dos territórios onde são instalados os aerogeradores e as placas solares não são ouvidos pelo Jornal do Commercio, as associações de energia eólica, como a Absolar, são sempre fontes, assim como os CEOs ou engenheiros que atuam nos empreendimentos.



As principais empresas citadas no material coletado foram Iberdrola (Espanha), CGN Brazil Energy (China), Juntos Energia (Brasil), Neoenergia (Espanha), Nexen (Brasil) e Renovigi (Brasil). A última obteve um lucro de R\$ 799,5 milhões em 2021, segundo publicou a Infomoney na matéria “Intelbras (INTB3) compra empresa de energia solar Renovigi por R\$ 334 milhões; ação sobe 3,5%”, de 16 de fevereiro de 2022.^[2] As reportagens do Jornal do Commercio optam por informar quanto as empresas estão investindo com a instalação dos empreendimentos eólicos e solares.

As fontes entrevistadas para as matérias e colunas são, em sua maioria, homens (68,8%). O período em que mais encontramos matérias sobre as eólicas e usinas solares em Pernambuco foi o de 2023: foram 17 textos (89,47%)

de um total de 19, denotando, uma vez mais, a crescente importância do tema na agenda pública, acelerada pelas políticas federais do Governo Lula.

Diferentemente da maior parte dos veículos pesquisados, o Jornal do Commercio apresentou um alto percentual de matérias que citam dados estatísticos ou resultados de pesquisas: foram 16 conteúdos (84,2%). Por outro lado, apenas três textos (15,8%) citam legislações; as mais citadas são a Lei 14.300/2022, que institui o marco legal da micro e minigeração de energia, e o Projeto de Lei 1.292/2023. Já os acordos internacionais são citados em apenas uma matéria (5,3%). Também há apenas uma menção, em todo o corpus de análise, a estudos de impacto ambiental.



[1]



[2]

5.4. JORNAL DA PARAÍBA - PARAÍBA

O Jornal da Paraíba (JP) foi fundado em 5 de setembro de 1971 e, em 2016, migrou também para o digital. Segundo o site da empresa Rede Paraíba de Comunicação, proprietária do portal, o JP “acompanhou o espírito de vanguarda que sempre foi sua marca [e] migrou totalmente para o universo digital”.^[1] Esse “espírito de vanguarda” do grupo veio acompanhado da demissão de muitos jornalistas, que trabalhavam no impresso. Pouquíssimos foram aproveitados para o digital e os que ficaram acumulam funções nos outros veículos do grupo, seja na rádio, no portal ou na TV.

Além do portal Jornal da Paraíba, a Rede Paraíba de Comunicação detém a concessão pública de duas emissoras de TV (Cabo Branco e Paraíba) e das rádios CBN João Pessoa e Campina Grande e Cabo Branco FM. A Rede tem ainda os portais GIPB e o GE Paraíba, este último dedicado à cobertura esportiva. Um dos principais veículos em audiência da Rede Paraíba de Comunicação é a TV Cabo Branco. De acordo com a pesquisa Kantar de 2022, a emissora despontava como a primeira colocada no ranking de consumo de vídeo na televisão no estado, com 17,1 pontos.^[2] O site ancora o conjunto das produções dos veículos que integram a Rede.

O sistema é afiliado à Rede Globo, e seu proprietário

atual é o empresário Eduardo Carlos, dono também da fábrica de café São Braz, idealizada por seu pai, o empresário, já falecido, José Carlos da Silva Júnior.

Uma das jornalistas que permaneceu na empresa após a demissão em massa é Angélica Nunes, que foi repórter do caderno de Política na versão impressa do JP e atualmente é colunista do portal, junto com o também jornalista Laerte Cerqueira. Eles são responsáveis pelo blog Conversa Política. Foi nesse blog que encontramos o maior número de matérias sobre as empresas de energia eólica e solar na Paraíba.



[1]



[2]

A cobertura do Jornal da Paraíba

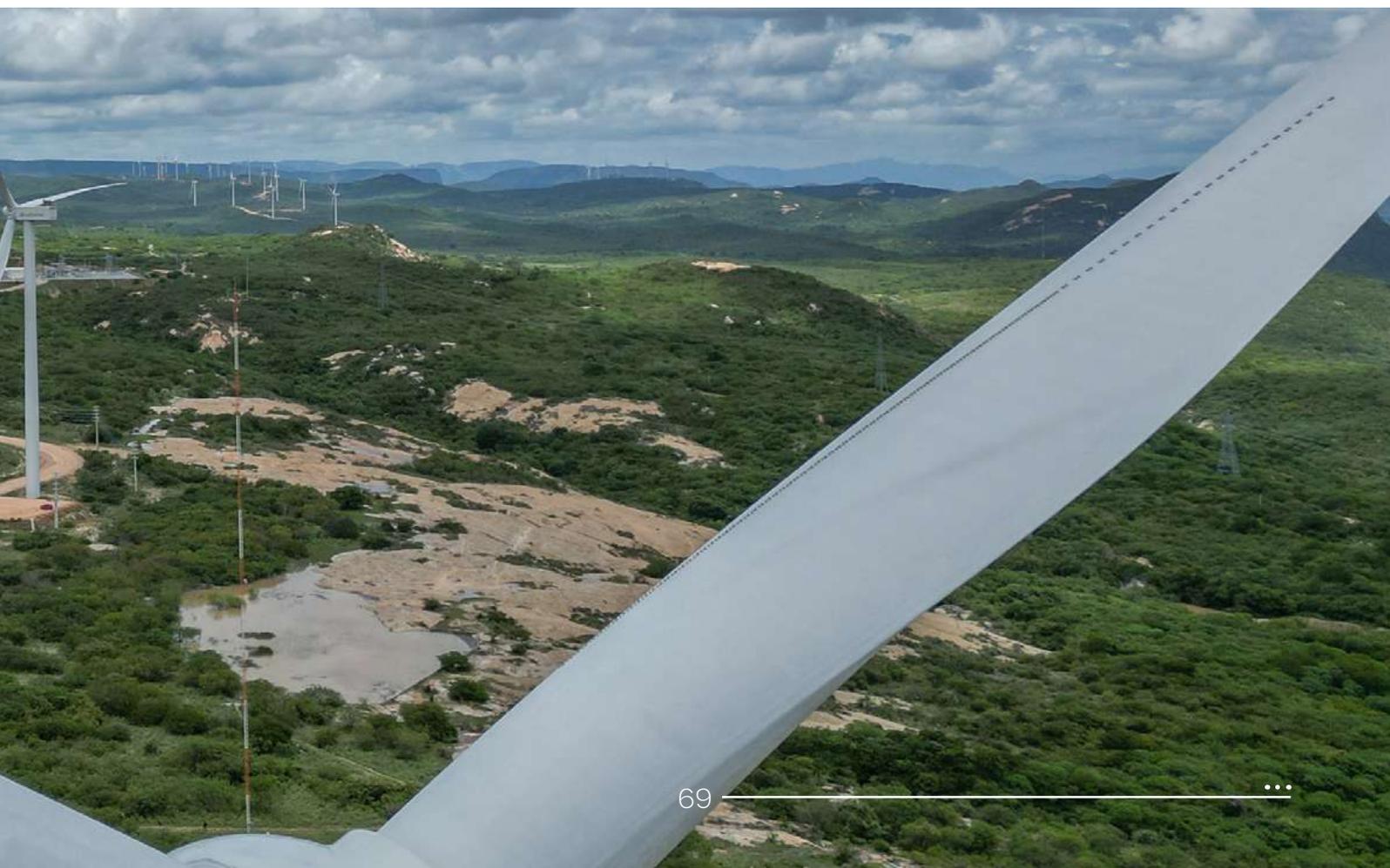
Somando todos os períodos em que delimitamos nossa análise no site do Jornal da Paraíba, foram encontradas 35 matérias sobre a instalação das empresas de energias eólica e solar no estado. O maior número concentrou-se no ano de 2023: de janeiro a junho foram 18 matérias (51,43%), 13 delas publicadas no blog Conversa Política. Em 2021, foram publicadas 11 matérias (31,43%) e, em 2022, apenas seis matérias (17,14%).

Nos três anos da análise, o tipo de texto que prevaleceu foi notícia, ou seja, conteúdo com relatos factuais de ações ou iniciativas vinculadas às energias renováveis. No total, as notícias corresponderam a 62,85% do material analisado; as demais foram reportagens (37,15%). Não foram identificados outros tipos de conteúdo como editoriais e artigos de opinião. Vale ainda salientar que não foram encontrados conteúdos publicitários na amostragem.

Diferentemente dos outros veículos analisados nesta pesquisa, o Jornal da Paraíba, por meio do blog Conversa Política, abriu espaço para as comunidades afetadas pela chegada dos parques eólicos. O Executivo aparece como a fonte mais ouvida do conjunto dos 35 conteú-

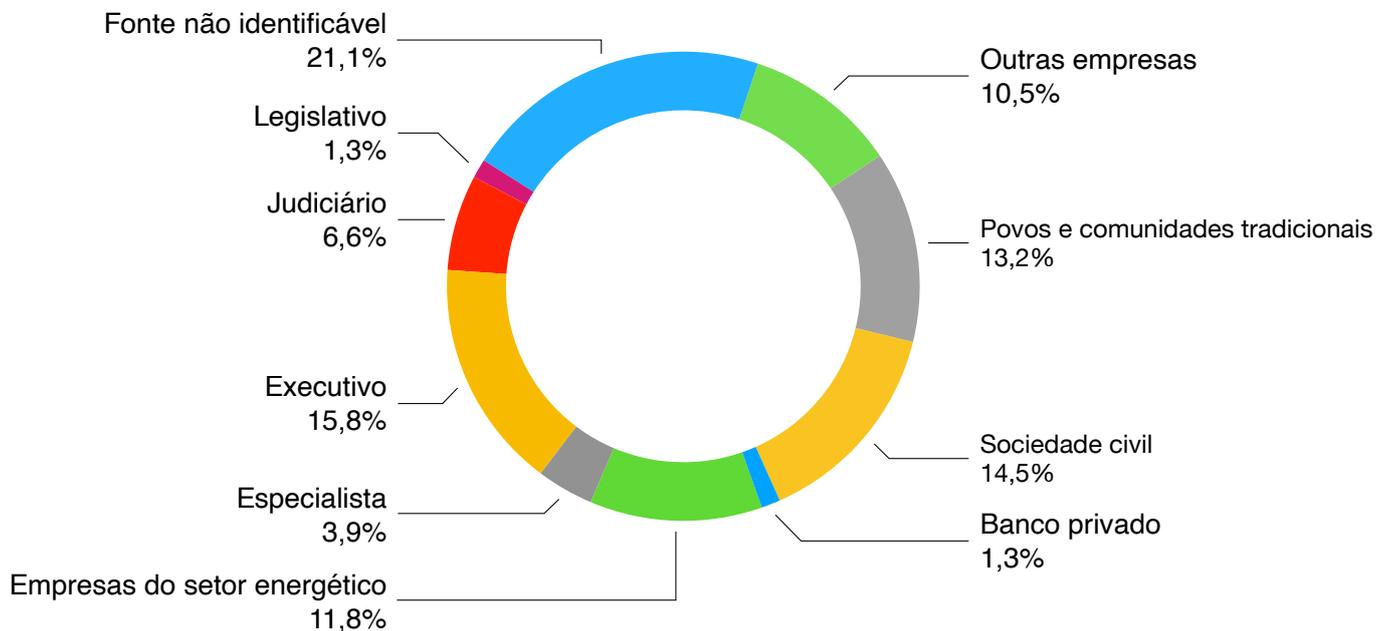
dos publicados, representando 15,8% das vozes, seguido de representantes da sociedade civil, que somam 14,5% das fontes, e de Povos e Comunidades Tradicionais, que são 13,2% dos consultados. Já as empresas do setor energético ficaram em quarto lugar com 11,8% das inserções. Além disso, vale frisar que 66,2% das fontes ouvidas nos conteúdos publicados no Jornal da Paraíba, e analisados neste estudo, são consideradas pró-energias renováveis. Apenas 3,9% são contrárias.

No entanto, a escolha das fontes por si só não garante que as demandas e os interesses das populações afetadas pelos empreendimentos estejam sendo amplificadas. As matérias, ao contrário, dão um tom positivo aos empreendimentos, por meio da fala de trabalhadores rurais entrevistados. Uma dessas matérias foi publicada no blog no dia 30 de novembro de 2021. Nela, um trabalhador rural, morador da zona rural de Mataraca, afirma que, a partir do arrendamento de suas terras, obteve um novo meio para conseguir dinheiro. A reportagem, porém, não aborda os inúmeros riscos e prejuízos oriundos desses contratos, elaborados por essas empresas, em sua maioria, internacionais.



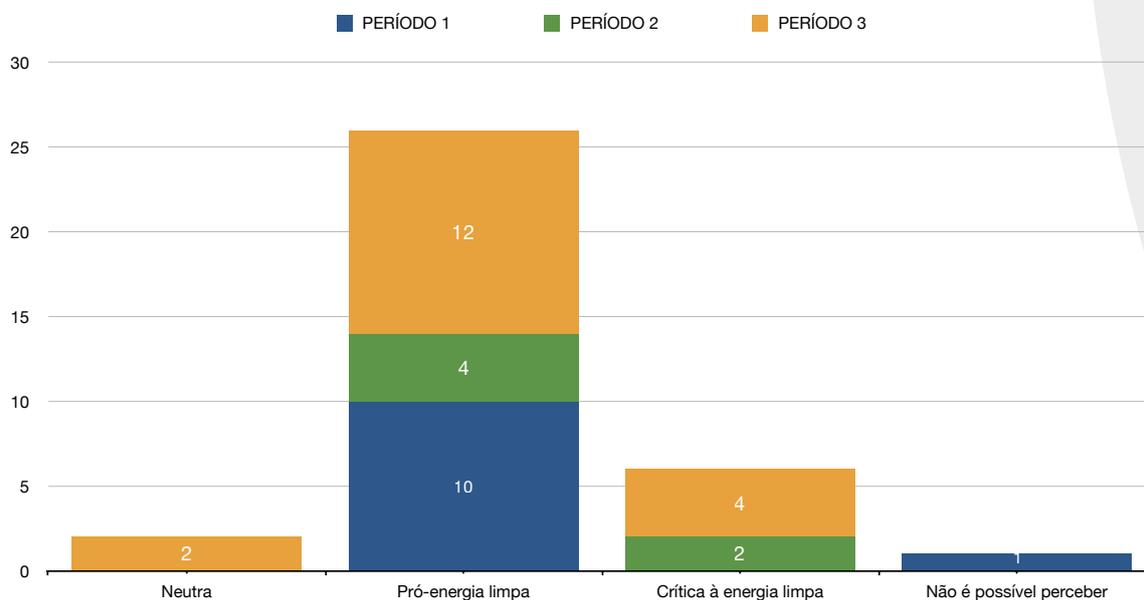
Tipos de fontes ouvidas no Jornal da Paraíba, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Executivo	12
Sociedade civil	11
Povos e Comunidades Tradicionais	10
Empresas do setor energético	9
Outras empresas	8
Judiciário	5
Especialista	3
Banco privado	1
Legislativo	1
Fonte não identificável	16



A maior parte das matérias do Jornal da Paraíba, seguindo a tendência dos outros veículos, é favorável às energias renováveis: foram 26 matérias assim classificadas no total de 35 conteúdos (74,3%). Outras seis matérias (17,1%) foram consideradas contra as energias renováveis, duas neutras (5,7%) e em um caso (2,9%) não foi possível identificar uma inclinação favorável ou desfavorável.

Posicionamento das matérias sobre as energias renováveis, em todos os períodos



Apesar da tendência majoritária, o Blog Conversa Política é um dos poucos espaços identificados nesta pesquisa que abordam a questão das energias renováveis a partir de uma perspectiva crítica. Em abril de 2022, por exemplo, publicou release da Cáritas Brasileira – organização ligada ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que promove solidariedade a comunidades afetadas por desastres socioambientais – sobre uma exposição fotográfica idealizada pela organização para mostrar os impactos socioambientais provocados pelos parques eólicos na Paraíba.

Em outro exemplo, em janeiro de 2023, integrando uma série de reportagens especiais sobre o tema, produzida por Laerte Cerqueira para a TV Cabo Branco, o blog Conversa Política publicou uma matéria em que entrevista representantes do Comitê de Energias Renováveis do Semiárido (Cersa) e de cooperativas que aproveitam os ventos e os raios de sol, de maneira descentralizada, constituindo uma alternativa ao modo de produção e gestão das empresas privadas multinacionais que exploram o setor.

A reportagem entrevistou nove pessoas, entre empresários, trabalhadores rurais, o coordenador do Cersa e associados das cooperativas, mostrando que é possível produzir energia limpa, descentralizada, sem prejudicar o meio ambiente e a vida das pessoas que moram nos territórios rurais do semiárido paraibano. Segundo a reportagem, o trabalho desenvolvido pelo Cersa na Paraíba tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, fazendo com que a energia produzida pelas placas solares, instaladas nas casas dos agricultores e das agricultoras, seja revertida diretamente para eles.

Segundo a reportagem produzida pelo jornalista Laerte Cerqueira, diferente do que acontece com a energia produzida pelas empresas eólicas e solares internacionais nos territórios da caatinga e do semiárido paraibano, em que o/a trabalhador/a rural não é beneficiado, o trabalho desenvolvido pelo Cersa com a energia solar descentralizada está tendo resultados satisfatórios e gerou a organização de outras cooperativas de engenheiros eletricitistas.



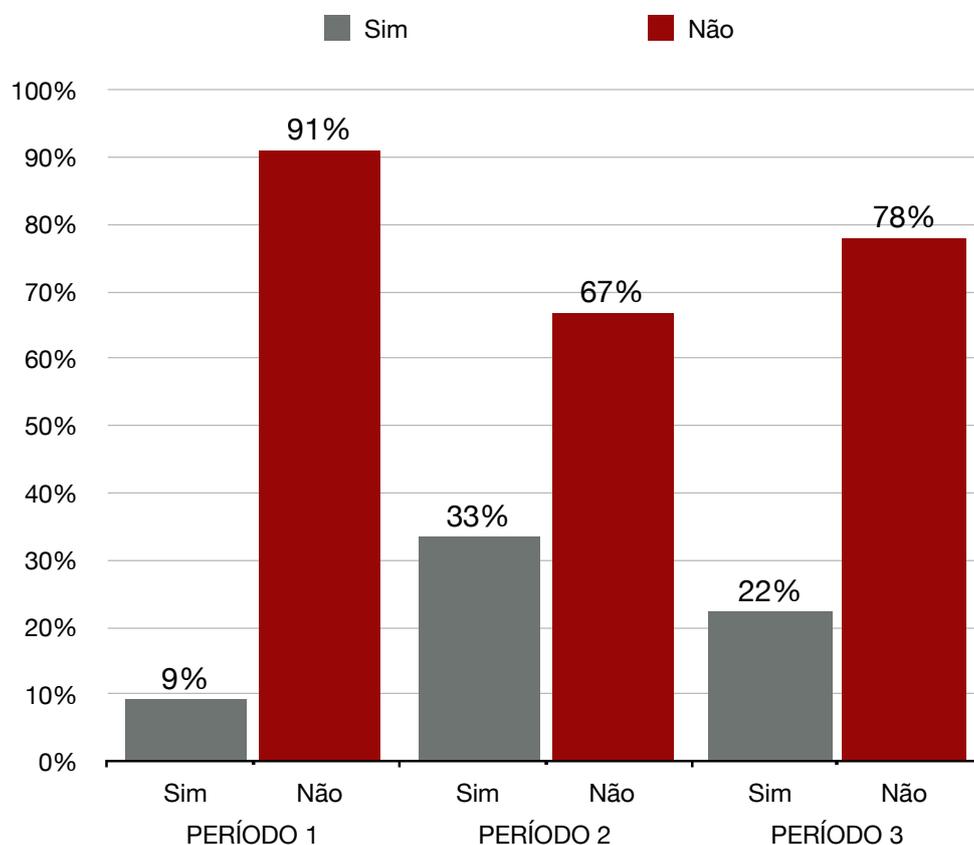
MATÉRIAS PUBLICADAS NA SEÇÃO CONVERSA POLÍTICA DO JORNAL DA PARAÍBA, RESPECTIVAMENTE NOS DIAS 30/11/2021 E 24/01/2023. EMBORA AS DUAS MANCHETES ENFATIZEM BENEFÍCIOS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS, DEFENDEM MODELOS OPOSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO, A PRIMEIRA COM BASE NOS MEGAEMPREENDIMENTOS E A SEGUNDA NO MODELO DE COOPERATIVAS.



Assim como os demais sites, o Jornal da Paraíba enfatiza, no conjunto dos seus conteúdos, os ganhos econômicos dos megaempreendimentos, destacando a geração de empregos e/ou de renda para o estado com a instalação dos parques eólicos e as usinas de energia solar. É a economia que dá o tom das reportagens.

O impacto socioambiental aparece em apenas sete das 35 matérias, aquelas que têm como foco as denúncias feitas pelas organizações da sociedade civil, particularmente nas vozes de seus representantes, que se colocam na linha de frente da defesa das comunidades afetadas pelas eólicas.

Menção aos impactos socioambientais nas matérias do Jornal da Paraíba, por período



Acordos e convenções ambientais também não aparecem nos conteúdos analisados. O Jornal da Paraíba tem, portanto, algumas semelhanças em relação aos demais veículos deste estudo, se diferenciando pela escuta dos/as trabalhadores/as rurais, mesmo que muitas opiniões veiculadas sejam sem tom crítico, e pela divulgação da experiência das cooperativas de energia solar, que distribuem a produção para as casas dos moradores das localidades onde estão instaladas.

5.5. MEIO NORTE - PIAUÍ

O jornal Meio Norte chegou às bancas de Teresina e demais cidades do Piauí no dia 1º de janeiro de 1995, na esteira do fechamento do periódico local O Estado. Em 2006, o Meio Norte passou a ser disponibilizado também na versão digital. O jornal compõe o Grupo Meio Norte de Comunicação, criado pelo empresário Paulo Delfino Fonseca Guimarães. Além do jornal Meio Norte, fazem parte do conglomerado de mídia as rádios FM Meio Norte, Jornal Meio Norte FM, Boa FM e Cocais FM, e as TVs Meio Norte (afiliada à Band) e TV Jornal (afiliada à TV Cultura). A penetração do Meio Norte no mercado de notícias piauiense se deu de maneira agressiva, não tardando para que ele desbancasse o tradicio-

nal jornal O Dia do posto de periódico mais lido pelos piauienses (Gallas, Marques e Viveiros, 2012).

Nesta pesquisa, foram localizadas 80 matérias sobre os empreendimentos de energias renováveis no Meio Norte, distribuídas da seguinte maneira: 20 matérias (25%) situadas no Período 1 (janeiro a dezembro de 2021); 28 matérias (35%) no Período 2 (janeiro a dezembro de 2022); e 32 matérias (40%) no Período 3 (janeiro a junho de 2023).

Vale destacar que um volume considerável de matérias do último período de análise corresponde à cobertura do périplo do governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), pela Europa no intuito de atrair investimentos internacionais do setor de energias eólica e solar para o estado. Em síntese, o governador utiliza a imprensa para ressaltar a abundância de recursos naturais do estado, como água, sol e vento, além de um ambiente institucional favorável, que o torna uma opção atraente para investidores europeus interessados no setor, como na matéria a seguir, de 4 de maio de 2023:

“O Piauí foi o estado com o maior crescimento na geração de energia eólica no país no ano de 2022, com índice de 24,85%. O desempenho foi quase o dobro da média no país, que alcançou 12,6%. O governador Rafael Fonteles quer aproveitar ainda mais a vocação natural que o estado tem para a atividade e vem empreendendo esforços para impulsionar ainda mais a produção e distribuição de energia renovável. ‘O Piauí tem as melhores condições naturais de toda a América do Sul para essa produção. Não à toa tem os maiores números de gigawatts contratados ou em projeto de implantação no Brasil’, pontuou”.

Fonte: <https://www.meionews.com/piaui/rafael-fonteles-discute-os-rumos-da-geracao-de-energia-limpa-no-piaui-471596>

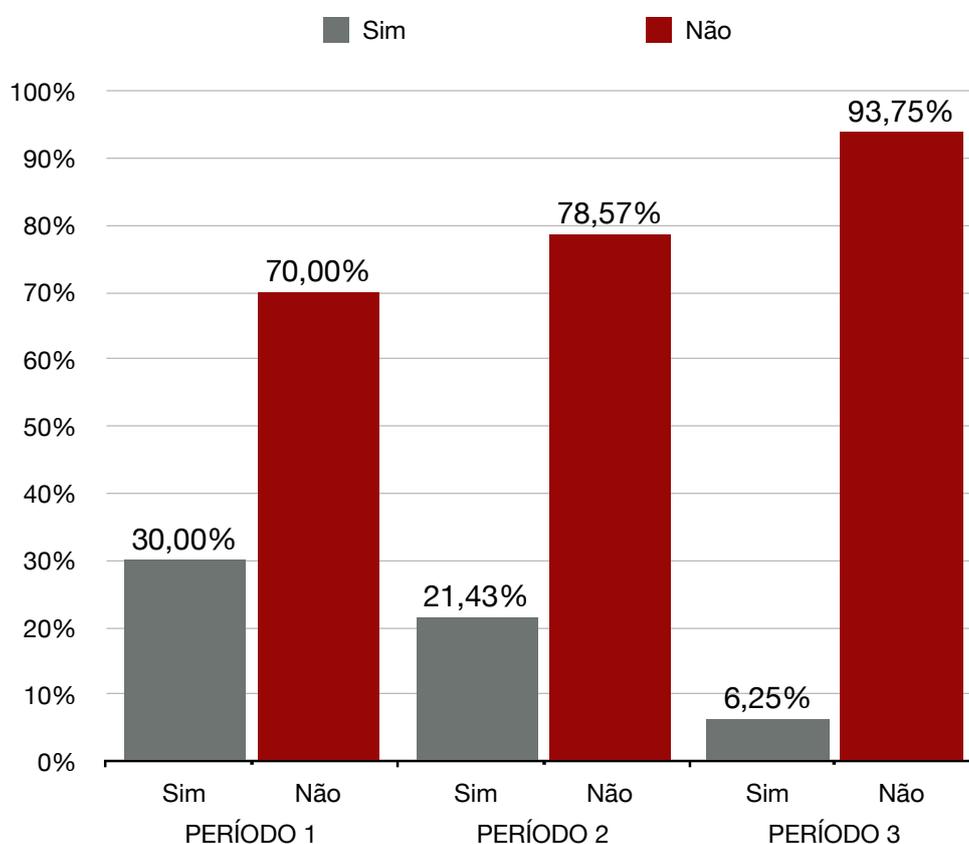
Com relação ao tipo de matérias sobre as renováveis publicadas no Meio Norte, observamos que a grande maioria é classificada como “notícia” (apresentação factual do caso). São 20 matérias nessa categoria em 2021 (100%), 27 em 2022 (96,43%) e 31 em 2023 (96,88%). As demais são uma entrevista no período 2 e uma nota ou nota de coluna no período 3. Desse modo, percebe-se a ausência de matérias correspondentes à categoria “reportagem”, em que há apresentação do fato com apuração mais aprofundada, enfatizando-se uma cobertura factual. Também não há editoriais ou artigos de opinião.

Ainda no âmbito da caracterização das matérias, a totalidade daquelas compreendidas nos períodos 1 e 2 são de cunho jornalístico (100%). A exceção se dá no período 3, em que uma matéria (3,57%) apresenta conteúdo publi-

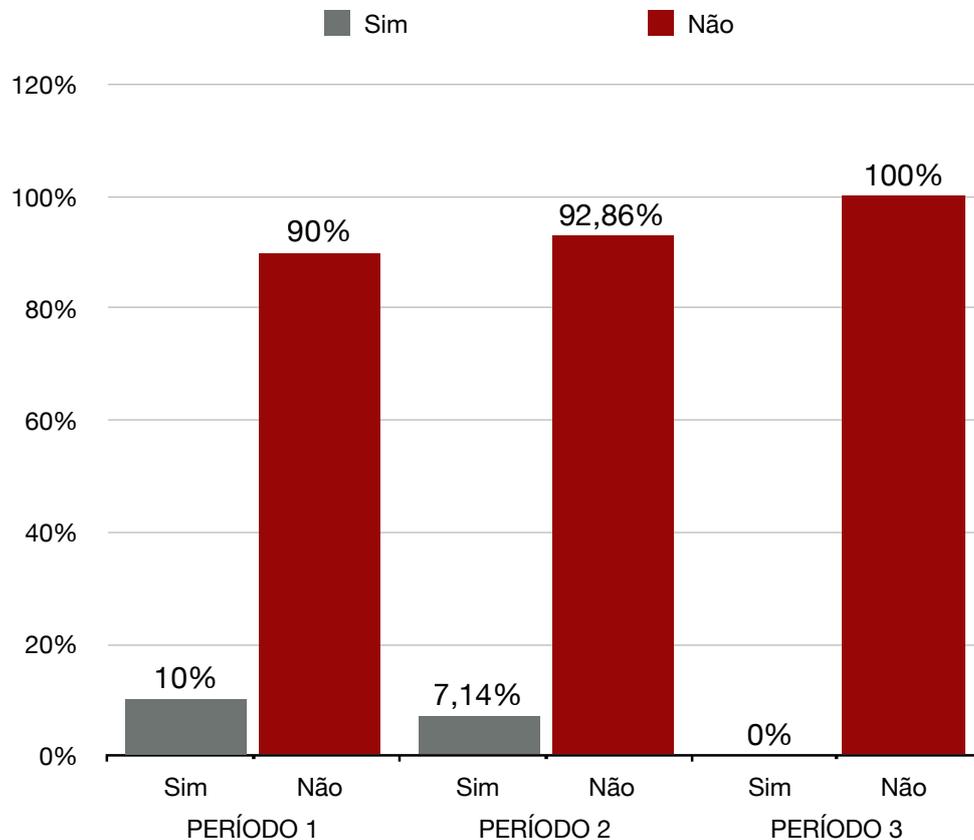
citário. As matérias são assinadas em 40% dos casos no período 1, em 71,43% no período 2 e em 71,88% no período 3.

As matérias apresentam carência do ponto de vista da utilização de dados referentes a pesquisas, estatísticas e legislações. Estatísticas e pesquisas aparecem em somente 30% das matérias do período 1, 21,43% das do período 2 e em apenas 6,25% das do período 3. Já legislações estão presentes no conteúdo das matérias em 10% dos casos do período 1, em 7,14% do período 2 e não aparecem em nenhuma matéria do período 3. A ausência de informações fundamentadas não permite ao leitor obter um aprofundamento do assunto, tampouco proporciona a compreensão de suas nuances.

Menção a dados estatísticos e pesquisas nas matérias do Meio Norte, por período



Menção a legislação nas matérias do Meio Norte, por período



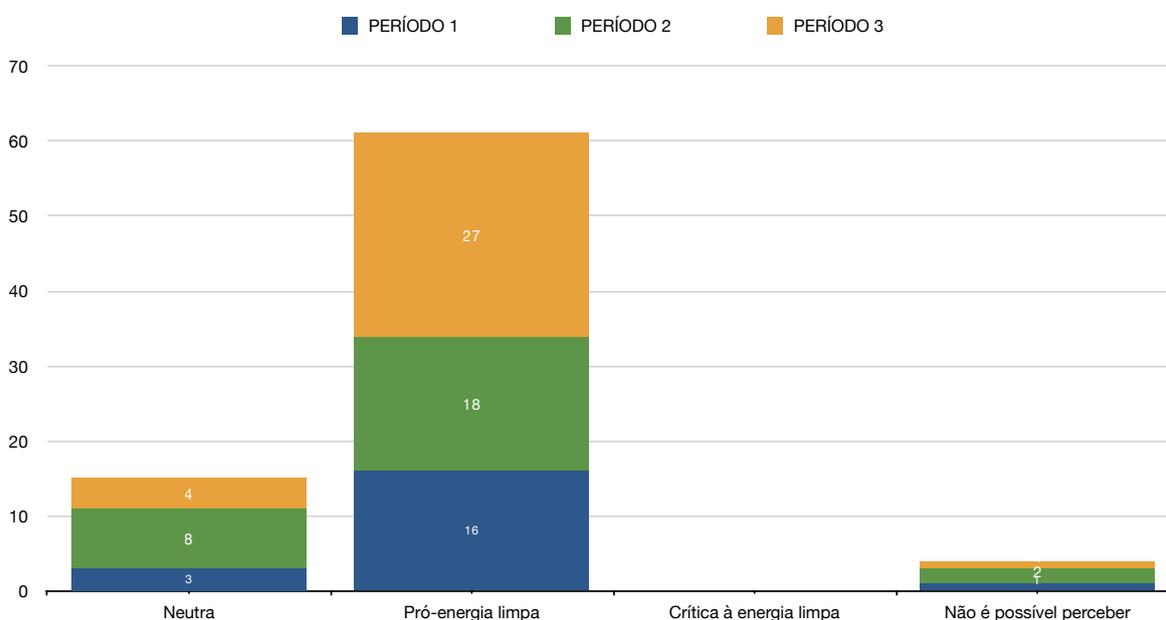
Em 100% dos casos nos períodos 1 e 2, bem como em 92,86% dos casos no período 3, as matérias citam especificamente megaempreendimentos renováveis. Um exemplo citado é o do maior parque solar em operação na América Latina, localizado no município de São Gonçalo do Gurguéia (Piauí). O local possui ao todo 2,2 milhões de painéis solares e utiliza módulos solares bifaciais, que captam energia solar de ambos os lados do painel. São números que refletem o avanço vertiginoso de empreendimentos no estado e o destaque do Piauí no cenário continental de energias renováveis.

Por tudo isso, é possível perceber que em 80% das

matérias do período 1 há um pendor em favor dos megaempreendimentos de energias renováveis, índice que recua para 64,29% no período 2 e sobre para 84,38% no período 3. A defesa das possíveis vantagens da operação pode ser percebida em trechos como o destacado a seguir, de matéria publicada em 21 de fevereiro de 2022, na seção Economia: “esses empreendimentos causam grandes impactos positivos na geração de renda nos locais onde se instalam. Além dos empregos diretos gerados na fase de construção, os setores de combustível, hotelaria, restaurantes e materiais de construção são bastante movimentados”.



Posicionamento da matéria em relação às energias renováveis, por período



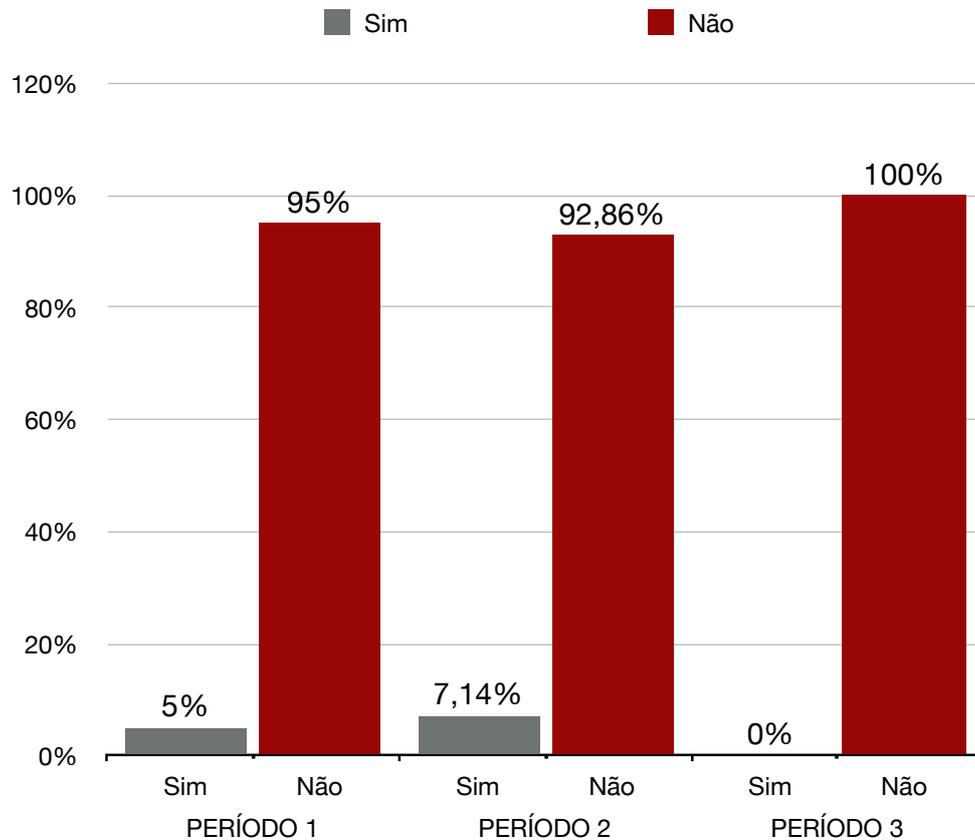
Em contrapartida, não há um único registro de matéria que apresente posição contrária ou crítica à exploração desse tipo de atividade. As demais matérias são classificadas como neutras ou não foi possível perceber uma inclinação favorável ou desfavorável, como mostra a tabela anterior.

No mesmo sentido, é comum o uso de termos positivos para se referir às energias renováveis. Eles aparecem em 65% das matérias situadas no período 1, em 32,14% dos textos do período 2 e em 56,25% daqueles do período 3. São termos como “alternativa sustentável”, “combustível do futuro” ou “energia limpa”. Este último aparece em 50% das matérias do período 1, em 21,43% daquelas situadas no período 2 e em 9,38% daquelas do período 3,

sendo de longe a expressão mais utilizada para caracterizar a energia proveniente do sol e dos ventos.

No que compete aos impactos de ordem social e ambiental da instalação de empreendimentos renováveis, eles são mencionados em apenas uma matéria (5%) do período 1 e em duas matérias (7,14%) do período 2. O período 3 não apresenta nenhuma menção. No total de 80 matérias analisadas, apenas três citam os impactos. Do mesmo modo, a realização de estudos de impactos ambientais prévios aos empreendimentos só aparece no período 3, ainda assim em número irrisório: apenas uma matéria cita o assunto, quadro que revela o descaso do jornal com o custo socioambiental que esses megaempreendimentos acarretam.

Menção aos impactos socioambientais nas matérias do Meio Norte, por período



Sem embargo, outras informações sensíveis aparecem com baixa intensidade ou são ignoradas nas matérias. No que tange às características do local de instalação dos megaempreendimentos não há qualquer explicação em nenhum dos três períodos analisados. Já com relação à exposição dos motivos da escolha desses locais, em somente 15% das matérias do período 1 (3 de um total de 17) e em 31,25% das do período 3 (10 de um total de 22) essa informação está contida. O período 2 não apresenta nenhum registro.

Se os territórios são caracterizados e apresentados ao leitor do jornal de maneira insuficiente, pior é a situação dos habitantes desses locais impactados pelos grandes empreendimentos. Definitivamente, é como se eles não existissem. A existência de consultas às populações afetadas pelos megaempreendimentos ditos verdes aparece apenas em duas matérias do período 1 (10%), não havendo registros nos períodos 2 e 3.

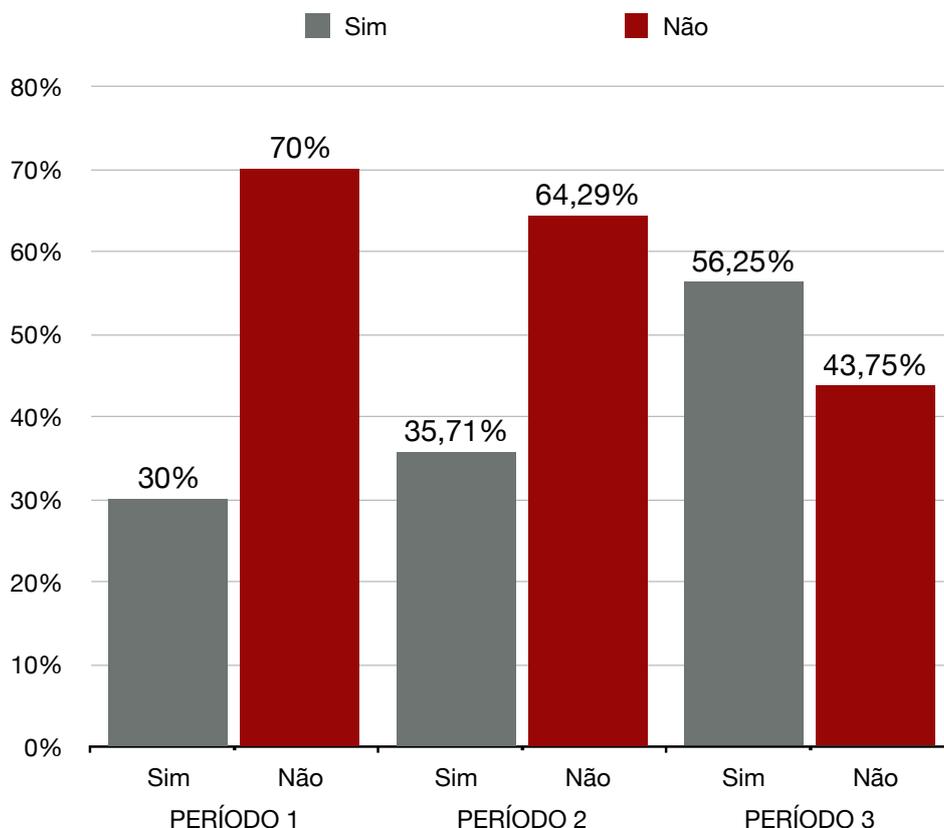
Com relação aos donos da terra os dados são ainda mais espantosos, visto que não há nenhuma menção em nenhum dos três períodos. O apagamento das pessoas que habitam os territórios cobiçados pelas empresas do setor energético oblitera os efeitos perversos de sua expansão.

Por outro lado, os “novos donos”, isto é, as empresas que farão a gestão dos megaempreendimentos – bem como os lucros que serão obtidos – aparecem com regularidade no noticiário do Meio Norte, seguindo a tendência de jornais dos estados vizinhos da região. As empresas são celebradas em 30% das matérias do período 1; em 35,71% das matérias do período 2; e em 56,25% das matérias do período 3. Compõem esse rol empresas dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Itália, da Alemanha, da Espanha, do Canadá e da Suécia, além de empresas nacionais.

PARQUE EÓLICO PRÓXIMO A SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RIO GRANDE DO NORTE. /IMAGEM: PAULO REBÉLO



Menção às empresas que lucram com os empreendimentos nas matéria do Meio Norte, por período



O destino da energia produzida nesses territórios aparece em 15% das matérias do período 1, em 17,86% das do período 2 e em 15,63% daquelas do período 3. Entretanto, nenhuma delas garante que a energia produzida beneficia os territórios onde os mega-empresendimentos estão instalados.

O papel do Estado na instalação dos empreendimentos é citado em sete matérias do período 1 (35%), em apenas uma matéria do período 2 (3,57%) e em nove (28,13%) do período 3. Apesar da baixa regularidade de matérias que trazem essa informação, via de regra, o papel do Estado consiste em atrair investidores internacionais e lhes conceder benefícios para se instalarem em terras piauienses. Não à toa, conforme notícia publicada na seção Piauí do jornal em 4 de maio de 2023, “o Piauí foi o estado com o maior crescimento na geração de energia eólica no país no ano de 2022, com índice de 24,85%. O desempenho foi quase o dobro da média no país, que alcançou 12,6%.”^[1]





Tanto o Governo Federal como os governos estaduais compreendem a demanda internacional por energias renováveis como uma janela de oportunidade para desenvolver a região Nordeste. Em linhas gerais, a emergência da transição energética promove no Brasil a continuação da agenda desenvolvimentista que marca a história do país.

Ao todo, o conjunto de matérias analisadas apresenta 112 fontes ouvidas. Vale ressaltar que nem todas as matérias são compostas por fontes – que apresentam pontos de vista e aprofundam o debate sobre o tema –, bem como é preciso salientar que algumas fontes aparecem repetidamente em diferentes matérias.

De saída, a predominância masculina na escolha das fontes é algo que salta à vista: os homens são a escolha preferida em 84,62% das matérias de 2021 (ante 15,38% de mulheres), em 84% das matérias de 2022 (ante 16% de mulheres) e em 92,31% das matérias do primeiro semestre de 2023 (ante 7,69% de mulheres).

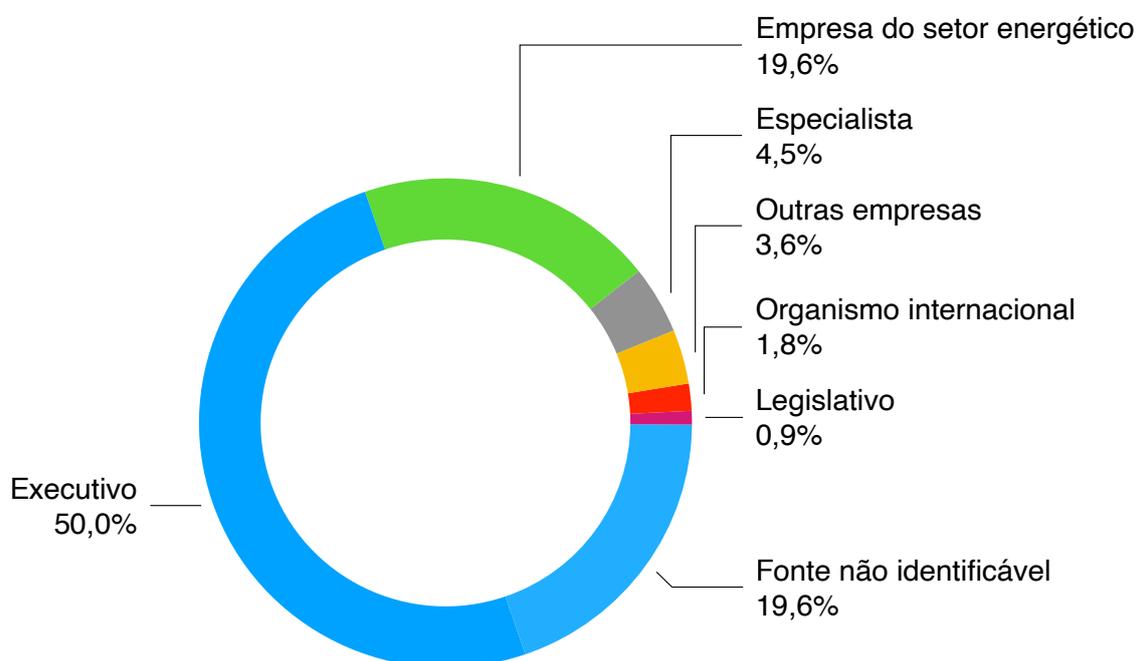
A disposição do jornal em dar espaço a fontes com posições diversas e divergentes sobre o assunto é nula. A presença inflacionada de fontes com posição a favor das energias limpas alcança a marca de 100% dos casos nos três períodos, quando é possível identificar a fonte. A rigor, a robustez dos números revela que o posi-

cionamento das fontes mobilizadas para compor as matérias vocaliza o alinhamento do jornal ao que elas manifestam e defendem.

Além disso, observa-se pouca variedade em relação ao tipo/perfil da fonte ouvida, com predominância de fontes do Poder Executivo e das empresas do setor energético. As primeiras correspondem a metade das fontes ouvidas em todos os períodos: 56 das 112 fontes do Meio Norte são governamentais. Já as empresas do setor energético somam 22 fontes (16,6%). Ainda há quatro fontes (3,6%) que correspondem a outros tipos de empresas. O Meio Norte não ouviu nenhum representante dos Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos afetados pelas energias renováveis, tampouco representantes da sociedade civil e ambientalistas.

Tipos de fontes citadas nas matérias do Meio Norte, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Executivo	56
Empresa do setor energético	22
Especialista	5
Outras empresas	4
Organismo internacional	2
Legislativo	1
Fonte não identificável	22



Desse modo, o perfil homogêneo das fontes escolhidas engessa o conteúdo das matérias e informa o leitor com uma visão particular e específica da realidade que acaba por ser apresentada como única, validada tecnicamente ou hegemônica.

De modo geral, a abordagem do jornal Meio Norte demonstra alta preocupação com a diminuição das emissões de carbono, que pode se confundir com uma preocupação com os ganhos econômicos advindos da transição energética, e baixo interesse em relação aos impactos socioambientais negativos gerados pela implantação dos parques eólicos e solares. E vai além ao apresentar uma defesa dos impactos sociais positivos que estariam atrelados à implantação dos empreendimentos energéticos, tais como a geração de emprego e o aumento da renda, sem nem sequer dar voz às populações impactadas.

A cobertura diária da agenda do governador Rafael Fonteles pela Europa em busca de celebração de acordos e fechamento de negócios é sintomática da importância que o jornal Meio Norte confere ao tema das energias renováveis. Regido por interesses econômicos e desenvolvimentistas, as injustiças de ordem socioambiental que a expansão dos empreendimentos de energia eólica e solar acarretam são silenciadas em suas páginas.

Com efeito, o horizonte das matérias parece estreito, como se a realidade fosse vista por meio de uma luneta. No foco da lente encontra-se a transição energética relacionada às oportunidades de negócios, fora do foco, de modo opaco, toda uma realidade social desconsiderada pelos agentes executores e promotores dos empreendimentos ditos “verdes”, ditos “limpos”.

5.6. TRIBUNA DO NORTE - RIO GRANDE DO NORTE

O jornal online Tribuna do Norte é ligado à oligarquia da família Alves, que tem, entre os seus nomes, o ex-senador Garibaldi Alves e o ex-deputado federal Henrique Alves. O jornal impresso surgiu em 1950, fundado por Aluizio Alves, jornalista e ex-governador do Rio Grande do Norte. O portal Tribuna do Norte, por sua vez, foi criado em 1997, divulgando notícias locais, nacionais e internacionais. O grupo midiático hoje é administrado pelo empresário Flávio Azevedo, que administra o jornal impresso, o portal e uma emissora de rádio, afiliada à Jovem Pan.^[1]

Em balanço publicado no próprio portal, o veículo se coloca como líder de audiência no segmento no Rio Grande do Norte:

“O portal da Tribuna do Norte se mantém como principal veículo jornalístico do Rio Grande do Norte, registrando um notável aumento de audiência nos últimos 12 meses. Com 64,4 milhões de visualizações e 8,6 milhões de usuários em 2023, o portal se destaca como a plataforma de notícias líder na região, reforçando sua posição como o jornal mais tradicional do Estado”.

Fonte: <https://tribunadonorte.com.br/natal/portal-tribuna-do-norte-bate-recorde-e-chega-a-64-milhoes-de-visualizacoes/>

Tribuna do Norte dá amplo destaque às energias renováveis

O portal Tribuna do Norte foi onde encontramos o maior número de notícias publicadas sobre as energias renováveis. No total, foram 96 conteúdos, distribuídos da seguinte forma: em 2021, foram 43 matérias; em 2022, 34, e de janeiro a junho de 2023, 19. Nos três períodos analisados, foi no caderno Economia que a maioria das matérias foi publicada: foram 19 matérias na seção Economia em 2021 (44,19% das matérias do período); 14 matérias (41,18%) em 2022; e 15 (78,95%) em 2023.

Como outros veículos locais e nacionais, a Tribuna do Norte também fez uma cobertura favorável à instalação dos parques eólicos e das usinas solares no Rio Grande do Norte, não dando o devido espaço para as comunidades impactadas por esses empreendimentos. As fontes mais ouvidas, na soma dos três períodos, foram: representantes do Executivo (29,2%) e as empresas do setor energético (27,54%). A sociedade civil correspondeu a 7,6% das vozes escutadas e os Povos e Comunidades Tradicionais e territórios atingidos corresponderam a menos de 1% (0,9% ou duas fontes de um total de 236).



[1]



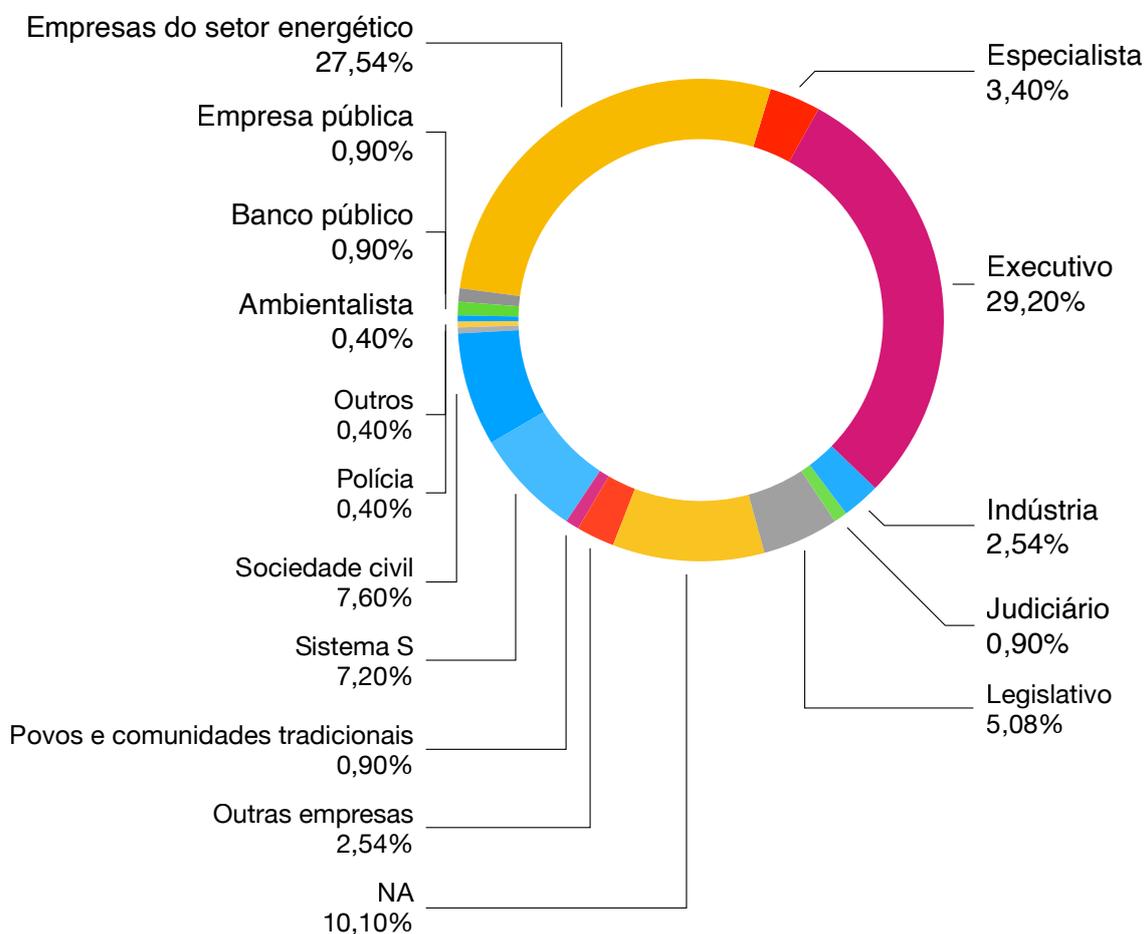
MEIO AMBIENTE
ATENÇÃO
ANIMAS
SILVESTRES
NOS
ACESSOS.

ATENÇÃO
**AO ENTRAR OU SAIR
FECHER O PORTÃO.**

PARQUE EÓLICO PRÓXIMO A SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, RIO GRANDE DO NORTE. /IMAGEM: PAULO REBELO

Tipos de fontes ouvidas na Tribuna do Norte, em todos os períodos

TIPO DE FONTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Executivo	69
Empresa do setor energético	65
Sociedade civil	18
Sistema S	17
Legislativo	12
Especialista	8
Indústria	6
Outras empresas	6
Judiciário	2
Banco público	2
Empresa pública	2
Povos e Comunidades Tradicionais	2
Ambientalista	1
Polícia	1
Outros	1
Fonte não identificável	24



O Sebrae, o Senai, o BNDES, o governo do estado do RN, as empresas de energia eólica e solar, assim como as suas associações, a exemplo da ABEEólica e da ABSOLAR, tiveram um espaço generoso na Tribuna do Norte. O contraditório quase não teve espaço.

Em apenas uma matéria das 96, publicada em 6 de outubro de 2021, houve espaço para representantes de entidades com ação nos territórios atingidos – como o Conselho Pastoral dos Pescadores e o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental do RN – se pronunciarem sobre suas preocupações com a chegada desses empreendimentos ao estado.



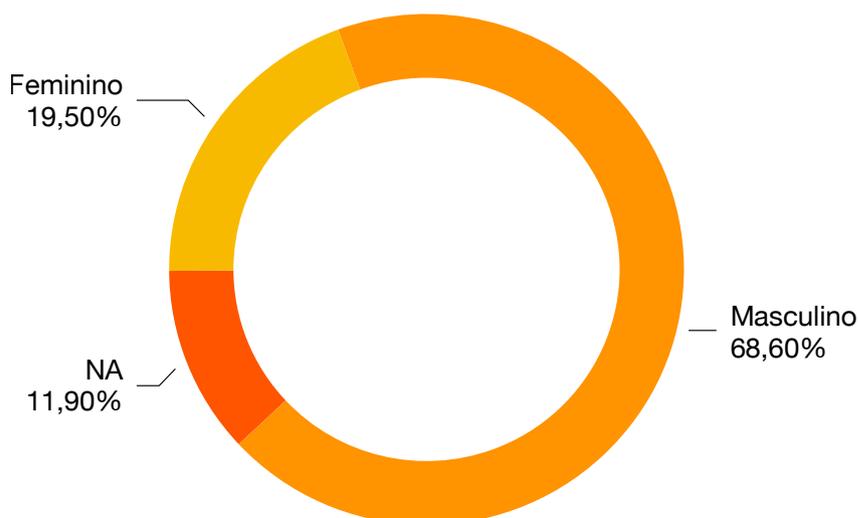
No 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, a Tribuna do Norte trouxe uma entrevista extensa com a presidente da ABEEólica, Elbia Gannoum. A entrevista focou na necessidade do mercado das “renováveis” atrair mais mão de obra feminina, com o discurso de “equidade de gênero, inclusão, geração de empregos”, direcionado ao setor econômico.

Em outra reportagem, publicada no dia 17 de fevereiro de 2023, o portal divulgou a instalação de mais um parque eólico no RN pela empresa AES Brasil, “que vai operar com mão de obra 100% feminina”. A matéria divulga o curso técnico, realizado pelo Senai, direcionado a trabalhadoras do setor.



Mesmo com essas pautas e fontes, a presença de vozes femininas na cobertura da Tribuna do Norte foi escassa: apenas 46 mulheres foram ouvidas em todos os períodos (19,5%), diante de 162 entrevistados homens (68,6%). O percentual 11,9% de “não se aplica” corresponde a fontes institucionais.

Percentual de fontes ouvidas na Tribuna do Norte por gênero



Assim como nos demais veículos analisados até aqui, a maioria das matérias da Tribuna do Norte trouxe manchetes que enfatizam a dimensão econômica: “Novo empreendimento eólico terá investimento de R\$ 2,3 bilhões de reais”; “Empresa anuncia novo projeto eólico em Parelhas que vai gerar mil empregos diretos”; “Estado recebe evento internacional de energia”; “Setor de energia renovável projeta investir 35 bilhões no RN nos próximos quatro anos”; “No RN, energias limpas lideram investimentos e ampliam emprego”. Ou seja, o direcionamento do jornal é focar na economia, nos recursos que o estado do RN irá receber, secundarizando o debate sobre os impactos ambientais e sociais.

Em 2021, apenas uma matéria (2,33%) cita o impacto socioambiental que esses empreendimentos podem causar nos territórios onde são instalados. No segundo período analisado, no ano de 2022, nenhuma matéria cita este ponto. Em 2023, novamente somente uma matéria da Tribuna do Norte cita os impactos nos territórios.

Apesar de 92,7% dos conteúdos dos três períodos terem sido classificados como jornalísticos, também foram encontrados informes publicitários. Apenas em 2021, foram encontrados seis conteúdos pagos, além de um informe publicitário em 2023. Dentre os anunciantes está o próprio Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Em um dos anúncios publicitários, pago pelo governo estadual, publicado no dia 14 de novembro de 2021, foi divulgada a viagem da comitiva do governo à Europa para firmar parcerias com empresas internacionais de energia eólica “para dar início a execução de projetos ambiciosos”, diz o lide do texto. A exemplo do que ocorreu no Meio Norte, que deu amplo espaço às tratativas

do Governo do Piauí para atrair investidores, a Tribuna do Norte divulgou que a governadora Fátima Bezerra (PT) assinou acordos com empresas europeias para instalação de parques eólicos no RN.

Entre as empresas que assinaram os acordos estão: a Scate Solar, da Noruega; a dinamarquesa Vestas Wind Systems - Morten Dyrholm, que deve implementar um porto-indústria eólico offshore, produzir hidrogênio verde, armazenamento de energia e Power X (amônia verde, e-metanol); a European Energy, com quem a governadora assinou um memorando de investimentos para o desenvolvimento de energias renováveis com base em hidrogênio e amônia verde; e a Copenhagen Infrastructure Partners, para construção do projeto Alisios Potiguares, com o objetivo de produzir energia eólica offshore e hidrogênio verde. O então senador Jean Paul Prates (PT) fez parte da comitiva.

O estado quer ser o campeão em produção de energia offshore (no mar), e para isso, conta com o empenho do ex-senador Jean Paul Prates (PT), que presidiu a Petrobrás de 2023 a 2024. Em matéria publicada no dia 27 de fevereiro de 2022, o jornal traz uma entrevista com o então senador, em que ele relata, com entusiasmo, a elaboração de um projeto de lei para dar início à instalação de parques eólicos no mar e em águas interioranas nacionais. De acordo com a reportagem da Tribuna do Norte, em 2022 havia sete projetos eólicos offshore em fase de licenciamento no Ibama para o estado potiguar. As comunidades de pescadores/as e marisqueiras que vivem a partir do seu trabalho no mar não foram ouvidas pela reportagem.

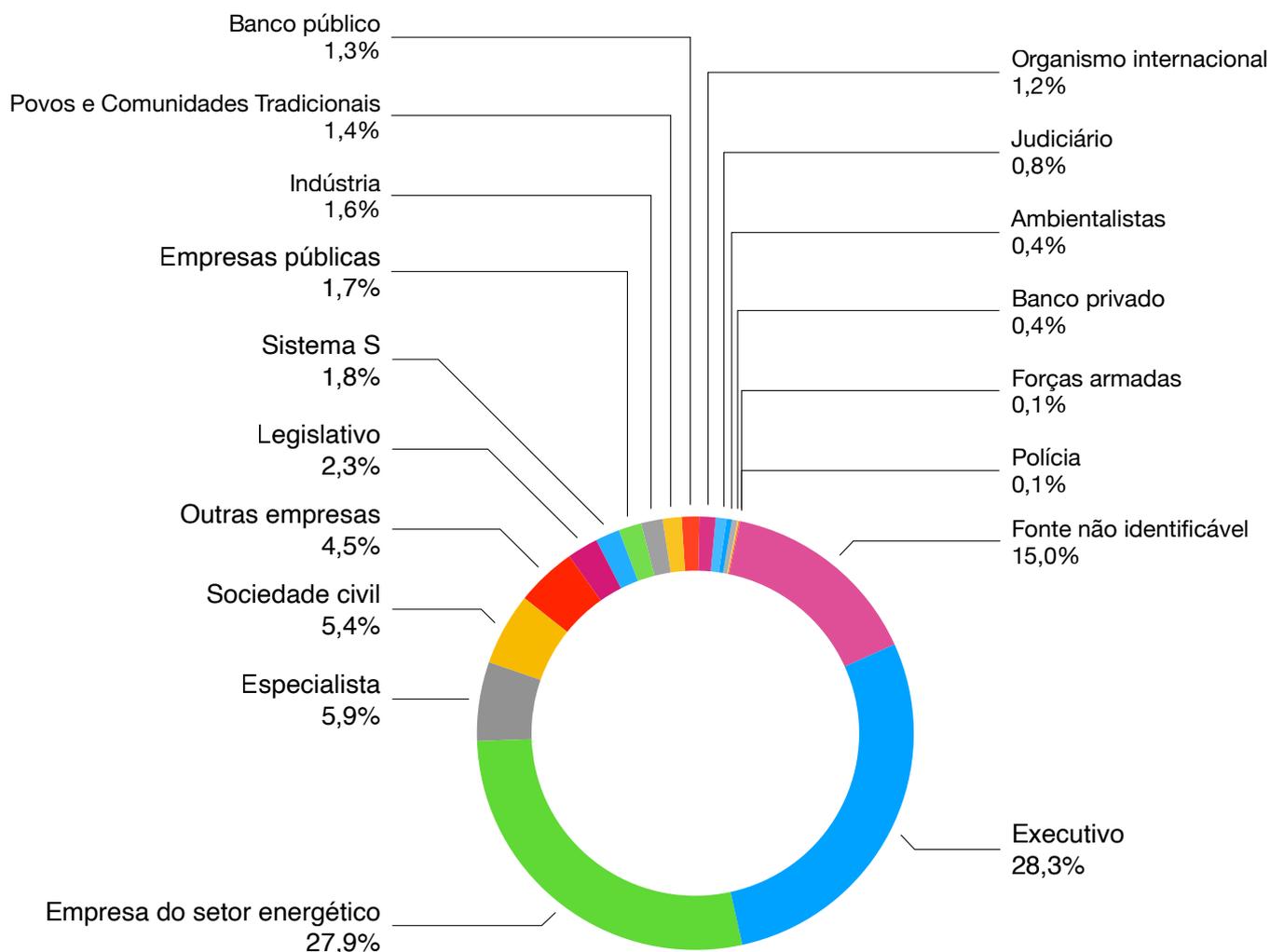
CONSIDERAÇÕES FINAIS

6

Por meio da série de pesquisas Vozes Silenciadas, o Intervozes tem demonstrado há mais de uma década como a mídia hegemônica opera um sistema de práticas e discursos que invisibiliza segmentos sociais e, portanto, suas agendas políticas. Tema do momento, as energias renováveis aparecem na mídia como solução inquestionável para os problemas socioambientais, mas os impactos do modelo de implementação da transição energética nos territórios, tocado a partir de megaempreendimentos do capitalismo verde internacional, são secundarizados ou mesmo suprimidos do discurso midiático.

A partir da análise dos dados, foi possível observar como as vozes das comunidades afetadas, ou seja, dos Povos e Comunidades Tradicionais, das populações rurais do semi-árido e dos povos do mar foram silenciadas. O corpus da pesquisa demonstra a prevalência das figuras do Executivo (28,3%) e das empresas do setor energético (27,9%) como as principais fontes ouvidas pelos veículos analisados sobre o assunto, ocupando ambas, somadas, mais da metade dos espaços de fala (56,2%), enquanto os Povos e Comunidades Tradicionais foram somente 1,4% das fontes consultadas, a sociedade civil, 5,4% e os ambientalistas 0,4%.

Tipos de fontes ouvidas no conjunto dos veículos, em todos os períodos



O perfil das fontes, majoritariamente masculinas, igualmente ilustra como as desigualdades estruturais de raça, gênero e classe se entrecruzam no processo de silenciamento das populações atingidas pelos empreendimentos de energias renováveis pela mídia. Os homens correspondem a quase 68% das fontes ouvidas pelos 10 veículos.

No jornalismo, as fontes são um recurso, na maior parte das vezes, que confere veracidade aos fatos narrados. São, portanto, instrumentos importantes na construção da realidade social. As vozes que falaram aos veículos nesta pesquisa foram majoritariamente pró-energias renováveis. Além disso, em todos os veículos, a média de matérias favoráveis ao modelo de transição energética adotado é superior a 80%. A cobertura, de forma geral, se mostra superficial, parcial e aquém do conteúdo necessário para que, em tempos de grave crise climática, a sociedade possa compreender o debate da transição energética de forma mais qualificada e crítica.

VOZES AMPLIFICADAS



7.1. A AFETAÇÃO PELAS EÓLICAS, FEITAS DE SILÊNCIOS E SONS

Livia de Paiva Rodrigues - comunicadora do Instituto Terramar e ponto focal de comunicação do projeto “De Mãos Dadas Criamos Correnteza: populações costeiras fortalecidas na luta por justiça socioambiental e climática”

Romária de Sousa Holanda - artista, educadora social do projeto “De Mãos Dadas Criamos Correnteza” no Ceará e assessora do Instituto Terramar

Soraya Vanini Tupinambá - engenheira de Pesca pela Universidade Federal do Ceará (UFC), ativista da Ecologia Política, assessora do Instituto Terramar e integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Nos debruçar sobre a realidade da população afetada pelas energias renováveis implica em lidar com realidades distintas de um cenário multifacetado.

As repercussões atuais do que sejam as mudanças climáticas, a emergência climática, nunca se fizeram sentir com toda a sua agudeza no Brasil a partir dos diversos corpos, sejam de seres vivos não humanos, sejam de humanos diante das enchentes, ciclones, no Sul e Sudeste do país, da seca na Amazônia e das ondas intensas de calor no Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste.

Os desafios se fazem sentir em diferentes escalas, do lugar que se habita ao plano mundial, passando por países e continentes. Componentes e fatos relacionados se movimentam de maneira acelerada: catástrofes, pandemia, conflitos como a guerra na Ucrânia, conflitos Israel-Palestina e Nigéria-Síria, dentre outros tantos inumeráveis, constituem um cenário adverso de consequências globais, em que os piores impactos se concentram nos sujeitos mais

vulnerabilizados pelo sistema econômico hegemônico, entrelaçados às identidades sociais e culturais e suas afetações pelo patriarcado branco cisheteronormativo corporativista, liberal no discurso, conservador na moral.

A ciência e a tecnologia avançam a passos largos, auxiliadas por supercomputadores e inteligência artificial, no entanto, mesmo com a multitude de habilidades e técnicas para predizer, diagnosticar, inovar, a tarefa de encontrar saídas à altura dos desafios atuais planetários também se agiganta.

O mais grave é que o tempo igualmente se extingue, e os pontos de inflexão e de não retorno diante do colapso ecológico são iminentes e se aproximam. Os gases de efeito estufa seguem aumentando, a despeito de décadas dedicadas à diplomacia e a esforços multilaterais. Para além do clima, outros limites planetários se fazem sentir, tais como o uso de água doce, a mudança no uso do solo, na biodiversidade, a poluição, os ciclos biogeoquímicos. A saúde dos oceanos afetada por contaminação e acidificação também se constitui em uma preocupação emergente e crescente, dado o seu papel na retenção de calor e CO₂. Tudo isso agravando-se em um contexto em que o metabolismo social³ parece irrefreável e com tendências a se expandir sobre um planeta extenuado, realidade que imprime violações e negações de direitos a diversas populações que historicamente enfrentam desigualdades estruturais, que encontram-se em condições desiguais no cenário da atual geopolítica do clima no Brasil e no mundo.

³ Metabolismo social refere-se à forma como a sociedade processa recursos naturais, produz e consome bens e serviços. No contexto das sociedades urbanas industriais, o consumismo pode ser comparado a um metabolismo acelerado, onde há uma demanda constante por novos produtos e recursos sem uma correspondente preocupação com a sustentabilidade ambiental.



A crise climática reduzida a emissões de CO2 e a sujeira da “energia limpa”

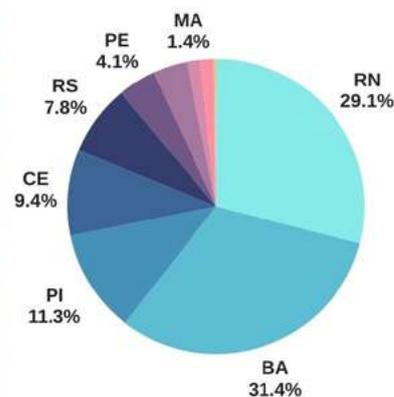
Sem sombra de dúvidas, em meio a um contexto como o anteriormente descrito, foram dadas as condições para que surgisse nos últimos anos um clamor por um novo acordo mundial comprometido com a transformação do sistema energético, saindo de um fortemente alicerçado no uso de combustíveis fósseis a outro com reduções de emissão de carbono, apoiado no uso de energias “renováveis”. Seu apelo reside no enfrentamento às mudanças climáticas e ao aquecimento global, impulsionando uma transição energética apoiada na eletrificação do consumo e na expansão do mundo digital. No entanto, a partir da lógica corporativa com a qual é impulsionada, o que estamos vendo com a transição energética, e a expansão

de renováveis associada, é que elas, ao invés de deterem os processos que ameaçam a vida planetária, acabam por contribuir para aprofundar a degradação ambiental e as desigualdades existentes, comprometendo quantitativa e qualitativamente bens naturais, agudizando o modelo de mercantilização da natureza. Tal cenário está profundamente imbricado com o modelo de vida e consumo do sistema hegemônico global somado à concentração econômica em curso.

Na atualidade, o Brasil está em 6º lugar no ranking de capacidade instalada de energia eólica no mundo; em 2012, ocupava a 15ª posição, com cerca de 2,5 GW. Em março de 2024, a capacidade instalada era de 31 GW, sendo a segunda fonte de participação na matriz elétrica. A geração eólica ocorre por meio de 1.043 projetos instalados, 11.183 aerogeradores em operação, sendo cerca de 90,61% concentrados na região Nordeste. Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará são os líderes nacionais e essa expansão tem sido mobilizada principalmente sob a justificativa de geração de emprego, renda e desenvolvimento para a região (ABEEólica, 2024).

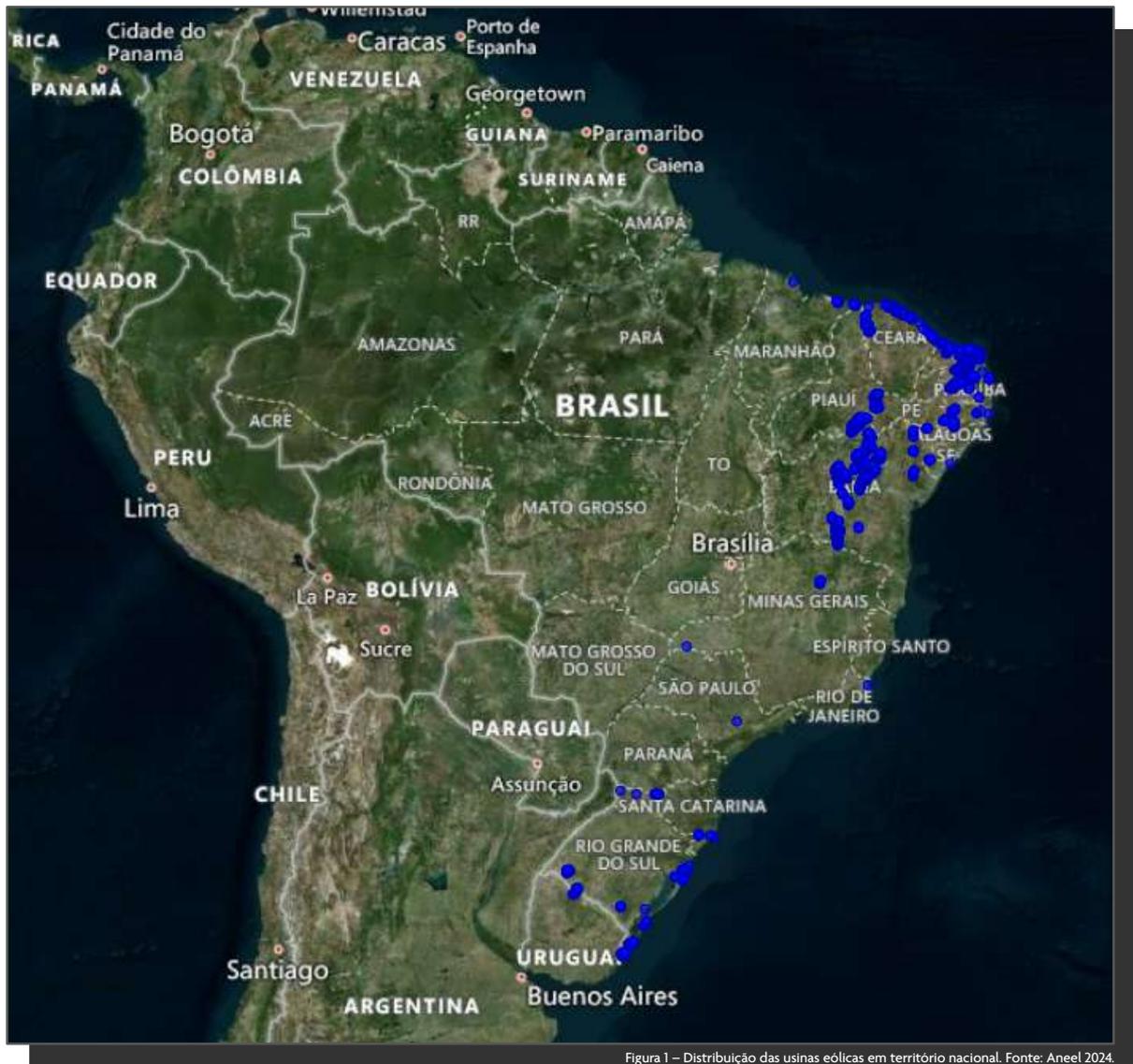
Usinas eólicas no Brasil

Estados	Potencia (MW)	Usinas Eólicas (MW)	Aerogeradores
Rio Grande do Norte	9.963,9	303	3.413
Bahia	9.715,9	328	3.243
Piauí	4.050,5	118	1.328
Ceará	2.368,3	98	1.138
Rio Grande do Sul	1.936,7	81	854
Pernambuco	1.173,3	43	494
Paraíba	992,2	39	322
Maranhão	426,0	15	172
Santa Catarina	242,70	15	174
Sergipe	34,50	1	23
Rio de Janeiro	28,10	1	17
Paraná	2,50	1	5
Total	31.143,5	1043	11.183



Elaboração: Instituto Terramar a partir de dados ABEEólicas, 2024

Na figura abaixo, pode-se observar a evolução na implantação da geração eólica em nosso país.



Quando se fala em transição energética, há uma **monocultura do pensamento**, e a expansão das energias renováveis é enfocada desde uma perspectiva tecnológica com vias a redução de emissões de CO₂. A transição energética se apoia fortemente na tecnologia e desconsidera todo o cenário de limites planetários levantados nos primeiros parágrafos deste texto. Dessa maneira, o que quer nos fazer acreditar a transição propagada pelo mundo corporativo e governos é que a técnica pode resolver todos os nossos problemas. No entanto, essa confiança exacerbada na tecnologia contribuiu para a degradação ambiental planetária atual e a crise climática que enfrentamos, dentre outras marcas pela urgência.

É preciso considerar também que, no caso do Brasil, a maior parcela das emissões é proveniente do setor de

Mudança de Uso da Terra e Florestas, que contabiliza o desmatamento, respondendo por 56,3% (1 GtCO₂). Logo em seguida, com 33,7% de participação, o setor de Agropecuária aparece como o segundo maior emissor, totalizando 600,8 MtCO₂ emitidas em 2021 provenientes da produção de alimentos. Assim, somente esses dois setores corresponderam a 90% das emissões globais no país (SEEG Brasil, 2022).

Nossa matriz elétrica é mais de 80% renovável há décadas (BEN, 2023), diferente dos países mais desenvolvidos (IEA, 2022), de onde provém o discurso da necessidade de transição energética (para quem?) para implementar e lucrar em solo brasileiro com projetos da energia renovável.

A expansão das renováveis, particularmente das eólicas, vem sendo impulsionada pelo governo brasileiro desde o início dos anos 2000 pelo incentivo à contratação de energia eólica, o que pode ser verificado por meio do Programa Emergencial de Energia Eólica de 2001, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica de 2002 e dos leilões governamentais de energia a partir de 2009. Tais mecanismos foram responsáveis pela impulsão do setor, dado o nível de competitividade que a fonte eólica apresentava na época. Como fruto dessas e de outras políticas, como a Política de Conteúdo Local do BNDES, o setor de energia eólica brasileiro chegou em 2023 com os seguintes resultados:

1. ultrapassou a marca de 31 GW de potência instalada, tornando o Brasil o 6º país no mundo em capacidade eólica instalada (EPE, 2024; GWEC, 2024a);

2. se tornou a segunda fonte em termos de capacidade instalada no país (atrás das hidrelétricas) (MME, 2023).

Vale destacar que as principais empresas da indústria do petróleo e do setor automobilístico como Petrobras, Shell, PetroChina, Sinopec, BP, Chevron, Volkswagem, Toyota, Honda, dentre outras, possuem investimentos ou ativos em empresas e/ou usinas eólicas no Brasil e em outros países. Estas passam a ser mais do que uma fonte de lucro, o que já seria bastante significativo, mas também e sobretudo uma lavagem verde (a chamada *greenwashing*) para esses megaempreendimentos se promoverem e se chancelarem na opinião pública.

A geração de energia eólica tornou-se uma das atividades mais rentáveis no país, com um ambiente seguro e confiável, através das políticas públicas, altas taxas de lucratividade e um marco regulatório flexível, que determina alto grau de competitividade entre os estados para atração desses investimentos.

Além disso, essa matriz elétrica é imediatamente alcunhada como “energia limpa” e esse é um ponto crucial para entendermos o que estrutura o apagamento da série de violações de direitos humanos e devastação socioambiental cometidas no processo de escolha geo-

gráfica, instalação, operação, escala e manutenção desses megaempreendimentos.

O enfoque na redução das emissões de CO₂ – o que de fato a matriz eólica significa em relação às matrizes fósseis – como única e exclusiva solução para toda a problemática climática – que é também social, ambiental, política, econômica, tecnológica e cultural – acaba por referendar a imediata associação entre “energia eólica” e “energia limpa”. E para “limpo”, lê-se “bom”, “certo”, “justo”, ou seja, sem promover a sujeira que seria o dano para o meio ambiente já identificado no imaginário em relação aos impactos da exploração de fontes fósseis – que é a alta emissão de CO₂. Sujeira, então, de acordo com essa lógica, não se refere à alteração da paisagem, tampouco à degradação das dunas e à redução da disponibilidade de água doce, ou aos impactos na fauna, à erosão do solo, às alterações nos ecossistemas, ao desmatamento e fragmentação de habitat, aos impactos territoriais às comunidades locais, ao impacto das infraestruturas das usinas eólicas às comunidades e famílias, ao ruído e sombreamento de aerogeradores prejudiciais à saúde humana, aos conflitos pela terra e contratos de arrendamento injustos, às mudanças na economia local, à migração e fluxos populacionais, à subempregabilidade, ao abandono parental e exploração sexual das mulheres no contexto da instalação dos megaprojetos, para falar alguns dos já estudados e comprovados impactos dos empreendimentos eólicos, sobretudo no Sul Global, com destaque para a região Nordeste brasileira⁴. Sujeira, nesse discurso, é só mesmo a alta emissão de CO₂.

Essa associação reducionista e estratégica simplifica a elaboração discursiva da imprensa, das empresas e dos governantes, uma vez que os inúmeros impactos vivenciados, cientificamente comprovados, demoradamente estudados, mas estrategicamente silenciados, não são levados em conta já que a eles não se faz correlação imediata. Esse conforto argumentativo possibilita que veículos de imprensa, por exemplo, não se sintam responsáveis por abordar a perspectiva das comunidades que serão, a despeito de seu consentimento e participação,

⁴ Exemplos recentes são o artigo “Percepção dos impactos socioambientais causados por geradores eólicos no estado do Piauí, Nordeste do Brasil” (Araújo e Gorayeb, 2023), a publicação “Impactos socioambientais da cadeia produtiva da energia eólica na comunidade tradicional de Caetanos de Cima (Amontada - Ceará)” (Instituto Terramar e Júlio Holanda, 2022), ou a importante tese “Implicações socioambientais dos estudos ambientais (RAS) utilizados no licenciamento ambiental de parques eólicos no Ceará - Brasil” (Souza 2020).

a despeito da violação da Convenção 169⁵ da OIT de que o Brasil é signatário, adentradas e totalmente modificadas e devastadas por esses megaprojetos. Populações essas que são, na maioria das vezes, negras, indígenas, racializadas e periféricas. Racismo ambiental, afinal.

Ou, ainda, a sinonímia energia eólica/energia “limpa” legitima a atitude de deputados brasileiros na aprovação do PL 11247/2018 que disciplina o aproveitamento de potencial energético *offshore*, sem que o país tenha aprovado a lei do mar que preconiza o planejamento espacial marinho, e sem que se assegure a cartografia social⁶ das comunidades costeiras no país, sem que se considere, como preconiza nossa legislação, que o mar é um bem de uso múltiplo, sem que se considere a obrigatoriedade de consulta às comunidades impactadas e os acordos internacionais de proteção ao meio ambiente, clima e direitos humanos. A ação para a aprovação ocorreu no dia 29 de novembro de 2023, com a introdução de matérias que desvirtuam a finalidade do projeto de lei, verdadeiros monstros legislativos. Tudo às pressas, sem maiores debates com a sociedade brasileira. A despreocupação com o meio ambiente e os direitos humanos é tão evidente que o projeto de lei foi aprovado inclusive com emendas que incentivam térmicas a carvão mineral, a gás fóssil, aumentando a emissão dos gases de efeito estufa, além de colocar o preço dos combustíveis na mão de distribuidoras.

Resistindo ao colonialismo energético e à expansão de megaempreendimentos renováveis em nome do clima

A mercantilização da natureza historicamente tem estabelecido relações desiguais, causando prejuízos irreparáveis às populações camponesas, negras, indígenas, racializadas, mulheres e LGBTQIAPN+ que têm suas lutas por vezes desconsideradas em detrimento do “desenvolvimento” para o bem estar e a manutenção da supremacia do Norte Global. Vale ressaltar que essa condição desigual não silencia os sons contra-hegemônicos frente aos impactos socioambientais associados a esses empreendimentos desenvolvidos em nome do clima.

Historicamente, os movimentos de resistência, de base comunitária e popular, têm construído estratégias de enfrentamento à violação de direitos. Atualmente, marchas, articu-

lações e movimentos sociais têm rompido com o silêncio frente à falsa narrativa desenvolvida em nome do clima, que esconde os danos causados às populações, e têm se tornado os principais instrumentos de luta pelo direito à terra e ao território, às águas, às serras, à caatinga, ao litoral, e outros e outros bens que têm sido apropriados pelos megaempreendimentos eólicos.

Em maio de 2022, foi realizado pelo Polo da Borborema a *13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parque eólico*⁷. A ação contou com mais de quatro mil mulheres agricultoras de treze municípios do Nordeste brasileiro, tornando-se marco referencial para a luta e organização popular na defesa do território. Em março de 2023 e março de 2024 se realizaram a *14ª e a 15ª Marchas pela Vida das Mulheres e em Defesa da Agroecologia* na cidade de Montadas e na cidade de Areal (Paraíba). Milhares de pessoas da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte participaram da Marcha e mais uma vez colocaram em foco a questão dos impactos das eólicas e a urgência de se

⁵ Nessa Convenção, sobre “Povos Indígenas e Tribais”, estão previstos direitos coletivos de povos tradicionais como direitos de participação, consulta prévia, livre, informada e de boa fé diante de projetos que impactem seus territórios e seu modo de vida; além do direito à livre determinação (autodeterminação) e direito ao autorreconhecimento.

⁶ É essencial para a política pública de salvaguarda das comunidades diante dos megaprojetos a menção à Cartografia Social do Mar elaborada no Ceará pelo Labocart - Laboratório de Geoprocessamento e Cartografia Social da Universidade Federal do Ceará, que identifica e localiza a existência de 324 comunidades tradicionais costeiras e suas atividades em relação com os territórios.

⁷ O Jornal da Paraíba, analisado neste estudo, não publicou nenhuma matéria sobre a Marcha.

manter a Caatinga em pé diante da sanha das usinas eólicas.

No Ceará, a Articulação Povos de Luta (ARPOLU) tem construído mobilizações significativas no âmbito local e nacional, com objetivo de organizar comunidades a enfrentar violações de direitos causados por megas empreendimentos eólicos, sobretudo as *offshores*.

No ano de 2023, os povos do campo, das florestas, das águas, agricultores(as), povos originários, quilombolas, pescadores(as) tradicionais, extrativistas, caatingueiros, sertanejos, entre outros povos e comunidades tradicionais, pesquisadores(as), representantes de pastores, fóruns, sindicatos, organizações e movimentos sociais, entidades de ensino e pesquisas de diversos estados do Nordeste se reuniram em um movimento intitulado MAR - Movimento das/os Atingidas/os por Renováveis. Em manifesto, afirmam que “Ecoam dos territórios, as vozes que denunciam os projetos de morte deste modelo desenvolvimentista e de práticas criminosas que contribuem para a ampliação das vulnerabilidades e do aumento das desigualdades, sobretudo de segmentos historicamente invisibilizados. Esse modelo de produção de energia de



Imagem: Túlio Martins/AS-PTA

fontes renováveis se apropria dos bens naturais estratégicos, gera infimos e precários postos de trabalho e retira direitos historicamente conquistados, gerando uma desproteção social a agricultores/as familiares e pescadores/as artesanais, não reconhecendo os direitos da natureza” (Manifesto das Vozes dos Territórios Por Uma Transição Energética Justa e Popular, 2023).

Mais recentemente, na primeira semana de abril de 2024, se realizou o Seminário “Transição ou transação energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões” que congregou especialistas e uma diversidade de integrantes da sociedade civil, preocupados com os rumos da política energética, da transição energética, das políticas internacionais e nacionais do Brasil e suas implicações socioambientais no contexto atual. Mais uma vez narrativas que guardam histórias não contadas, cujas vozes só ecoam nas mídias não hegemônicas, ativistas e de contracultura.

Se faz necessário repensar o modelo de sociedade de consumo pautado no silenciamento dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas e originárias e tomar posições políticas efetivas, focalizando não só na emissão de CO2 ou na magia “limpa” das energias renováveis, mas de fato nas pessoas, comunidades e meio ambiente, a partir dos múltiplos fatores que implicam as desigualdades e injustiças históricas, para então sim falar em solução, reparação e justiça.



Imagens: Túlio Martins/AS-PTA

7.2. QUEM OUVI AS VOZES SILENCIADAS NO DEBATE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS?

Gabriela Amorim - editora no Brasil de Fato Bahia, jornalista, mestre em Literatura, doutoranda no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA)

Falar contra os imensos aerogeradores plantados sertões adentro do país é incorrer no risco de ser comparada com o velho Quixote e suas iludidas lutas contra moinhos gigantes. Em tempos de ondas de calor inéditas e urgências por mudanças climáticas, defender as energias renováveis parece imperioso. Nessa minha caminhada no jornalismo, aprendi, no entanto, que é bom desconfiar de tudo que se apresenta como ideia única, sem possibilidade de crítica.

Os resultados da pesquisa Vozes Silenciadas Energias Renováveis, realizada pelo Intervozes, que se apresentam aqui neste caderno, nos descortinam justamente esse discurso único acerca de um tema muito importante para a construção dos nossos futuros. Em veículos nacionais ou regionais da mídia empresarial, como aponta esta pesquisa, o discurso é sobre um negócio lucrativo, “do futuro” e, principalmente, “limpo”. Ali, não cabem críticas.

Nessas narrativas hegemônicas, não ouvimos as vozes das mulheres, crianças, idosos impactados pelo repentino aparecimento dos imensos “ventiladores” em seus quintais. Não lemos sobre as comunidades

destruídas, os biomas já fragilizados sofrendo ainda mais impactos, a grilagem e a violência no campo aumentadas pela ação das grandes empresas eólicas. Tais narrativas se firmam sobre os conceitos de “energias limpas” e “sustentáveis”, apagando e silenciando a existência das comunidades e biomas em que os grandes empreendimentos são implantados.

Essas narrativas se sustentam também sobre a imagem criada ao longo de anos por esses mesmos veículos de comunicação de que o cerrado e, especialmente, a caatinga, são imensos vazios de fauna, flora e comunidades humanas. A instalação de grandes empreendimentos eólicos ou de energia solar seriam, portanto, uma “salvação” possível para esses vazios, esses desertos, ao trazer “desenvolvimento” para regiões de atrasos e ausências. Ao não ouvir as comunidades afetadas pelos grandes empreendimentos e não contar suas histórias, no litoral ou no sertão, essas narrativas são reforçadas pela produção jornalística das grandes empresas de comunicação.

No entanto, embora silenciadas na mídia empresarial, essas vozes, de comunidades camponesas, comunidades tradicionais e mesmo as “vozes” dos biomas atingidos têm espaço em uma outra mídia que segue sendo produzida de norte a sul do país.

Os veículos de jornalismo popular e independente têm cumprido esta tarefa de contar as histórias apagadas na mídia empresarial. É do lado de cá, por exemplo, que podemos ler sobre as vidas, humanas e não humanas, impactadas pelos grandes empreendimentos de energias renováveis, sobre o aumento da violência no campo gerada pelas grandes obras e megaprojetos, bem como sobre outros caminhos para realizar a transição energética tão urgente e necessária.



No Brasil de Fato (BdF), veículo em que atuo há um par de anos, a pauta da transição energética tem sido tratada sempre a partir de uma visão complexa sobre a questão. Ao mesmo tempo em que, ao longo dos anos, o BdF tem apontado a urgência em abandonar os combustíveis fósseis para diminuir o aquecimento global ou apontado os imensos impactos socioambientais da instalação

de grandes barragens para produção de energia elétrica, o jornal também tem mostrado os impactos dos aerogeradores implantados em terra e mar e das imensas fazendas de placas solares que invadem os sertões no Nordeste do país. Isso porque, em sua gênese, o BdF se constitui como um veículo popular, criado para contar as histórias que não apareciam nesses outros veículos, tendo uma ligação vital com movimentos e organizações populares de todo o país.

Não raro, esses movimentos e organizações – alguns dos quais, inclusive, compõem o conselho político-editorial do BdF nacionalmente e/ou nos estados – procuram as redações para contar suas histórias, como nos exemplos a seguir:

Brasil de Fato Bahia

INÍCIO > CIDADES

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Três pessoas são baleadas em atentado a comunidade tradicional em Campo Alegre de Lourdes (BA)

Comunidades do povoado de Angico dos Dias sofreram atentado a bala no sábado (2). Uma pessoa segue hospitalizada

Gabriela Amorim
Salvador | 04 de setembro de 2023 às 10:54

Grilagem de terras e tentativas de assassinato no oeste baiano. Matéria no BdF Bahia de 04/09/2023.

Brasil de Fato Ceará

INÍCIO > POLÍTICA

ENERGIA LIMPA?

Eólicas offshore: comunidades pesqueiras cobram diálogo com Governo do Estado do Ceará

Pescadores e marisqueiras querem debater projetos de energia eólica e pedem suspensão de licenciamentos

Amanda Sobreira
Brasil de Fato | Fortaleza (CE) | 03 de maio de 2023 às 09:41

Avanço dos projetos de eólicas no mar no Ceará. Matéria no BdF Ceará de 03/05/2023.

Brasil de Fato ENGLISH

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

Início Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais Rádio Podcast

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

IMPACTOS

Eólica e termelétrica tiraram as terras e o sustento de comunidade pesqueira em Sergipe

Moradores de Barra dos Coqueiros denunciam impactos deixados pelos empreendimentos energéticos

Dijna Torres e Priscila Viana | Agência Pública
| 27 de julho de 2023 às 15:02

Eólicas e termelétricas destruindo comunidades pesqueiras em Sergipe. Matéria do BdF de 27/07/2023.



Esses são apenas alguns dos exemplos das matérias produzidas pelo BdF ao longo de 2023 sobre a maneira como a transição para as energias renováveis está sendo conduzida no Brasil.

Outro achado importante da pesquisa Vozes Silenciadas que gostaria de destacar aqui é a dificuldade de identificar o que é reportagem e o que é matéria paga nos veículos empresariais quando se trata desse assunto. Lá, os personagens ouvidos são, em sua maioria, homens, brancos, sudestinos e diretores/CEOs de grandes empresas e startups de energias renováveis. Sentados em seus escritórios brilhantes e luxuosos, eles falam sobre lucros, apostas para o futuro, mercado internacional, produção de “energia verde” e outros jargões do meio empresarial. No espaço dos jornais, é difícil saber se aquele texto foi escrito por repórteres do jornal ou por assessores de imprensa dessas empresas. De toda forma, é possível identificar que há um importante investimento dessas empresas em publicidade nesses mesmos veículos.

Outras vozes

A realidade na produção de jornalismo popular e mídia independente, nós sabemos, é bem diferente disso. Com redações enxutas e adversidades financeiras para se manter em funcionamento, realizar reportagens extensas, complexas e em locais longe das capitais é sempre um desafio. A essa conta é preciso acrescentar as situações de risco vivenciadas por várias dessas comunidades atingidas. Recordo de diversos casos de reportagens em que as pessoas das comunidades tinham muito medo de falar, de se expor e sofrer ainda mais retaliações da própria comunidade, dividida e em conflito, e das empresas responsáveis pelos grandes empreendimentos.

Mais de uma vez foi preciso manter o diálogo com pessoas da comunidade, movimentos e organizações por meses, a fim de construir estratégias de contar essas histórias sem expor a risco maior essas pessoas. E, pelo menos uma vez, precisamos desistir de publicar a reportagem, quando o risco às jornalistas e às comunidades envolvidas se mostrava muito iminente. O silenciamento, nesses casos, infelizmente também é fruto do medo, afinal, não raro também noticiamos a crescente violência dos conflitos no campo impulsionados pela chegada dos grandes empreendimentos nas regiões camponesas onde o Estado está patentemente ausente.

Então, é preciso considerar, no cotidiano desse jornalismo popular, os desafios de se manter financeiramente sem grandes anunciantes, realizar reportagens longas e complexas que exigem um investimento financeiro e de tempo nem sempre tão disponível assim nas redações, além de ouvir pessoas e comunidades que estão distantes fisicamente dessas mesmas redações e jornalistas, cuidando sempre para preservar a segurança de fontes e jornalistas. É preciso dizer o óbvio e acrescentar que essa não é a realidade apenas das redações do Brasil de Fato pelo país, mas de tantos outros veículos que compartilham essa produção de um jornalismo popular, independente, comprometido com contar as histórias que estão ausentes e silenciadas na mídia empresarial.

As histórias sobre as comunidades atingidas pelos grandes empreendimentos de energias renováveis também estão presentes em veículos como a Agência Pública, o Intercept Brasil, o Marco Zero Conteúdo, a Sumaúma, dentre outros. Numa produção que talvez enfrente dificuldades não tão distantes dessas que o Brasil de Fato tem cotidianamente. Além desses veículos, é importante registrar ainda o relevante trabalho de comunicação popular e comunitária de tantos movimentos e organizações populares que atuam diretamente com as comunidades atingidas. É comum que as histórias das comunidades atingidas cheguem até as redações graças ao trabalho dessas organizações que funcionam como pontes entre veículos independentes e comunidades. Elas auxiliam tanto a ecoar essas histórias como a manter a segurança dessas pessoas.

É a organização coletiva das comunidades que garante a segurança e possibilita encontrar caminhos de luta e resistência para elas. Comumente, os primeiros relatos sobre as violências e ameaças nos são enviadas justamente por essas organizações que, quase sempre, contam com coletivo de comunicação popular que escreve os relatos, faz fotos e indica fontes possíveis para seguir com as reportagens.

Vozes femininas: “mulher é quem fica”

Um silenciamento gritante também apontado por esta pesquisa diz respeito às mulheres. Elas estão flagrantemente ausentes dessas narrativas, sendo pouco mais de 30% das entrevistadas. E qual a importância de ouvir as vozes das mulheres nas narrativas sobre impactos de grandes obras? Eu explico com uma frase de uma das mulheres que pude entrevistar sobre os empreendimentos de energias renováveis na Bahia, e que preferiu não se identificar para se proteger. Ela me disse: “mulher é quem fica”.

A seguir, ela explicou que quando os impactos das obras começam a aparecer, com destruição do bioma, diminuição da produção de alimentos, inclusive de animais de criação, aumento das doenças físicas e mentais na comunidade, os homens vão embora, em busca de melhores condições e empregos. Quando o empreendimento, por ventura, encerra a atividade e abandona a comunidade à própria sorte, os homens seguem em busca de novas obras. “Mulher é quem fica”. De acordo com a percepção dessa mulher ativista e de diversas organizações e movimentos que atuam junto às comunidades, as mulheres são as maiores impactadas pelos grandes empreendi-

mentos das energias renováveis. Esses impactos vão desde o empobrecimento da comunidade, com diminuição da produção de alimentos, aumento da dificuldade de acessar políticas públicas como educação e saúde, até o crescimento dos casos de violências sexuais com a instalação de canteiros de obras temporários com a presença de tantos homens estranhos à comunidade.

Dizer que “quem fica é mulher”, significa tanto que são elas a sofrerem as piores consequências dessas obras como também são as mulheres que seguem plantando comida, cuidando das crianças, da terra, das sementes, resistindo a uma guerra declarada contra as comunidades. No entanto, as vozes delas raramente são ouvidas pela mídia empresarial quando se trata de falar sobre energias renováveis. Por outro lado, essas, e outras vozes silenciadas, estão presentes diariamente nos veículos de mídia popular e independente do país. Ainda que com menos estrutura e muito menor aporte publicitário que a mídia empresarial, seguimos fazendo o jornalismo em que acreditamos, ouvindo vozes silenciadas, contando histórias em toda sua complexidade.

JUREMA DE AMONTADA, CEARÁ /IMAGEM: DANIEL CORREIA - SAL FILMES



7.3. RUMO A UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA A PARTIR DO SUL GLOBAL: TRANSNACIONALIZANDO A DEFESA DO TERRITÓRIO

Guido Lautaro Costantini - *Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e Iniciativa para la Justicia Transnacional (IJT)* - lcostantini@itj.global

Gabriel Rocha Belloni - *Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e Iniciativa para la Justicia Transnacional (IJT)* - grocha@itj.global

Tradução por Thayane Queiroz - *Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)*

A vitória de Unión Hidalgo: gerando referências de poder coletivo

O planeta enfrenta uma inegável crise climática que já está causando enormes impactos na vida de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente no Sul Global. De acordo com as Nações Unidas, mais de 90% dos desastres são agora classificados como relacionados ao clima, levando 26 milhões de pessoas à pobreza a cada ano⁸.

Na América Latina, a prevalência e a intensidade das secas, dos furacões e do aumento do nível do mar foram registradas⁹. No entanto, a região desempenha um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas devido às suas extensas florestas e selvas, bem como à promoção de energia “limpa”. Embora o mundo como um todo tenha aumentado suas emissões de gases de efeito estufa, a América Latina as reduziu de forma constante desde pelo menos 2005¹⁰. Esses gases são “a principal causa do aquecimento global”¹¹.

Por outro lado, a transição energética tem sido apresentada como a principal ferramenta para o enfrentamento das mudanças climáticas. De acordo com as Nações Unidas, o setor de energia “é responsável por 73% das emissões de gases de efeito estufa causadas pelo homem”¹².



⁸ NAÇÕES UNIDAS. The Climate Crisis – a Race we Can Win. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un75_climate_crisis.pdf>. Acesso: 9 fev. 2022.

⁹ HARRISON, Chase; HOPKINS, Katie. Record Droughts Plague Latin America. 2021. Disponível em: <<https://www.as-coa.org/articles/record-droughts-plague-latin-america>>. Acesso: 30 jan. 2022.

¹⁰ COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Economics of Climate Change in Latin America and the Caribbean – A Graphic View. 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43889/1/S1800475_en.pdf>. Acesso: 2 fev. 2022.

¹¹ Ibid., 2018.

¹² NAÇÕES UNIDAS. Theme Report on Energy Transition. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021-twg_2-062321.pdf>. Acesso: 2 fev. 2022.

A energia eólica é uma das energias renováveis mais populares: entre 1997 e 2018, houve um aumento de 75 vezes na geração de energia eólica em todo o mundo, graças, em parte, às reduções de custo ao longo das cadeias de suprimentos. Somente o México teve a sua produção de energia eólica ampliada em 16 vezes entre 2010 e 2020¹³. Contudo, os projetos de energia “verde” exigem o uso extensivo da terra, o que pode ser um problema “especialmente para as comunidades indígenas que têm fortes vínculos locais com a visão de seu ambiente e território”¹⁴.

A maior parte da energia eólica no México é produzida no Istmo de Tehuantepec. Essa região, localizada no sul do México, é o lar de diversas comunidades indígenas que mantiveram suas culturas e idiomas. É também uma região com altos níveis de pobreza devido à contínua expropriação de terras e territórios que começou durante o domínio colonial e que continua até hoje. As comunidades indígenas do México têm vários direitos humanos reconhecidos, inclusive o direito ao consentimento livre, prévio e informado, já que o país ratificou a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho) em 1990 (tornando-se o segundo país a fazê-lo, depois da Noruega), entre outros tratados internacionais juridicamente vinculantes.

O istmo é o cenário no qual coincidem, nunca harmonicamente,



Comunidade de Unión Hidalgo (México). Foto: Arquivo ProDESC.

a transição energética, as corporações transnacionais e as comunidades indígenas; e é nesse local que os povos indígenas e as comunidades locais sofrem várias violações dos direitos humanos por se oporem aos interesses corporativos, tanto globais quanto nacionais.

O município de Unión Hidalgo é uma comunidade agrária e indígena no sul do México, localizada no Istmo de Tehuantepec. Em 2020, sua população era de 14.542 habitantes, dos quais cerca de metade fala o idioma zapoteca¹⁵. Quase 60% da população total vive abaixo da linha da pobreza, incluindo 11% que vivem em extrema pobreza¹⁶. Em 2011, e sem consentimento livre, prévio e informado, o primeiro parque eólico foi construído na comunidade pela empresa espanhola Renovalia. Em 2013, a comunidade indígena de Unión Hidalgo nos procurou enquanto ProDESC (Projeto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)¹⁷, uma organização feminista de direitos humanos com sede na Cidade do México, com o objetivo de analisar diferentes estratégias para contestar legalmente o parque eólico da Renovalia, que na época estava expandindo seu projeto original (novamente, sem o consentimento livre, prévio e informado da comunidade).

Como ProDESC, começamos a trabalhar com a comunidade de Unión Hidalgo usando nossa metodologia de defesa integrada. Uma abordagem baseada na crença de que, nos países do Sul Global, os defensores dos direitos humanos devemos usar todas as ferramentas à nossa disposição para realizar nosso trabalho. Essa abordagem vincula integralmente as seis estratégias a seguir: i) litígio transnacional; ii) identificação e análise de informações importantes; iii) defesa de direitos; iv) comunicações estratégicas; v) fortalecimento

¹³ AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL (IRENA). Wind energy. Disponível em: <<https://www.irena.org/wind>>. Acesso: 2 fev. 2022.

¹⁴ RAMÍREZ, Jacobo. Impacts of neoliberal wind energy investments on environmental justice and human rights in Mexico. In: LUND-THOMSEN et al. Energy Transition, Transnational Corporations and Indigenous Communities, 354. London, Routledge, 2019.

¹⁵ DATA MÉXICO. Unión Hidalgo. Disponível em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/union-hidalgo?indicatorCensus=Economic%20Unit>>. Acesso: 3 fev. 2022.

¹⁶ O Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL-México) define pobreza extrema como “uma situação na qual as pessoas não podem adquirir alimentos para seu sustento básico mesmo que dediquem 100% de sua renda para esse fim”. CONEVAL. Glossário. Disponível em: <<https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/Glosario.aspx#:~:text=Pobreza%20extrema%3A%20Una%20persona%20se,la%20l%C3%ADnea%20de%20bienestar%20m%C3%ADnimo>>. Acesso: 3 fev. 2022.

de processos organizacionais; e vi) atividades de capacitação e treinamento para defensores de direitos humanos.

No entanto, em 2016, os defensores de Unión Hidalgo começaram a ouvir rumores sobre a construção de um enorme parque eólico que tinha o potencial de deixar a comunidade completamente cercada por turbinas eólicas. Apesar da falta de transparência institucional, o ProDESC, em estreita colaboração com a comunidade, conseguiu identificar que, por meio de uma subsidiária mexicana, a principal entidade por trás desse novo projeto era a Électricité de France (EDF), uma empresa pública francesa de produção de energia com considerável apoio financeiro. Apenas em 2021, a EDF obteve lucros superiores a 57 bilhões de euros, enquanto a EDF Renewables (a subsidiária que administra parques eólicos e solares) registrou lucros de 1,2 bilhão de euros¹⁸.

Dessa forma, ficamos ciente do projeto de 300 milhões de dólares (chamado “Gunaan Sicarú” ou “Mulher Bonita” em zapoteca) que pretendia gerar 300 MW de eletricidade e ocupar 4.700 hectares nas comunidades de Unión Hidalgo e La Ventosa. A EDF argumentou que o parque eólico usaria apenas 3% da terra total para a instalação das turbinas eólicas, deixando os 97% restantes “para a agricultura tradicional e atividades de pastagem realizadas pelos proprietários de terras e comunidades

em geral”¹⁹. No entanto, as comunidades sabiam que, uma vez que as turbinas eólicas estivessem instaladas, as empresas rapidamente isolariam o perímetro, construiriam cercas e empregariam segurança privada de estilo militar para proteger seus investimentos, gerando, assim, mais violência na região e nas comunidades²⁰, sem mencionar os impactos do projeto sobre a segurança, a posse e a qualidade da terra e a convivência comunitária²¹.

Assim, entre 2016 e 2022, o ProDESC, juntamente com a comunidade de Unión Hidalgo, organizou-se no Comitê em Defesa dos Direitos Humanos e da Propriedade Comunal de Unión Hidalgo (antigo Comitê de Resistência ao Projeto Eólico de Unión Hidalgo), apresentou dezenas de pareceres e denúncias, participou de dezenas de espaços de defesa, realizou atos de mobilização e campanhas públicas com entidades públicas e privadas, e até mesmo apresentou uma denúncia ao Ponto de Contato Nacional na França responsável pela implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. Tudo isso com o objetivo de impedir a instalação do novo parque e de enfrentar as agressões que a empresa, juntamente com o governo local e outros atores, dirigiu contra vários defensores da Unión Hidalgo por defenderem seu território.



¹⁷ Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales: <<https://prodesc.org.mx/en/home-english/>>.

¹⁸ ÉLECTRICITÉ DE FRANCE. Press Release – Financial Information at 30 September 2021. Disponível em: <<https://www.edf.fr/sites/default/files/contrib/groupe-edf/espaces-dedies/espace-finance-en/financial-information/publications/financial-results/quarterly/2021/pdf/2021-11-10-q3-2021-pr-en.pdf>>. Acesso: 3 fev. 2022.

¹⁹ ÉLECTRICITÉ DE FRANCE. Gunaan Sicarú Wind. Disponível em: <<https://www.edf-re.com/project/gunaan-sicaru-wind/about/>>. Acesso: 5 fev. 2022.

²⁰ PEACE BRIGADES INTERNATIONAL – Proyecto México. Los parques eólicos en Oaxaca: preocupaciones sobre las violaciones de derechos humanos en el estado. Disponível em: <https://pbi-mexico.org/fileadmin/user_files/projects/mexico/images/News/1403BriefingEolicosPBI.pdf>. Acesso: 5 fev. 2022.

²¹ ProDESC: <<https://prodesc.org.mx/union-hidalgo-landing-page/>>.



Campanha de incidência em prol do cancelamento do contrato entre CFE e a filial de EDF no México.

Em setembro de 2019, o ProDESC e o Comitê em Defesa da Unión Hidalgo, com o apoio do Centro Europeu de Direitos Constitucionais e Humanos (ECCHR), viram a possibilidade de fazer uso da Lei Francesa do Dever de Vigilância, a primeira regulamentação nacional de devida diligência (*due diligence*) do gênero, argumentando que a EDF violou sua obrigação de vigilância e devida diligência

no projeto “Gunna Sicarú”, gerando, portanto, danos e prejuízos aos defensores do território da Unión Hidalgo. Em novembro de 2021, o caso foi admitido pelo Tribunal de Paris, tornando a Unión Hidalgo a primeira comunidade na América Latina a entrar com um caso sob essa lei e a terceira na história a fazê-lo desde sua criação em 2018. No entanto, em junho de 2022, a Comisión Federal de Electricidad (CFE), órgão público encarregado de regular o serviço de energia no México, decidiu cancelar os contratos de fornecimento de energia à Eólica Oaxaca, uma subsidiária da EDF, eliminando assim qualquer possibilidade de instalação da Gunna Sicarú.

Embora o caso sob a Lei do Dever de Vigilância ainda esteja em andamento na França, com o objetivo de obter reparação pelas violações cometidas e estabelecer um precedente que delimite a responsabilidade das empresas em relação aos direitos dos povos e comunidades indígenas, hoje as comunidades da Unión Hidalgo podem se orgulhar de saber que conseguiram o impensável: levar uma gigante francesa a julgamento e, ao fazê-lo, proteger seu território da desapropriação e destruição por meio da organização e da geração de poder coletivo.

Ao mesmo tempo que a vitória em Unión Hidalgo serviu de inspiração para as comunidades que enfrentam os mesmos efeitos do abuso corporativo em outras partes do mundo, também deixou claro que as práticas realizadas pela EDF e por outras empresas eólicas em Unión Hidalgo e em outras regiões não são incidentes isolados, mas sim componentes do mesmo abuso corporativo.

Transnacionalizando a defesa do território

Tendo em vista o caso de Unión Hidalgo, em novembro de 2023, uma pequena delegação do ProDESC teve a oportunidade de visitar o Nordeste do Brasil para conhecer os impactos dos parques eólicos instalados em comunidades rurais, indígenas e quilombolas ao longo da região costeira, bem como os riscos envolvidos na possível instalação de parques eólicos em alto-mar, mais conhecidos como parques eólicos “*offshore*”. Realizamos essa visita como parte das ações da Iniciativa para la Justicia Transnacional (IJT), um novo esforço liderado pelo Sul Global que se baseia nas quase duas décadas de experiência do ProDESC e visa promover a responsabilidade corporativa em todo o mundo.

Durante a visita, a equipe da IJT soube em primeira mão como os parques eólicos terrestres foram estabelecidos sem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades locais, inclusive quando estavam localizados dentro de comunidades indígenas e quilombolas. A equipe observou como os parques eólicos em atividade afetam as práticas e os modos de vida das comunidades locais nessa região brasileira, inclusive restringindo o acesso à terra que é essencial para a subsistência, além de promover a tensão entre as comunidades. Assim, o que pudemos testemunhar e ouvir das defensoras quilombolas no Nordeste do Brasil no final de 2023 não diferiu significativamente dos testemunhos que ouvimos



Comunidades pescadoras no estado do Ceará (Brasil). Foto: Arquivo IJT.



Comunidades pescadoras no estado do Ceará (Brasil). Foto: Arquivo IJT.

pela primeira vez das comunidades zapotecas no Istmo de Tehuantepec, no sul do México, há mais de 10 anos.

Também aprendemos que, de acordo com o Instituto Terramar, há pelo menos 79 projetos eólicos *offshore* planejados na costa do Brasil, uma porcentagem significativa dos quais está sendo promovida por empresas francesas e do Norte Global. A instalação desses empreendimentos tem o potencial de afetar negativamente os direitos coletivos de centenas de comunidades costeiras que já são gravemente afetadas pelos parques eólicos terrestres (*onshore*) existentes e cuja subsistência depende de práticas como a pesca de veleiros, sem mencionar os impactos ambientais e de saúde derivados dos parques eólicos *offshore*²².

Se essas ameaças não forem abordadas de forma direta e preventiva, corremos o risco de que aconteça o que o ProDESC, juntamente com as comunidades de Unión Hidalgo, conseguiu evitar: que as empresas de energia eólica cerquem as comunidades rurais e racializadas, submetendo-as aos impactos individuais e coletivos de viver sob o assédio constante das turbinas eólicas. Tudo isso é feito para atender às necessidades das sociedades

afluentas do Norte Global sob uma ideia de transição energética que vê certas pessoas e comunidades como “descartáveis” ou como tendo que suportar “sacrifícios” em favor de outras. Essa abordagem replica a mesma lógica que tem sido conduzida pelas empresas de hidrocarbonetos há décadas.

Nesse contexto e com base na experiência da Unión Hidalgo, o ProDESC e a IJT acreditam na importância de repensar a transição energética e a responsabilidade corporativa com uma visão construída pelas comunidades e organizações do Sul Global. Para essa reflexão, estamos interessados em destacar três pontos importantes, embora não exaustivos.

Primeiro, devemos pressionar pela aprovação de leis nacionais e regionais de devida diligência em direitos humanos, bem como melhorar as normativas já existentes na matéria. Por exemplo, a Lei do Dever de Vigilância da França coloca o ônus da prova diretamente no autor da ação, o que significa que as comunidades devem provar e demonstrar que os esquemas de monitoramento corporativo franceses são inadequados. Além disso, as comunidades do Sul Global não podem acessar essas instâncias judiciais devido à falta de recursos, e a lei francesa não oferece ferramentas para traduzir documentos (do francês para os idiomas indígenas e vice-versa). Ao mesmo tempo, há um claro desequilíbrio de poder e recursos entre as comunidades (localizadas principalmente no Sul Global) e as grandes corporações transnacionais. Infelizmente, essa lei não oferece ferramentas para reduzir esses desequilíbrios. Essas deficiências devem ser corrigidas imediatamente para que a justiça para as comunidades locais afetadas pelos interesses corporativos seja garantida.

Como segundo ponto, acreditamos na importância de promover “colaborações transnacionais genuínas”²³ entre organizações e comunidades no Norte Global e no Sul Global, reconhecendo que as violações dos direitos humanos corporativos não se limitam a um país. Entretanto, ressaltamos que é importante que essas colabo-

²² INSTITUTO TERRAMAR. Impactos e Danos Socioambientais da Energia Eólica no Ambiente Marinho-Costeiro de Ceará. 2023. Disponível em: <<https://terramar.org.br/2023/09/01/energia-limpa-tem-impactos-socioambientais/>>. Acesso: 10 out. 2024.

²³ ANCHIETA, Alejandra; TERWINDT, Carolijn. Towards Genuine Transnational Collaborations between Human Rights Activists from the Global North and the Global South. *Forschungsjournal Soziale Bewegungen*, 4, p. 56-65, 2015.

rações possam ir além da dinâmica entre “ativistas globais” do Norte Global e “vítimas” do Sul Global; e que, portanto, reconheçam os desequilíbrios de poder, os riscos de segurança e os recursos, buscando trabalhar tanto para defender os direitos humanos quanto para criar salvaguardas para as comunidades e organizações do Sul Global que são diretamente afetadas.

Por fim, não podemos perder de vista a importância de uma abordagem preventiva. Em nossa experiência, uma vez construído um megaprojeto, como uma barragem, uma mina ou um parque eólico, as chances de os tribunais ordenarem sua demolição são muito baixas, praticamente nulas, mesmo quando as comunidades têm a lei a seu favor. Por esse motivo, é importante coletar constantemente informações sobre os megaprojetos que podem ser realizados em uma comunidade. Essas informações podem vir de fontes oficiais, mas também de fontes não oficiais, como a mídia, rumores, declarações não oficiais e outras. Para isso, é necessário contato e envolvimento constantes por parte das comunidades e das organizações da sociedade civil. Em nossa experiência, a defesa da terra e do território em face das corporações transnacionais exige muito tempo e recursos.

Em conclusão, é importante que a busca por uma transição energética seja conduzida a partir de uma abordagem baseada em direitos, levando em conta a abordagem da responsabilidade corporativa, o que implica limitar o ímpeto do capitalismo e confrontar os interesses de atores poderosos. Essa é uma consideração importante, tendo em vista as discussões que estão ocorrendo atualmente na União Europeia e em vários países da América Latina em torno de regulamentações obrigatórias de *due diligence* em direitos humanos, dada a necessidade urgente de uma transição energética justa e feminista.

Para sermos precisas e precisos: a abordagem “voluntária” da “responsabilidade social corporativa” não conseguiu promover e defender os direitos humanos e, em última instância, o acesso a recursos em caso de violações. Para nós, a participação de comunidades e organizações do Sul Global de forma preventiva e com o apoio de colaborações transnacionais genuínas é fundamental para garantir que essas novas regulamentações não sejam meras formalidades, mas que, de uma vez por todas, coloquem as comunidades, e não as empresas, no centro. A responsabilidade corporativa tem a ver exatamente com isso, e casos como o da Unión Hidalgo são exemplos evidentes de como a geração de poder coletivo das comunidades pode proporcionar esperança de mudança estrutural na dinâmica violenta das corporações globais.

Para conhecer mais sobre ProDESC:

 <https://prodesc.org.mx/>

 @prodesc

Para conhecer mais sobre IJT:

 IJTransnacional



7.4. MÍDIA INTERNACIONAL PRIVILEGIA VOZES OFICIAIS EM DETRIMENTO DE PERSPECTIVAS DE COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS

Sheley Gomes - cientista política e pesquisadora de temas como propriedade da mídia e novas tecnologias de comunicação, integrante do *Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social*

Paulo Victor Melo - jornalista, professor e pesquisador de Políticas de Comunicação, integrante do *Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social*

A eleição de Lula à presidência do Brasil, em outubro de 2022, despertou uma série de interesses e expectativas em todo o mundo. O papel histórico do país nas relações diplomáticas globais, a liderança política que Lula representa, pela capacidade de articulação do Sul Global, a projeção brasileira nos debates socioambientais: não faltam motivos para que os posicionamentos do Brasil sejam objeto de atenção da imprensa internacional.

Num cenário de emergência cli-

mática, em que as discussões ambientais adquirem ainda maior relevância, nos parece importante refletir como a mídia internacional tem pautado e repercutido as movimentações do Brasil sobre essa questão. É esse o objetivo do presente texto, que, em termos metodológicos, identificou e analisou conteúdos noticiosos produzidos por dois meios de comunicação de países europeus: Observador (Portugal) e Deutsche Welle (Alemanha).

Como período de análise, selecionamos notícias publicadas no contexto de dois eventos específicos: a Cúpula Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (UE-CELAC), ocorrida em 17 e 18 de julho de 2023, em Bruxelas, Bélgica; e a Conferência da Amazônia, que aconteceu nos dias 8 e 9 de agosto do mesmo ano.

Observador

Somados os dois eventos, o Observador publicou 14 notícias, todas produzidas pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, que possui uma média de 500 notícias escritas por dia e se autointitula como “a maior agência de notícias de língua portuguesa no mundo”.

Se, por um lado, em termos quantitativos, é possível afirmar a existência de um razoável interesse do Observador nas questões ambientais envolvendo o Brasil, por outro, chama a atenção que, dentre os 14 textos, apenas uma notícia, de 4 de agosto de 2023, tenha incluído como vozes relevantes, na condição de fontes, povos indígenas e ativistas socioambientais.^[1]

Em todas as outras notícias publicadas pelo Observador, a fonte principal foi o presidente Lula. Não fosse a menção em dois textos a declarações de Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Mau-

ro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, e Eloy Terena, secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, o líder do Executivo brasileiro seria a fonte única do Observador, o que evidencia um jornalismo comprometido com a narrativa governamental e que pouco oportuniza espaço para a reflexão crítica da sociedade frente aos discursos e decisões oficiais.

Mesmo em textos mais longos e de caráter mais crítico, a opção foi por não incluir comunidades, ativistas e movimentos sociais como fontes. Um exemplo nesse sentido foi a matéria “Lula da Silva diz que países amazônicos não podem aceitar ‘neocolonialismo verde’”.



[1]



[2]



O que significa neocolonialismo verde? Qual a relação dessa afirmação de Lula com as discussões em torno do Acordo União Europeia-Mercosul? As críticas de Lula têm a ver mesmo com uma lógica neocolonialista ou representam outra coisa? Essas são algumas das questões que entendemos como fulcrais no debate socioambiental atual, e que poderiam ser analisadas por pesquisadores(as) e ativistas, para além da mera reprodução de discursos oficiais, o que não foi feito nesse caso.

Outro exemplo foi a notícia “Lula convoca países da Amazônia a unirem-se em defesa da reserva natural”^[1] No texto é mencionado o seguinte: “Lula realçou que seu Governo está empenhado em eliminar a extração ilegal de madeira até 2030 e exortou os países amazônicos a ‘assumirem esse compromisso’ na cimeira”. Quais medidas o Brasil deve efetivamente adotar para eliminar a extração ilegal de madeira até 2030? As medidas atuais têm sido suficientes para frear esse crime? Há bons exemplos de combate a essa prática? São algumas das perguntas que poderiam ser feitas a um especialista ou ainda poderiam ser discutidas a partir de dados estatísticos, o que também não foi feito.

Uma narrativa semelhante – assentada na exclusiva reprodução de discursos e medidas oficiais – foi verifi-

cada na notícia “Países amazônicos aprovam declaração conjunta para proteger ‘pulmão do mundo’”^[2] Não há, em todo o texto, qualquer referência a posicionamentos de povos da Amazônia, por exemplo, à declaração.

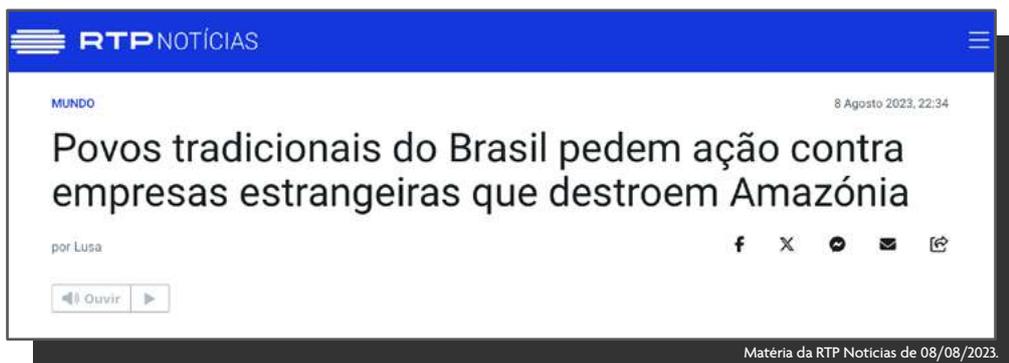
O silenciamento de outras perspectivas que não as oficiais é percebido também na ausência de menção textual ou de imagens e fotografias de protestos realizados por povos indígenas e comunidades tradicionais, como fizeram outros meios de comunicação, tanto de Portugal quanto do Brasil, como nos exemplos a seguir.



[1]



[2]



Deutsche-Welle (DW)

Já no portal alemão, somados os dois eventos, foram identificadas 10 matérias. Vale mencionar que a autoria dos textos varia entre diferentes jornalistas e agências de notícias, e há publicações em inglês, alemão, português, e suas devidas traduções. Nesse sentido, a partir da pesquisa direta das publicações, é possível encontrar um número maior de resultados, mas esses se referem a diferentes traduções do mesmo texto. Para a presente análise, todos os textos foram utilizados, mas aqueles que contavam apenas com versões iguais em diversos idiomas não foram somados no cálculo total.

Em seu site, a DW se posiciona como produtora de um conteúdo “diferenciado, relevante regionalmente e baseado no diálogo em 32 idiomas, centrado em seis tópicos principais: liberdade e direitos humanos, democracia e boa governança, comércio livre e justiça social, tecnologia e inovação, educação em saúde, nutrição e

proteção ambiental, e alemão e cultura europeia”. Verifica-se, de antemão, que a proteção ambiental está incluída enquanto uma de suas prioridades temáticas, sendo que a DW cita inclusive o compromisso com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Na cobertura da conferência realizada entre UE-CE-LAC, percebe-se o destaque à figura de Lula, o lapso temporal desde o último encontro e a preocupação da União Europeia com as relações entre Brasil e China e o posicionamento do presidente na guerra entre Rússia e Ucrânia.

Algumas matérias destacam também o interesse da UE em diminuir a dependência da China para adquirir mais matéria-prima dos países latino-americanos e, apesar de citarem algumas críticas ambientais e o desmatamento na Amazônia de maneira mais sutil, apenas uma matéria faz menção mais direta, citando o Greenpeace (publicada em inglês e português). A versão publicada

em alemão, no entanto, faz uma cobertura mais geral do evento, com menos destaque para Lula e as relações com países como China, Rússia e Ucrânia; o que se percebe é um destaque para o papel da União Europeia no investimento na região, destacando a figura da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, junto a todos os presidentes presentes.

Já na abordagem de diversas matérias em relação à Cúpula da Amazônia, a DW parece bastante crítica em diversos sentidos, especialmente nas versões em português. Dentre os títulos, algumas das principais matérias incluem chamadas apontando que a Cúpula da Amazônia decepciona especialistas ou frustra expectativas. Dentre as diversas perspectivas abordadas nos textos, incluem-se críticas a medidas de Lula emitidas por outros governos que fazem parte do território amazônico, como por Gustavo Petro, presidente da Colômbia, que criticou a expansão das atividades petrolíferas por enxergar um “conflito étnico” nas medidas de transição adotadas por governos progressistas sem um consenso baseado na ciência, fala que foi entendida como um recado a Lula.

Além disso, há também a inclusão de representantes da sociedade civil e demais organizações, como Thelma Krug, ex-vice presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC); Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima; e Alicia Guzman, equatoriana que coordena o programa Amazônia da ONG Stand.earth. Também foram incluídas outras pessoas ligadas ao governo, como o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; Rubens Ricupero, diplomata brasileiro; e Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Nas versões alemãs da cobertura, é possível observar um número reduzido de atores envolvidos nas matérias e maior destaque às falas de Lula, ainda que incluindo críticas direcionadas à fala do presidente, mas de maneira mais generalista e indireta. Também é possível observar a menção ao aumento do desmatamento na gestão de Jair Bolsonaro, e até mesmo um histórico da atuação do ex-presidente na pauta socioambiental e no ataque aos povos indígenas. As matérias alemãs parecem sinalizar um

avanço da pauta climática sob o governo de Lula, com uma crítica um pouco mais sutil do que nos escritos em português, e apenas uma inclui o registro fotográfico da manifestação indígena.

A versão em inglês da cobertura parece ser ainda mais branda nas críticas, tendo uma abordagem mais descritiva do evento, apesar de ressaltar o aspecto lucrativo do desmatamento a partir da produção de soja, cacau, gado e demais produtos, e de também incluir o registro do protesto indígena. Vale ressaltar que apenas na cobertura feita em inglês é citado que a Noruega, a Alemanha e a França participaram das discussões, as duas primeiras por financiarem a preservação da região e a última por controlar o território da Guiana Francesa, parte do território amazônico.

No entanto, ainda é possível observar a inclusão dos povos indígenas na cobertura analisada. Apesar de nenhuma matéria ter ouvido representantes das comunidades tradicionais, há em algumas delas a inclusão de fotos e vídeos dos protestos realizados pelos povos indígenas contra a aprovação do Marco Temporal, tanto nas versões em português quanto em inglês e alemão.

Ademais, apesar do menor destaque para as comunidades indígenas no total analisado, há alguns links que encaminham para matérias voltadas primordialmente à perspectiva das comunidades indígenas. São as seguintes: “As demandas dos povos da floresta para a cúpula da Amazônia”, e “Indigenous people and their fight for conservation (Povos indígenas e sua luta para conservação)”. Em tais matérias, a perspectiva indígena é o foco principal, a primeira sendo mais diretamente ligada à realização da conferência da Amazônia e a segunda (publicada também no mesmo período, mas não diretamente ligada ao evento) englobando populações indígenas de diferentes partes do mundo e as diferentes especificidades de suas demandas.



Matéria da DW em português, publicada em 07/08/2023.



Matéria da DW em inglês, publicada em 08/09/2023.

Na primeira matéria citada, a DW traz a perspectiva de Maria Francineide Ferreira – uma das líderes do Conselho Ribeirinho, que reúne cerca de 3.000 pescadores na região da Volta Grande do Xingu –, sua dificuldade no percurso de Altamira a Belém e os destaques de sua fala direcionada a Marina Silva. A DW destaca da fala de Maria: “Mas o governo do PT tem essa grande dívida com o povo do Xingu. Belo Monte foi o maior erro. A gente sabe que, se não fosse o PT, seria Bolsonaro, porque a pressão era grande”, referindo-se ao governo de Dilma Rousseff.

A matéria ainda destaca os desafios enfrentados por diversas outras lideranças indígenas na tentativa de levar suas propostas à Conferência da Amazônia, incluindo ativistas e indivíduos não apenas do Brasil mas também de outras regiões. Também é dado o destaque para as críticas à perspectiva “romantizada” dos países europeus na

preservação da Amazônia.

De maneira geral, em todas as matérias analisadas sobre o tema, é possível perceber que há uma crítica em relação à falta de um plano concreto ou o estabelecimento de prazos para a preservação da Amazônia, e à não-exclusão do veto à exploração de combustíveis fósseis no texto final da Cúpula. As críticas mais severas são percebidas nas versões escritas originalmente em português e nessas também é possível identificar uma maior diversidade de grupos sociais incluídos, ainda que a perspectiva indígena tenha sido abordada mais profundamente em uma única matéria. É válido ressaltar também que não foram encontradas versões traduzidas ou com perspectiva similar da matéria direcionada aos povos indígenas em outros idiomas, como em alguns outros casos.

Conclusão

A análise do Observador e do Deutsche-Welle possibilita perceber um protagonismo do Brasil nos debates globais sobre a questão socioambiental. Esse protagonismo, porém, é conferido pelos dois jornais quase exclusivamente à figura de Lula, visto que a maioria das matérias destaca a atuação e declarações do presidente da República.

Ao privilegiar o líder do Executivo como espécie de “voz mais qualificada” do Brasil nas temáticas socioambientais, sobretudo relativas à Amazônia, a imprensa internacional – em particular, neste caso, o Observador e o Deutsche Welle – contribui para uma invisibilização

ou silenciamento das principais afetadas pela destruição ambiental, as comunidades tradicionais e os povos originários, que são também as que têm modos de vida conectados com toda a natureza.

Ainda que alguns conteúdos publicados pelo Deutsche Welle repercutam reivindicações e proposições de lideranças dessas comunidades e povos, o que o Observador sequer fez, verifica-se que há, de um modo geral, um desequilíbrio grave quando o assunto é “voz de autoridade” para falar sobre Amazônia, emergência climática e outros assuntos da agenda socioambiental.

7.5. INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E A MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS POR DIREITOS: IDENTIFICANDO PROBLEMAS E CONSTRUINDO REDES PARA A AÇÃO

Tâmara Terso - Jornalista Americana, mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (POSCOM/UFBA) e doutoranda pelo mesmo programa, pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD/UFBA) e do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC/UFBA)

“Até hoje muitas das mulheres pescadoras têm problemas de saúde por conta do contato direto com o petróleo. São os impactos que ficam, os problemas que ficam e ninguém resolve nada”. A fala de Ana Paula Santos, pescadora da área de proteção ambiental Costa dos Corais (PE), segue não encontrando eco nas mídias tradicionais, cinco anos após o crime ambiental de derramamento de petróleo na costa brasileira, em 2019.

Na época do desastre, as mulheres pescadoras e marisqueiras corresponderam a apenas 1% das fontes ouvidas nas matérias da mídia tradicional monitoradas pela pesquisa

Vozes Silenciadas – A cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira (Intervozes, 2020). Esse crime foi um dos maiores em extensão ocorrido no oceano Atlântico, afetando ao menos 1.009 territórios entre Nordeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Até hoje os culpados não foram identificados, tampouco punidos. E a mídia empresarial continua silenciando as mulheres vítimas desse crime, da crise climática e ambiental.

Foi nesse contexto que me aproximei da pauta da justiça socioambiental. Em 2020, construímos o podcast **Ondas da Resistência** que buscou contar a história das mulheres negras e de povos tradicionais atingidas pelo crime ambiental do derramamento de petróleo. Apontamos os impactos do desastre na saúde, na alimentação, na renda, na comunicação e na mobilização das comunidades, bem como as tecnologias territoriais desenvolvidas por elas para viver e mobilizar lutas por direitos.

PARA OUVIR TODOS OS
EPISÓDIOS DO ONDAS DA
RESISTÊNCIA, ACESSE:



Da narrativa do desenvolvimento ao racismo ambiental

Crimes como o derramamento de petróleo na costa brasileira e as violações do direito à terra e ao território no contexto de instalações de empreendimentos de energias renováveis se conectam quando compreendemos como os projetos de desenvolvimento do ciclo de carbonização e descarbonização informam sobre matar ou deixar morrer determinadas populações em localidades específicas.

Para o mestre Antônio Bispo (2023), o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Aversão aos modos de vida, valores, crenças e concepções de mundos. Medo da terra e de tudo aquilo que ela dá. A reação cosmofofíca é a destruição da terra e a separação dos seus elementos.

A ideia de desenvolvimento é vendida como crescimento de oportunidades e conexão de diferentes territórios, porém o processo mobilizado pelo ocidente desconecta modos de vida, fragmenta e fragiliza populações com a narrativa do mal necessário.

Segundo o relatório Desigualdades S.A, da Oxfam (2024), “o 1% mais rico do mundo emite tanta poluição de carbono quanto os dois terços mais pobres da humanidade”. O relatório conclui que o poder das grandes empresas que dominam a economia mundial contribui para o colapso climático porque estas lucram financeiramente com processos que emitem gases de efeito estufa. Esse lucro também é envelopado na narrativa de desenvolvimento.

Mulheres, não-brancos, povos e comunidades tradicionais, idosos,

pessoas com deficiência, crianças e jovens são os primeiros e mais impactados pelas crises ambiental e climática. E não é por acaso.

No fluxo de exploração da natureza e das pessoas em prol do desenvolvimento, a contaminação e a poluição de maretórios, territórios quilombolas e indígenas provenientes dos efeitos da atividade mineradora, do agronegócio e das refinarias de petróleo vulnerabilizam as comunidades. Esses territórios deixam de ter acesso a direitos básicos como moradia, água potável e segurança.

Por outro lado, as atividades exploratórias também aumentam a emissão de gases de efeito estufa, provocando o aquecimento global e eventos climáticos extremos com consequências como inundações, deslizamentos de terra e calor extremo. Esses efeitos atingem, em sua maioria, as mesmas comunidades, já vulnerabilizadas. E o colapso climático insiste em ser divulgado como um problema de “todos”, a fim de esconder os fluxos de exploração e suas raízes profundas.

Exemplo dessas raízes: é possível dizer que um dos primeiros crimes socioambientais ocorridos no Brasil foi a “grande invasão” realizada no curso da expansão marítima europeia portuguesa, em 1500, que inaugurou o processo de colonização.

A dizimação de inúmeros povos indígenas, o sequestro e a escravização de milhões de africanos para viabilizar o saque das riquezas naturais (madeira, especiarias etc.) e tecnologias ancestrais contribuiu para financiar revoluções industriais e científicas que seguiram a partir do século XVIII, no Norte Global. A partir daquele momento também foram estruturados modelos de indústria e comércio insustentáveis, que ajudaram a gerar desigualdades sociorraciais estruturais reproduzidas em padrões de segregação em diversas esferas da vida, especialmente a ambiental, até hoje.

Por isso, quando manchetes da cobertura jornalística de casos como os deslizamentos de terra no bairro do Ibura, em Recife (PE), dão enfoque para a causa “chuvas”, ou quando estiagens por combinações de fatores humanos e não-humanos como exploração de minério são reportados como “efeitos das secas”, existe um processo de apagamento da vulnerabilização histórica dessas áreas.

A narrativa passa a ser construída culpabilizando a natureza, sem problematizar a combinação de fatores

sociais e ambientais de longo prazo e intencionais para promoção das injustiças socioambientais e climáticas de determinados locais.

Em entrevista à Revista Gama (2021), o pesquisador e geógrafo Diosmar Filho nos faz refletir qual fotografia interessa quando falamos de crise climática. Ele cita um estudo que projetou inundações de áreas em Salvador e região metropolitana dando destaque aos pontos turísticos e ocultando territórios majoritariamente negros e de mulheres. A questão ilustra o que interessa na construção hegemônica das narrativas sobre a crise climática: ocultar suas origens e os impactos desproporcionais em determinadas populações, não reconhecendo o racismo e a crise de direitos humanos como fenômenos intrínsecos ao ciclo das crises.

O conceito de racismo ambiental é orientador para reconhecer quem é vulnerabilizado no contexto de colapso ambiental e climático.

Nos anos 1990, em pesquisas sobre determinações do Estado para autorizar a instalação de empreendimentos poluidores em Houston, Texas, o sociólogo Robert Bullard (1987) chegou à conclusão de que a probabilidade maior era haver autorizações em localidades de moradores negros. Isso porque, dos 17 empreendimentos de descarte de resíduo industrial existentes na época, 14 estavam em bairros negros, mesmo essa população sendo minoria na cidade. Negras e negros eram desproporcionalmente atingidos pelos impactos ambientais negativos da atividade de descarte de lixo por determinação governamental. Um crime ambiental por motivações raciais, ou seja, o racismo ambiental.

Nada muito diferente do Brasil quando observamos a instalação do Porto de Aratu (BA) e seu complexo industrial no Quilombo Boca do Rio, cuja comunidade enfrenta diversos problemas como constantes vazamentos de gases tóxicos, contaminação dos lençóis freáticos, praias e lagos. O Mapa de Conflitos Ambientais da Fiocruz demonstrou que o Brasil registrou pelo menos 635 conflitos, entre 2010 e 2023, relacionados à discriminação de populações e minorias étnicas pela degradação do meio ambiente.

Nos últimos anos o país apresentou números alarmantes de efeitos associados aos eventos climáticos extremos. O Observatório de Desastres Naturais da Confederação Nacional de Municípios alerta: em 10 anos (2013 a 2023), as chuvas extremas e suas consequências somaram mais de 1.990 mortes. Além disso, a Defesa Civil já mapeou 4 milhões de pessoas vivendo em áreas de altíssimo risco de desastre geológico. E essas pessoas têm cor, gênero e território.

Em Recife, por exemplo, 68% da população que está em áreas de risco de deslizamento e 59% da localizada em áreas de risco de inundação são negras. Na cidade, o percentual geral de negros é de 55%, porém a taxa de domicílios chefiados por mulheres de baixa renda é de quase 27%.

São as mulheres, em especial negras e indígenas, que estão em alerta aos primeiros sinais de chuva. Quando os eventos climáticos extremos acontecem são as primeiras a perder renda e serem responsabilizadas pelo cuidado com as crianças e os idosos adoecidos. Elas também andam mais para procurar água limpa em contextos de contaminação, são assediadas e violentadas quando da instalação de megaempreendimentos como mineração e energia eólica.

Mesmo sendo a base da agricultura familiar liderando, por exemplo, 80% dos empreendimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as mulheres brasileiras sofrem com algum nível de insegurança alimentar. Entre as famílias chefiadas por mulheres negras, 57% enfrentam dificuldades no acesso aos alimentos.

A crise ambiental e climática é também uma crise de direitos humanos na medida que impede que direitos básicos como acesso à água, moradia, meio ambiente saudável, alimentação adequada, saúde e vida digna sejam garantidos.

Experiências do trabalho em rede para ecoar as vozes das mulheres negras

E como ecoar narrativas das mulheres negras sobre os impactos das injustiças socioambientais que atingem os seus territórios? Como evidenciar que mulheres, apesar de não serem as causadoras da crise climática e ambiental, estão elaborando soluções através de suas tecnologias? Identificar, documentar, educar para a ação e criar estratégias de redes são caminhos trilhados por algumas iniciativas protagonizadas por mulheres, entre elas a Rede Vozes Negras pelo Clima, para responder a essas questões.

A Rede Vozes Negras pelo Clima é uma articulação formada por 11 mulheres negras de oito estados brasileiros, diretamente atingidas pela crise ambiental e climática. São mulheres quilombolas, ribeirinhas, da agricultura urbana, dos povos de terreiros, quebradeiras de coco babaçu, agentes de saúde e jovens das periferias urbanas.

Tenho a honra de acompanhar a fundação da Rede, apoiada pela Anistia Internacional Brasil. Em 2023, as mulheres da rede se reconheceram umas nas outras com seus saberes e lutas através de um projeto de aceleração. E de lá para cá, por meio de trilhas de aprendizagem e encontros pautados na segurança, no fortalecimento das mulheres e na formulação de agendas climáticas antirracistas, essas lideranças buscam ecoar suas vozes de forma interescalar.

Fortalecer o trabalho nas comunidades e pressionar o ecossistema nacional e internacional de ação climática por políticas de combate ao racismo e promoção de direitos humanos tornaram-se pontos-chave da Rede.

Ao identificar a falta de representação das pessoas diretamente atingidas pela crise climática nos espaços de debate e deliberação de políticas climáticas, a Rede tenta criar brechas e contribuir para fazer ecoar vozes negras nesses espaços, ao mesmo tempo que oxigena os territórios com ações de educação ambiental, agroecologia, litigância estratégica, fortalecimento de cadeias produtivas artesanais, políticas de cuidado, entre outros.

A participação da Rede Vozes Negras pelo Clima na 28ª Conferência das Partes, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP), em Dubai – Emirados Árabes Unidos, em dezembro de 2023, foi um dos momentos marcantes em sua trajetória.

Com uma delegação de 13 mulheres negras incluindo

representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombonas (CONAQ) e da Anistia Internacional Brasil, as lideranças da Rede participaram da conferência apresentando suas vivências e tecnologias sistematizadas em uma agenda climática antirracista construída por mulheres negras – o **relatório [Nada Sobre Nós, Sem Nós - por uma agenda climática antirracista construída por mulheres negras.](#)**^[1]

O relatório apresentou doze propostas a serem consideradas nos acordos internacionais, bem como na política nacional de mudança do clima. Entre as propostas estão a criação de um modelo de acesso direto e transparente, por parte das comunidades atingidas, aos fundos de perdas e danos, e a garantia de participação das comunidades e mulheres na formulação, implementação e monitoramento de políticas e programas voltados à transformação da matriz energética.

As mulheres da Rede convocam: “encorajamos todas, em todas as partes do mundo, a ecoar juntas as nossas diversas realidades, especificidades e experiências na defesa de sociedades saudáveis”.

E é preciso muita solidariedade e coragem porque os espaços multilaterais que debatem mudanças climáticas são estruturados para não fazer caber os corpos das mulheres negras e de comunidades diretamente atingidas, desde sua linguagem, passando pelas metodologias de participação e pelas dificuldades materiais impostas para se chegar até as conferências.

De um lado, há acordos a portas fechadas e uma progressiva supressão dos espaços cívicos que dificultam a pressão sobre os tomadores de decisão. Do outro lado, proliferam estandes de empresas promovendo soluções mágicas para o combate às mudanças climáticas às custas do sacrifício de populações e modos de vida. O lobby das empresas de energias eólica, solar e de extração de lítio que endereçam a produção no Sul Global para suprir a necessidade do Norte foi pesado, contou com mais de 100 empresários e a ajuda de um estande da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



[1]

Um dos principais temas da COP28 foi a construção de um balanço global da implementação do Acordo de Paris (GST), ou seja, um balanço das iniciativas promovidas pelos países membros do acordo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e alcance da meta de não ultrapassar a temperatura global em 1,5°C, em comparação aos níveis pré-industriais.

Muito se comemorou sobre, pela primeira vez, constar na documentação final de uma COP a referência à eliminação gradual dos combustíveis fósseis, principal emissor de gases de efeito estufa. E de fato é um ganho em um contexto pouco provável, de realização da conferência nos Emirados Árabes, um dos expoentes na exploração dos fósseis.

Porém, em todo o documento do GTS não houve nenhuma menção à redução da vulnerabilidade pautada em gênero, raça e território, o que pode inviabilizar que os compromissos das Contribuições Determinadas ao Nível Nacional (NDCs) sejam pautados pela redução das desigualdades.

Um ponto de atenção para as comunidades diretamente atingidas pelas injustiças ambientais e climáticas, muitas representadas pela Rede Vozes, é a concepção de transição justa que será adotada pelos países na missão de cumprir o chamado à triplicação das energias renováveis em todo mundo.

O conceito de justiça para transição energética precisa ser questionado, uma vez que os impactos negativos das renováveis já atingem comunidades negras e tradicionais, porém os debates em dezenas de painéis, especialmente no pavilhão do Brasil na COP28, acontecem sem a participação delas, e apontam para uma justiça de faca cega, que prioriza a reparação financeira das indústrias na mudança das matrizes de exploração em detrimento dos povos atingidos por modelos predatórios de geração de energias.

A lógica da biointeração entre humanidades e meio ambiente, bem como reparação racial e de gênero, está longe de orientar os acordos globais.

Nesse cenário, a Rede Vozes Negras pelo Clima e outras organizações como Geledés intensificaram a incidência para inclusão da menção a raça e gênero, bem como à linguagem de direitos humanos, nos acordos, inclusive

em reunião com o Ministério das Relações Exteriores. Contudo, o posicionamento diplomático do Brasil em pautar apenas consensos não fez ecoar essas e outras reivindicações.

Na volta da COP28, muitas reflexões foram elaboradas, entre elas, a importância de se entender e participar dos espaços multilaterais com cada vez mais mulheres negras, porém sem abandonar movimentos interescares de incidência política, pois o trabalho local fortalece territórios, iniciativas nacionais e internacionais de forma espiralar.

Fortalecer ainda mais ações de redes com movimentos de mulheres negras, indígenas e tradicionais, organizações negras de pesquisa e organizações no Sul Global também se faz necessário para intercambiar matrizes diversas de conhecimento, dando destaque para o trabalho das mulheres, no sentido de potencialização de soluções e narrativas que coloquem no centro a redução das desigualdades e a construção do bem-viver.



7.6. “O TERRITÓRIO NÃO É APENAS TERRA, É UMA HISTÓRIA, UMA CULTURA E UM MODO DE VIDA. ALGUNS DOS IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS SÃO INCOMPENSÁVEIS”

*Entrevista com **Nilson José dos Santos**, líder comunitário do Quilombo Sumidouro (Piauí), membro da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí e radialista*

*Por **Iara Moura**, jornalista, mestra em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora executiva do Intervozes, e **Nataly Queiroz**, jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora universitária e integrante do Intervozes*

Para começar a conversa, queria que você contasse um pouco sobre o histórico dos mega empreendimentos em Sumidouro.

Nilson José: O município de Queimada Nova, no estado do Piauí, fica a 555 quilômetros da capital Teresina, bem na divisa de Pernambuco e Bahia. O Quilombo Sumidouro é um quilombo centenário. É forte na cultura da capoeira e do forró pé de serra, além de ser um local turístico.

O Sumidouro sempre foi perseguido por grandes empreendimentos e a comunidade foi impactada diretamente pelas energias renováveis. Esse processo teve início nas especulações em 2012. Começou com a chegada de uma empresa para pesquisar a área e verificar se a região era favorável a energias eólicas. Veio a instalação de algumas torres de medição, mas até então a gente não acreditava muito que isso aconteceria. O tempo foi passando, os estudos foram se aprofundando. Em 2017, nos deparamos com um empreendimento que passava a dois quilômetros do território, não era ainda o gerador, era uma linha de transmissão, que estava vindo da Bahia à Queimada Nova.

Os empreendimentos foram acontecendo de forma simultânea. Não tínhamos dúvida que a linha de transmissão iria impactar a vegetação, os pássaros e os animais. Enfim, pensamos dessa forma, mas só depois conseguimos ver realmente, porque não foi só uma linha instalada. Foi uma em 2018, uma em 2019 e outra em 2021, sendo três linhas de transmissão. Com isso, tivemos já uma base

dos impactos gerados por causa da primeira linha instalada. Então, utilizamos esse conhecimento para realizar o estudo da segunda linha. O estudo da terceira linha foi baseado nos impactos gerados pela segunda linha de transmissão e assim por diante.

O nosso município, bem como o estado do Piauí, são terras devolutas do Estado, ou seja, terras sem títulos, sem escritura. Com a chegada dos empreendimentos, nos deparamos também com o impacto da pressão fundiária. As terras não tinham documento, eram terras públicas do Estado. Contudo, o Estado começou a dar títulos individuais às pessoas. E todos que tinham informações privilegiadas, como ex-prefeitos, médicos e empresários, começaram a cercar e grilar as áreas. Dessa maneira, organizavam os processos e enviavam ao Instituto Terra do Estado do Piauí [Interpi]. E o instituto emitia os títulos individuais. Com isso, os proprietários dos títulos individuais arrendaram a área à empresa de implantação de torres. Assim, hoje há uma concentração dessas terras, que eram do Estado, na mão de poucos. Agora, onde existiam terras de uso coletivo, não apenas do Quilombo de Sumidouro, mas de famílias da agricultura familiar, elas acabaram se individualizando, porque o Estado cedeu os títulos. Eram pessoas que já tinham poder aquisitivo e que recebiam informações privilegiadas e foram pra dentro disso.

O Quilombo Sumidouro foi certificado pela Fundação Palmares em 2003 e, em 2004, começou o processo de regularização fundiária. O nosso RTID [Relatório Técnico de Identificação e Delimitação] foi publicado

em 2022, mas antes disso, já com o RTID pronto mas não publicado, uns grileiros vieram pra dentro da nossa área e delimitaram área dentro do território quilombola. Nós corremos imediatamente pra capital, pro Instituto de Terras do Piauí, comunicamos ao Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], porque o Incra não tinha essa comunicação com o Interpi mesmo regularizando terra que era devoluta. Daí o Instituto de Terras suspendeu a emissão desses títulos e aí a coisa se acirrou porque as pessoas que estavam pleiteando essas áreas não aceitaram e isso rolou por muito tempo. Em 28 de novembro de 2023, a nossa comunidade foi titulada pelo Interpi e isso deu maior segurança, no nosso direito, mas isso não resolveu o conflito em torno dessa terra. A gente ficou com medo de represália.

No Piauí, nós criamos uma comissão, com a participação de representantes da coordenação estadual do movimento, da coordenação nacional [do movimento quilombola], da comunidade e do Incra. A comissão acompanhou o processo de licenciamento de terras, bem como os protocolos de consulta, que são seguidos pela comunidade. Foram criados alguns passos a serem seguidos, sendo o primeiro a obrigação da empresa apresentar o seu plano de trabalho, conforme a Convenção 169 [da OIT]. Em seguida, realizar uma consulta livre, prévia e informada com a comunidade. Depois a comunidade pode aceitar, ou não, que seja realizado o estudo de impactos ambientais. Então a empresa poderá contratar uma consultoria para fazer esse estudo com a participação da comunidade. A empresa dona do empreendimento contratará uma consultoria por meio de edital.

Sabemos que há a possibilidade de um acordo entre as partes. A empresa de consultoria chega na comunidade pretendendo construir uma peça técnica, mas neste momento cabe à comunidade acompanhar de perto o processo para, assim, resultar em um bom estudo e plano básico compensatório, pois um estudo mal feito não permitirá o pleito justo, bem como pode acarretar em impactos imateriais e incompensáveis.

Eles usam uma dinâmica, de uma balança, que tem que tá sempre caçando o equilíbrio, nem muito pra dona do empreendimento nem muito pra comunidade. Mas nós, das comunidades quilombolas, a gente traz um olhar e coloca que, em partes, os impactos não são só materiais, existem partes que são imateriais e não tem como serem compensados, por mais que façam algo nesse sen-

tido, alguns impactos são incompensáveis. A gente começa a negociar por aí.

Nos primeiros estudos, a gente teve uma dificuldade, porque não tinha essa comissão. As pessoas da comunidade às vezes têm dificuldade de interpretação de algo técnico. Então, os consultores chegavam à comunidade lendo muito, não falando nada da parte principal, deixando para falar algo importante quando a comunidade já estava cansada. Às vezes, a gente acabava aprovando e deixando passar algumas coisas, sendo percebidas somente no processo de elaboração do plano básico. Resolvemos essa questão estreitando o diálogo, criando um mecanismo de reuniões semipresenciais e foi bem no período da pandemia. Foi muito complicado porque a pandemia criou muita dificuldade, mas os empreendimentos não pararam, eles continuaram acelerados e caçando jeito de seguir. Foi quando eu vim conhecer essa ferramenta bem aqui que a gente tá conversando. Onde conheci o Zoom, o Meet. A gente criou mecanismos semipresenciais com a participação do Incra, a empresa do empreendimento, a consultoria e a comunidade. Dessa forma, elegemos essa comissão para realizar reuniões prévias, para uma análise mais minuciosa, bem como realizar as pré-negociações, resultando em um plano básico ambiental mais robusto e completo, com o fortalecimento territorial, cultural e geração de renda. A gente se desafiou muito porque nós não lidamos só com uma empresa. Nós passamos por três: a Equatorial, a Neoenergia e a Enel.

A princípio, quando eles falavam em geração de energia eólica, em aerogeradores, não se falava em linhas de transmissão. Foi quando a gente começou a estudar e viu que, por si só, a energia não era transportada de avião, de trem (...). A linha não tá passando, ela tá se instalando. A gente vai conviver o resto da vida com isso. Sem falar na poluição sonora, na perda da vegetação e na questão da poluição visual. Os quilombos, e principalmente as pessoas de mais idade, têm os territórios como algo muito sagrado. Tem muito mistério ali envolvido nas paisagens. E hoje essa paisagem se torna uma paisagem artificial. Então, isso é impacto. Como é que o empreendimento vai conseguir mitigar isso?



O que o Sumidouro tem de aprendizado para compartilhar com as demais comunidades atingidas por esses empreendimentos de energias renováveis?

Nilson: Aprendemos que a comunidade deve lutar como uma única voz, bem como utilizar a Convenção 169 [da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, que estabelece que qualquer empresa é condicionada a apresentar um estudo e uma consulta prévia, livre e informada à população antes de instalar empreendimentos], e a Portaria Interministerial 60 [de 24 de março de 2015 que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)]. São ferramentas que a gente usa. Que podem ter suas falhas ou brechas mas são ferramentas importantes. A peça fundamental é a organização da comunidade para defender o coletivo e defender o território. Uma das estratégias das empresas é identificar quem é o líder da comunidade para tentar cooptar para o empreendimento. Porque quando eu faço isso eu vou fragmentar a comunidade. O empreendimento chega com benesses individuais ou passageiras. Se chegar numa comunidade que não está organizada e que o líder não está preparado, ele pode ser cooptado e o prejuízo vai ser severo. Esse é o primeiro passo: união da comunidade, com esse olhar coletivo, esse olhar do território e saber separar o que vai ser ônus e o que vai ser bônus.

Outra questão discutida no estado é sobre o hidrogênio verde, que é gerado por energias renováveis. Com isso, no Piauí, terão que potencializar os parques de energia renovável, que eles chamam de energia limpa.

Em seguida, haverá um processo de industrialização do estado. Vão industrializar o ferro e aí vão ter que transportar o ferro através de ferrovia. Uma série de coisas que estão dentro do pacote tecnológico das energias renováveis. Com isso, há o debate de como será o desenvolvimento socioeconômico durante a transição energética? Será que ela é justa? De que forma? Nós estamos num território onde tem o maior complexo eólico da América Latina e pagamos energia absurdamente no território que gera [a energia].

A galera que monta um empreendimento [local], por

exemplo, uma gráfica, tem vez que a máquina não liga porque a energia era pra chegar a determinada voltagem e não chega. Que transição energética justa é essa? A gente colocou uma proposição para que a gente comece a discutir nos territórios, municípios ou nas comunidades, que comecem a pensar a isenção da taxa de energia para as pessoas que estão no território, é o mínimo que poderia ser feito. Ou um plano de ação de energia solar nas casas das famílias.

Com o plano de ação, o Quilombo do Sumidouro conseguiu como mitigação a construção de um centro didático pedagógico cultural, quadra poliesportiva, atendimento de 100% das famílias com um sistema de abastecimento de água, além de não pagar energia por ter um sistema de energia solar.

Agora, pensando de modo geral, muitos povos estão na invisibilidade. A gente, como comunidade tradicional, ainda tem uma legislação que minimamente nos protege, mas existe ali uma massa, como os agricultores familiares, que está na invisibilidade com relação a esses impactos que afetam diretamente a ela. Por exemplo, Queimada Nova tem criação de caprino, bovino e apicultura. Muitos tiveram que acabar com suas atividades. Os grileiros cercaram as áreas coletivas onde o povo botava seus apiários, sua criação. Que nem um ex-prefeito de um município que colocou oito torres no terreno dele e chega a receber cerca de 80 mil [reais] por mês enquanto a população fica mais pobre. É uma desigualdade muito grande com a chegada dos empreendimentos que pode até resultar em um aumento da economia imediata, mas com o passar do tempo, um ou dois anos, a oferta de emprego volta para a realidade anterior ao empreendimento. O fluxo em Queimada Nova, o movimento, a oferta de emprego, voltou ao que era. No geral, acontece que as desigualdades continuam.

Agora, quando os empreendimentos competem à União, sendo o licenciamento pelo Ibama, ele acontece de uma forma. Por outro lado, quando o licenciamento se dá pela secretaria do meio ambiente estadual, dependendo de cada estado, a situação pode ser complicada. Haja vista que tem estado desobedecendo todos os protocolos que o Quilombo segue. Essa é uma grande dificuldade. No estado do Piauí, uma preocupação é o governador, apesar de ser do PT, pois ele é muito ambicioso. Esse governador está tentando trazer empresas multinacionais para o estado, com a ideia de industrializar

a região, tendo como objetivo desenvolver o hidrogênio verde, pois deseja ser pioneiro nessa área. O governador mandou um projeto de lei, que determina que a Secretaria de Meio Ambiente possa emitir licenças cautelares para empreendimentos ou licitações que tenham morosidade acima de seis meses. Ele é prejudicial às comunidades tradicionais e à preservação ambiental.

Outra estratégia que as empresas estão aplicando nas comunidades tradicionais é oferecer curso de costura, de cabeleireiro e brinquedos às crianças, iludindo a comunidade. Assim, a população acaba acreditando que as empresas estão fazendo um favor à comunidade e não é. Nós não consideramos isso ação social, isso é ação de mitigação. Nesse caso ela tá compensando o mínimo que ela impactou.

Pensando no território do Sumidouro, o que mudou nesses últimos anos, depois da instalação desses empreendimentos?

Nilson: A chegada dos empreendimentos mudou a forma de organização do Quilombo. A gente tinha uma pauta que era nossa, da comunidade. A chegada deles fez a gente se reinventar e, pra não ficar no prejuízo, correr atrás de pautas que não estavam no nosso planejamento. A gente foi explorado, assediado intelectualmente porque os quilombos têm seus saberes, sua sabedoria e a gente viveu mudanças para se adaptar a essa velocidade de coisas. Se a gente pega hoje uma foto de 2017 da garotada, da juventude, se pega pra comparar, a gente vê o processo de transformação que aconteceu. Tem uma galera que não consegue contornar mais, voltar pras suas origens. Ocorreu um choque de cultura, de vivência no território. A gente teve que caçar estratégia para que a gente não deixasse a nossa juventude na vulnerabilidade, não caísse naquelas ofertas ali que a gente sabia que eram periódicas e passageiras. A violência aumentou, o uso de drogas, a prostituição, hoje existem os filhos dos ventos [crianças que nascem de relações entre moradores da comunidade que recebe o grande empreendimento e trabalhadores que vêm de outras cidades para trabalhar na obra]. Em parte, como a gente conseguiu se organizar pra amenizar esse impacto, o quilombo potencializou a capoeira e o forró pé de serra, e a parte de geração de renda com a ovinocaprinocultura e a apicultura. Se a gente não tivesse esse nível de organização, a gente estaria

muito mais vulnerável hoje. A gente foi fortalecido pela dor, pela necessidade de bater de frente, de defender o território. De dizer que o território não é apenas terra, mas uma história, uma cultura e um modo de vida.

Como os veículos de comunicação se colocaram nesse debate aí no Piauí?

Nilson: Geralmente, os maiores veículos de comunicação são manipulados, dificilmente vão falar dos impactos negativos que os empreendimentos causam. Eles falam positivamente como é a questão de que Queimada Nova tem o maior PIB do Piauí. Em torno disso, foi um lobby muito grande. Como que as pessoas não querem isso? Ao mesmo tempo, o município ficou superlotado, as unidades básicas de saúde não tinham condição de atender toda a demanda local porque tinham que atender pessoas de fora. O município não tinha estrutura. A mídia não trabalha isso, vai trabalhar que é o município que tem o maior PIB, que gera X de ISS [Imposto Sobre Serviço]. Não vai falar que o município teve uma perda de X por cento da biomassa [energia que vem da matéria orgânica por meio de sua queima direta ou a partir da queima dos gases capturados em sua decomposição], não vai falar que as pombas que passavam em bandos e seus pombais sumiram daqui, que as nascentes foram poluídas. A mídia fecha os olhos pra isso e vê só o que acha que é positivo. Geralmente elas são manipuladas porque alguém por trás ali tem interesse.

8

REFERÊNCIAS

ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. Boletim Anual 2023. Disponível em: <https://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2024/07/424_ABEEOLICA_BOLETIM-ANUAL-2024_DIGITAL_PT_V3.pdf> . Acesso: 28 set. 2024.

ANCHIETA, Alejandra; TERWINDT, Carolijn. Towards Genuine Transnational Collaborations between Human Rights Activists from the Global North and the Global South. *Forschungsjournal Soziale Bewegungen*, 4, p. 56-65, 2015.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL (IRENA). Wind energy. Disponível em: <<https://www.irena.org/wind>>. Acesso: 2 fev. 2022.

AGUIAR, Pedro; LISBOA, Juliana. Da Agência Nacional à Agência Brasil: o jornalismo de agências e o Estado brasileiro (1937-2016). 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia, 2016. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2023/01/2016_Da_Agencia_Nacional_a_Agencia_Brasil_o_j.pdf>. Acesso: 18 dez. 2023.

ARAÚJO, Rômulo Diniz; GORAYEB, Adryane. Percepção dos impactos socioambientais causados por geradores eólicos no estado do Piauí, Nordeste do Brasil. *Sustainability in Debate*, Brasília, v. 14, n.3, p. 70-87, dez/2023. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/50457/38949>>. Acesso: 28 set. 2024.

BARROS, Rosário Pompéia Macedo de. Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais: a trajetória do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. Recife: UFPE, 2009. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3146/1/arquivo1915_1.pdf>. Acesso: 28 set. 2024.

BELMONT, Mariana (org.), Racismo ambiental e Emergências climáticas no Brasil. São Paulo: Instituto Peregun e Olarituras, 2023. Disponível em: <<https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/>>. Acesso: 25 set. 2024.

BIANCHI, André Luis; LIMA, Adroaldo A. M.; DIAS, Sérgio S. Recursos naturais, cadeias e setores energéticos. In: PHILIPPI JR., Arlindo; REIS, Lineu Belico dos (orgs.). Energia e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2016: 47-84.

BULLARD, R. D. *Invisible Houston: The Black Experience in Boom and Bust*. College Station Texas A&M University Press, 1987.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). *Economics of Climate Change in Latin America and the Caribbean – A Graphic View*. 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43889/1/S1800475_en.pdf>. Acesso: 2 fev. 2022.

FADIGAS, Eliane A. F. A. Energia Eólica. In: PHILIPPI JR., Arlindo; REIS, Lineu Belico dos (orgs.). *Energia e sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole, 2016: 415-450.

FILHO, Diosmar. O que é racismo ambiental? Entrevista concedida a Daniel Vila Nova, Gama Revista, 2021. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/especial/o-que-e-racismo-ambiental/>>. Acesso: 10 out. 2024.

GALLAS, Ana Kelma Cunha; MARQUES, Francisco Wilk Santos Leal; VIVEIROS, Lucas Lins. *Tinha um jornal no meio do caminho: Estratégias usadas pelo Jornal Meio Norte no contexto de disputas mercadológicas com o Jornal O Dia*. Trabalho apresentado ao GP História do Jornalismo, DT 1 – Jornalismo, XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1638-1.pdf>>. Acesso: 6 jan. 2024.

GOMIDE, Caroline Siqueira; COELHO, Tadzio Peters; TROCARTE, Charles; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes (orgs.). *Dicionário crítico da mineração*. Marabá, PA : iGuana, 2018.

HARRISON, Chase; HOPKINS, Katie. *Record Droughts Plague Latin America*. 2021. Disponível em: <<https://www.as-coa.org/articles/record-droughts-plague-latin-america>>. Acesso: 30 jan. 2022.

INSTITUTO TERRAMAR. *Impactos e Danos Socioambientais da Energia Eólica no Ambiente Marinho-Costeiro de Ceará*. 2023. Disponível em: <<https://terramar.org.br/2023/09/01/energia-limpa-tem-impactos-socio-ambientais/>>. Acesso: 10 out. 2024.

_____. HOLANDA, Júlio. *Impactos socioambientais da cadeia produtiva da energia eólica na comunidade tradicional de Caetanos de Cima (Amontada - Ceará)*. Fortaleza (CE): De Mãos Dadas Criamos Correnteza; Instituto Terramar, 2022. Disponível em: <<https://demaosdadas.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Terramar-Livreto-1.pdf>>. Acesso: 28 set. 2024.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. *Monitoramento da Propriedade da Mídia*. Disponível em: <<https://brazil.mom-gmr.org/br/>>. Acesso: 28 set. 2024.

_____. *Vozes Silenciadas - A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervezes, 2011. Disponível em: <<https://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv003vozmst.pdf>>. Acesso: 10 out. 2024.

_____. *Vozes Silenciadas - Reforma da Previdência e Mídia*. São Paulo: Intervezes, 2019. Disponível em: <<https://app.rios.org.br/index.php/s/PEH6sg6cpbDgGqY>>. Acesso: 10 out. 2024.

_____. *Vozes Silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira*. São Paulo: Intervezes, 2020. Disponível em: <<https://app.rios.org.br/index.php/s/PEH6sg6cpbDgGqY>>. Acesso: 10 out. 2024.

LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary Ann (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

NAÇÕES UNIDAS. *The Climate Crisis – a Race we Can Win*. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un75_climate_crisis.pdf>. Acesso: 9 fev. 2022.

_____. Theme Report on Energy Transition. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021-twg_2-062321.pdf>. Acesso: 2 fev. 2022.

OXFAM; RIDDELL, Rebecca; AHMED, Nabil; MAITLAND, Alex; LAWSON, Max; TANEJA, Anjela (orgs). Desigualdade S.A. – Como o poder corporativo divide nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. 2024. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>>. Acesso: 10 out. de 2024.

PEACE BRIGADES INTERNATIONAL - Proyecto México. Los parques eólicos en Oaxaca: preocupaciones sobre las violaciones de derechos humanos en el estado. Disponível em: <https://pbi-mexico.org/fileadmin/user_files/projects/mexico/images/News/1403BriefingEolicosPBI.pdf>. Acesso: 5 fev. 2022.

RAMÍREZ, Jacobo. Impacts of neoliberal wind energy investments on environmental justice and human rights in Mexico. In: LUND-THOMSEN et al. Energy Transition, Transnational Corporations and Indigenous Communities, 354. London, Routledge, 2019.

RAMOS, Cleidiana. O discurso da luz: imagens das religiões afro-brasileiras no Arquivo do Jornal A Tarde. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8943/1/dissertacao_cleidiana.pdf>. Acesso: 7 jan. 2024.

REIS, Lineu B.; CASELATO, Djalma; SANTOS, Eldis C. Energia Hídrica. In: PHILIPPI JR., Arlindo; REIS, Lineu Belico dos (orgs.). Energia e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2016: 375-414.

RIBEIRO, Maria Alice M. Energia Nuclear. In: PHILIPPI JR., Arlindo; REIS, Lineu Belico dos (orgs.). Energia e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2016: 249-306.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOUSA, Francisco Genivaldo Santos de. MST no Diário do Nordeste: A cobertura jornalística acerca da ocupação do MST na Secretaria de Desenvolvimento Rural no ano de 1997 em Fortaleza. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26237/1/2013_tcc_fgdsousa.pdf>. Acesso: 6 jan. 2024.

SOUZA, Wallason Farias de. Implicações socioambientais dos estudos ambientais (RAS) utilizados no licenciamento ambiental de parques eólicos no Ceará - Brasil. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.



Ford Foundation

Luminate